REVISTA

COR

LGBTQIA+

Nº 6



TEMA LIVRE

COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 1, n. 6, jan. 2024
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 6, v. 1 (jan. 2024). Curitiba, 2024.

Semestral.

Endereço eletrônico:
https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. Pessoas LGBTQIA+ - Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO E AVALIADOR

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 05

ARTIGOS CIENTÍFICOS 09

Desvendando as infâncias trans: um estado do conhecimento das dissertações brasileiras, 2007-2022 10
Jonathan Domingues

Mudando em 2021 a cor, gênero e sobrenome da Câmara Municipal de Campina Grande – PB 24
Maria Isabel Soares Barros

Discurso dos corpos transexuais femininos: a sociabilidade da verdade em busca de justiça social 48
Claudio Noel de Toni Junior

Entre biparentalidade e homoafetividade: análise das tensões sociais em torno das novas e modernas configurações familiares 66
Raul Abilio Mabasso

RELATO DE EXPERIÊNCIA 83

(In)visibilidade: uma reflexão acerca da saúde mental de mulheres LGBTI+ no ambiente terapêutico 84
Vitória Tonet
Ana Julia Liz de Carvalho
Giulia de Liz Crotti
Thalita Gonçalves Kirchner
Letícia da Silva Aguiar
Eduarda Brunelo Sierra
Roberta da Guia Paulin Ronska
Adriana Maria Bigliardi

ENTREVISTAS 105

Bissexualidade e lesbianidade: relatos de vivências, experiências e perspectivas - entrevistas com Minauara, Estudante Gabriela e UNI 107
Alberto João Nhamuche
Maria Manuel Baptista
Hélia Bracons Carneiro

Vivências, experiências penosas e resistências: a difícil trajetória de uma mulher – entrevista com Muyrakitan 135
Alberto João Nhamuche
Maria Manuel Baptista
Hélia Bracons Carneiro

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A **Revista COR LGBTQIA+** apresenta os trabalhos submetidos e aprovados para publicação na sua 6ª edição, com temática livre.

O primeiro artigo científico publicado é intitulado **Desvendando as infâncias trans: um estado do conhecimento das dissertações brasileiras, 2007-2022**, de autoria de Jonathan Domingues. O trabalho apresenta um estado do conhecimento das dissertações acadêmicas brasileiras sobre infância trans no período de 2007-2022.

O segundo artigo científico publicado é intitulado **Mudando em 2021 a cor, gênero e sobrenome da Câmara Municipal de Campina Grande – PB**, de autoria de Maria Isabel Soares Barros. O trabalho debate a questão de gênero, raça e classe na política partidária, partindo da premissa de que a legislação e os legisladores do Brasil não se apresentam de maneira explícita como segregacionistas, mas, em termos mais práticos, a segregação racial e de gênero sempre existiram no decorrer da história e são comprovadas por meio dos indicadores sociais e econômicos.

O terceiro artigo científico publicado nesta edição é intitulado **Discurso dos corpos transexuais femininos: a sociabilidade da verdade em busca de justiça social**, de autoria de Claudio Noel de Toni Junior. O trabalho reflete a felicidade para pessoas transgêneras femininas, a fim de compreender as relações que as permeiam.

O quarto artigo científico publicado nesta edição é intitulado **Entre biparentalidade e homoafetividade: análise das tensões sociais em torno das novas e modernas configurações familiares**, de autoria de Raul Abilio Mabasso. O trabalho analisa questões e desafios contemporâneos em torno das novas tensões sociais geradas pela inserção de outras formas de organização familiar no território moçambicano.

Já na seção de relatos de experiência, a edição conta com o trabalho de autoria de Vitória Tonet, Ana Julia Liz de Carvalho, Giulia de Liz Crotti, Thalita Gonçalves Kirchner, Letícia da Silva Aguiar, Eduarda Brunelo Sierra, Roberta da Guia Paulin Ronska e Adriana Maria Bigliardi, denominado **(In)visibilidade: uma reflexão acerca da saúde mental de mulheres LGBTI+ no ambiente terapêutico**. O trabalho é fruto de uma Ação de Curricularização da Extensão realizada por estudantes do terceiro período do curso de psicologia, com a temática saúde mental de mulheres LGBTQIA+, abordando-se questões de gênero, descriminação, diversidade sexual, preconceito e repressões.

A edição também conta com a seção de entrevistas. A primeira entrevista publicada é intitulada **Bissexualidade e lesbianidade: relatos de vivências, experiências e perspectivas - entrevistas com Minauara, Estudante Gabriela e UNI**, realizada por Alberto João Nhamuche, Maria Manuel Baptista e Hélia Bracons Carneiro. O trabalho apresenta narrativas sobre bissexualidade e lesbianidade, com foco na reflexão sobre desafios, resistências e perspextivas dessas mulheres.

Por fim, a edição conta com a entrevista intitulada **Vivências, experiências penosas e resistências: a difícil trajetória de uma mulher – entrevista com Muyrakitan**, de autoria de Alberto João Nhamuche, Maria Manuel Baptista e Hélia Bracons Carneiro. A entrevista relata a penosa trajetória de uma mulher com infância misteriosa devido à condição do seu nascimento.

Boa leitura!

ARTIGOS CIENTÍFICOS

DESVENDANDO AS INFÂNCIAS TRANS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO DAS DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS, 2007-2022

DISCOVERING TRANS CHILDREN: A STATE OF KNOWLEDGE FROM BRAZILIAN DISSERTATIONS, 2007-2022

Jonathan Domingues[1]

Resumo: o presente artigo apresenta um Estado do Conhecimento das dissertações acadêmicas brasileiras sobre "Infância Trans" no período de 2007 a 2022, com o objetivo de mapear e analisar as tendências e contribuições para o campo das identidades de gênero na infância. A metodologia envolveu a revisão sistemática de dissertações do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES. Os resultados revelaram um crescente interesse acadêmico no tema, abordando aspectos como a construção da identidade de gênero, a influência da mídia e da educação, experiências de discriminação e estratégias de apoio. No entanto, identificou-se a necessidade de estudos mais abrangentes, participativos e interseccionais, que incluam a voz das crianças transgênero e considerem diferentes contextos regionais. Em síntese, destaca-se, a importância de promover ambientes inclusivos e políticas que respeitem a diversidade de identidades de gênero na infância, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e respeitosa.
Palavras-chave: Identidade de Gênero; Diversidade de Gênero; Minorias de Gênero.

Abstract: this article presents a State of Knowledge regarding Brazilian academic dissertations on "Transgender Childhood" from 2007 to 2022. The objective was to map and analyze trends and contributions to the field of gender identities in childhood. The methodology involved a systematic review of dissertations from the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The results revealed a growing academic interest in the topic, addressing aspects such as gender identity construction, the influence of media and education, experiences of discrimination, and support strategies. However, there is a need for more comprehensive, participatory, and intersectional studies that include the voices of transgender children and consider different regional contexts. The conclusions emphasize the importance of promoting inclusive environments and policies that respect the diversity of gender identities in childhood, contributing to a more egalitarian and respectful society.
Keywords: Political Violence; gender; gender ideology; linguistics; queer theory.

1 INTRODUÇÃO

O tema da identidade de gênero e, mais especificamente, as experiências da infância transgênero, têm ganhado destaque significativo nas últimas décadas, à medida que as sociedades buscam compreender e acolher a diversidade de identidades de gênero. Nesse contexto, a pesquisa acadêmica desempenha um papel crucial na disseminação do conhecimento e na promoção de diálogos interdisciplinares sobre essa questão complexa e multifacetada.

[1] Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo, com Mestrado em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Educação, Gênero e Sexualidade pela Faculdade Iguaçu e Licenciatura Plena pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Idealizador e Coordenador do Projeto Direitos Humanos e Educação (@direitoshumanos_educacao).

Este artigo apresenta um Estado do Conhecimento baseado em dissertações desenvolvidas no período de 2007 a 2022, focadas no tema da "Infância Trans". O objetivo central é mapear e analisar as produções acadêmicas mais recentes que abordam as experiências de crianças transgênero no Brasil, a partir do Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A escolha da palavra-chave "Infância Trans" para nortear este Estado do Conhecimento é uma decisão estratégica fundamentada no movimento de pesquisa contínuo desenvolvido pelo autor. Ao adotar essa expressão específica, busca-se uma delimitação mais precisa e aprofundada das produções acadêmicas que exploram as experiências das crianças transgênero no Brasil. A utilização exclusiva dessa palavra-chave reflete o comprometimento em capturar integralmente as nuances e complexidades desse fenômeno, proporcionando uma análise mais focalizada e especializada.

A opção pelo Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fonte primária de dados é respaldada pela reputação e abrangência desse banco de informações. A CAPES é reconhecida pela sua relevância no cenário acadêmico brasileiro, garantindo a qualidade e representatividade das pesquisas desenvolvidas no país. A escolha deliberada de concentrar a busca nesse catálogo específico visa assegurar uma análise abrangente e atualizada das produções mais recentes sobre a temática da "Infância Trans".

Quanto à não inclusão do Banco de Teses e Dissertações (BDTD), é importante esclarecer que essa decisão não desconsidera a relevância desse banco de armazenamento. Contudo, a opção por concentrar a busca na CAPES é respaldada pela sua especialização em reunir pesquisas de alto padrão acadêmico, proporcionando uma abordagem mais aprofundada e específica ao tema em questão. Dessa forma, a escolha metodológica busca otimizar a precisão e a atualidade das análises, alinhando-se com os objetivos específicos deste Estado do Conhecimento.

A escolha por um Estado do Conhecimento como metodologia de pesquisa permite uma abordagem abrangente, sistemática e crítica das dissertações existentes, fornecendo uma visão consolidada das tendências, lacunas e perspectivas emergentes no campo das identidades de gênero na infância. Além disso, essa análise crítica visa não apenas resumir as pesquisas existentes, mas também destacar suas contribuições para a compreensão das experiências das crianças transgênero e, ao mesmo tempo, identificar desafios e áreas que requerem investigação adicional.

Neste contexto, este artigo apresentará uma síntese das dissertações identificadas (em virtude que no momento de pesquisa no Catálogo da CAPES, não identificou-se, no momento, nenhuma Tese de Doutorado), discutindo seus principais temas, abordagens metodológicas, descobertas e contribuições para o campo acadêmico e para a sociedade como um todo. Espera-se que esta análise crítica possa fornecer elementos para

pesquisadores, educadores e profissionais que trabalham com questões de identidade de gênero na infância, bem como contribuir para uma maior compreensão e aceitação das diversas experiências das crianças transgênero no Brasil.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa acadêmica é um empreendimento dinâmico e em constante evolução, sempre em busca de novos horizontes e descobertas. Uma abordagem valiosa nesse contexto é a realização de pesquisas denominadas "estado da arte" ou "estado do conhecimento". Estas pesquisas, como destacou Ferreira (2002), têm como principal desafio mapear e discutir as produções acadêmicas em diversos campos do conhecimento, destacando aspectos e dimensões que foram privilegiados em diferentes momentos e lugares.

Essas investigações são amplamente reconhecidas por sua metodologia inventariante e descritiva, que visa analisar a produção acadêmica e científica sobre um determinado tema. Ao fazer isso, elas fornecem uma visão abrangente do estado atual do conhecimento em uma área específica.

Vosgerau e Romanowski (2014) enfatizam que pesquisas desse tipo não apenas mapeiam um tópico, mas também evidenciam os temas e assuntos que são o foco de atenção, as abordagens metodológicas utilizadas, os procedimentos de pesquisa e as análises realizadas.

Esse tipo de estudo é fundamental para examinar as contribuições da pesquisa de maneira mais ampla, pois ajuda a definir a área, o campo e as disciplinas que a constituem. Além disso, proporciona uma compreensão mais profunda do movimento da área, sua configuração atual, propensões teóricas e metodológicas, e permite uma análise crítica que revela tendências, recorrências e lacunas no conhecimento existente.

Outrossim, a realização de pesquisas de estado da arte não é apenas uma atividade acadêmica, mas também uma maneira de contribuir significativamente para a organização e a análise de um campo de estudo.

Essas pesquisas ajudam a identificar possíveis contribuições da pesquisa para a resolução de questões sociais prementes. Ao delinearem os contornos do conhecimento existente e destacarem suas limitações, elas fornecem elementos de grande valia que podem orientar futuras pesquisas e catalisar inovações.

A realização de um "estado da arte" na pesquisa acadêmica revela-se como uma abordagem que vai além da simples coleta de informações dispersas. Como ressaltado por Romanowski e Ens (2006), essa metodologia permite desvendar discursos aparentemente descontínuos ou contraditórios, que, quando comparados e reunidos com outros, fornecem elementos valiosos e consolidados sobre um determinado assunto. Essa síntese de

conhecimento desempenha um papel fundamental na construção de um texto sólido e embasado.

Um dos maiores benefícios de realizar estudos de estado da arte, como uma revisão bibliográfica, é a capacidade de oferecer uma visão panorâmica do que tem sido produzido em uma determinada área. Isso é especialmente relevante no contexto da Diversidade de Gênero e Sexualidade, onde as discussões e pesquisas são continuamente enriquecidas por novos elementos e descobertas. Através de uma classificação cuidadosa, o pesquisador pode discernir as tendências e transformações que moldam o campo de estudo, identificando as características predominantes e o foco das pesquisas.

Além disso, a revisão bibliográfica desempenha um papel crucial na identificação de lacunas no conhecimento existente. Essas lacunas representam oportunidades para futuras pesquisas e são um ponto de partida para a expansão do entendimento em uma área específica. Ao estabelecer uma base teórica sólida, a revisão bibliográfica proporciona a sustentação necessária para a análise dos dados em estudos subsequentes.

Assim, a pesquisa de estado da arte não é apenas uma etapa obrigatória na jornada de um pesquisador; ela é uma contribuição significativa para a evolução do conhecimento em uma área. Ao sintetizar, comparar e consolidar informações aparentemente desconexas, esses estudos não apenas esclarecem o panorama atual da pesquisa, mas também pavimentam o caminho para novos insights e avanços no campo de estudo.

Este artigo se concentra exclusivamente nas dissertações produzidas no período entre 2007 e 2022, um recorte temporal que se mostrou relevante devido ao surgimento de produções relacionadas ao tema "*Infância Trans*" no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES. Essa delimitação temporal se justifica pela ausência de outros estudos abrangentes sobre esses dois temas específicos, de acordo com a base de dados de teses e dissertações da CAPES.

Nesse contexto, seguindo a abordagem proposta por Romanowski e Ens (2006), este artigo assume a[2] forma de um "estado do conhecimento". Isso ocorre porque ele se concentra apenas em uma parcela da produção acadêmica relacionada ao tema em questão, ou seja, as teses e dissertações brasileiras.

Essa escolha metodológica permite uma análise aprofundada e detalhada das contribuições específicas desse conjunto de pesquisas. Ao limitar o escopo ao período de 2007 a 2022 , é possível traçar uma linha do tempo que captura as mudanças, desenvolvimentos e tendências na abordagem da "Infância Trans" no contexto acadêmico brasileiro.

É importante destacar que esse recorte temporal não diminui a relevância do estudo, pelo contrário, ele preenche uma lacuna importante no conhecimento existente sobre o assunto. Ao focar especificamente nas produções da pós-graduação do Brasil, este artigo

[2] Vale ressaltar que foram consideradas dissertações e tese publicadas até o dia 02 de setembro de 2023, data em que foi realizada a última consulta no banco de teses e dissertações da CAPES.

oferece uma visão abrangente e detalhada do estado atual da pesquisa acadêmica nesse campo, contribuindo assim para uma compreensão mais completa e informada da "Infância Trans" no contexto brasileiro.

3 UM MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA TRANS

A busca no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave "Infância Trans", trouxe à tona um conjunto limitado de produções acadêmicas, como é possível observar no Quadro 01. Com um total de apenas três dissertações a análise crítica se faz necessária para compreender a significância e as limitações dessa pesquisa no contexto mais amplo.

Quadro 01 - Dissertações e Tese que tratam de Infância Trans

ANO	AUTOR	TÍTULO	PRODUÇÃO
2018	Melanie L. M. P. Silva	Infâncias trans: a emergência de uma narrativa social em (com)textos midiáticos e suas inter-relações com a educação	Dissertação
2019	Jeanne A. Silva	Crianças Trangêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos.	Dissertação
2022	Thaynara O. Silva	Narrativas (auto) biográficas e vivências de gêneros de mulheres transexuais em Senhor do Bonfim – Bahia	Dissertação

Fonte: Autor (2023).

A exploração do banco de teses e dissertações da CAPES, através da inserção das palavras-chave "Infância Trans", revelou uma realidade surpreendentemente escassa em termos de produção acadêmica, como documentado no Quadro 01. Este cenário, caracterizado por apenas três dissertações, sinaliza a necessidade premente de uma análise crítica profunda para discernir tanto a importância quanto às limitações dessa pesquisa no panorama acadêmico mais amplo.

É intrigante observar que a busca por teses e dissertações sobre "Infância Trans" praticamente não teve retorno até o ano de 2018. Esse hiato pode ser interpretado como um reflexo das tendências e interesses predominantes na pesquisa acadêmica brasileira até aquele momento. A questão da identidade de gênero na infância pode ter sido amplamente negligenciada ou não ter sido considerada uma área prioritária de investigação.

A escassez de produções acadêmicas até 2018, no entanto, levanta uma série de questões críticas. Primeiramente, questiona-se o motivo dessa falta de interesse ou reconhecimento prévio. A identidade de gênero é uma questão fundamental para a compreensão da diversidade humana, e a ausência de pesquisas anteriores sobre "Infância Trans" indica um possível vácuo no entendimento e no reconhecimento das experiências das crianças trans.

Além disso, é vital considerar a representatividade e a qualidade das poucas dissertações encontradas. A limitação do número de trabalhos disponíveis pode afetar a generalização e a abrangência das conclusões. Portanto, é crucial questionar se essas produções oferecem uma visão abrangente e aprofundada das questões relacionadas à "Infância Trans" ou se há necessidade de uma pesquisa mais extensa e diversificada.

Em suma, a ausência quase completa de pesquisas sobre "Infância Trans" antes de 2018 destaca a importância de continuar a explorar esse tópico crítico. A análise crítica é fundamental para entender o contexto, as limitações e as oportunidades em relação a essa área de pesquisa emergente. É imperativo que a academia continue a investigar as experiências das crianças trans para fornecer uma base sólida para a promoção de políticas e práticas inclusivas e informadas.

4 UMA ANÁLISE DO MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA TRANS

Antes de adentrarmos nas análises das dissertações, é imperativo contextualizar nossa compreensão do conceito de "Infância Trans". Para embasar esse entendimento, ancoramo-nos no estudo recente de Domingues (2023), que oferece uma abordagem esclarecedora sobre o tema.

> (...) refere-se ao período da vida de uma criança em que ela identifica e expressa sua identidade de gênero de uma maneira que difere do sexo atribuído no nascimento. É importante abordar esse tópico de forma sensível e respeitosa, reconhecendo que as crianças trans têm uma identidade de gênero que não corresponde ao seu sexo de nascimento. Isso pode envolver uma criança que foi designada como menina ao nascer, mas que se identifica como menino, ou vice-versa (Domingues, 2023, p. 72).

Na visão de Domingues (2023), a "Infância Trans" denota o período na vida de uma criança em que ela conscientemente identifica e expressa sua identidade de gênero de maneira distinta do sexo que lhe foi atribuído ao nascer. Essa definição ressalta a importância de abordar esse tópico com sensibilidade e respeito, reconhecendo que as crianças trans possuem uma identidade de gênero que não se alinha com o sexo designado ao nascimento. Essa dissonância pode se manifestar, por exemplo, em uma criança

identificada como menino ao nascer, mas que se percebe e expressa como menina (DOMINGUES, 2023). Essa compreensão incisiva não apenas destaca a complexidade dessas experiências, mas também sublinha a necessidade premente de promover uma abordagem compassiva e inclusiva diante das identidades de gênero diversas na infância.

O trabalho de Melanie Laura Mariano da Penha Silva, realizado em 2008, intitulado "Infâncias Trans: A Emergência de uma Narrativa Social em (Con) Textos Midiáticos e suas Inter-Relações com a Educação," na Universidade Federal de Pernambuco, orientado por Anna Luiza Araujo Ramos Martins de Oliveira, aborda um tema crucial que abrange a interseção de gênero, sexualidade e infância. O objetivo central da dissertação é explorar a emergência das narrativas sociais em torno das "infâncias trans" e sua relação com a educação, em um momento de fervoroso debate sobre a possibilidade de os indivíduos construírem suas identidades de gênero desde tenra idade, desafiando as convenções tradicionais.

A abordagem teórico-metodológica adotada na pesquisa é fundamentada na teoria política dos discursos de Laclau e Mouffe, na perspectiva pós-estruturalista de gênero de Butler e Bento, bem como nos estudos culturais da mídia de Fischer e Ellsworth. A análise se concentra em dois conjuntos de dados: primeiro, matérias jornalísticas digitais relacionadas a crianças transexuais; segundo, textos audiovisuais da série "Quem Sou Eu?" produzida pelo programa "Fantástico."

O estudo revela que há uma construção discursiva em torno da categoria "infâncias trans," que envolve a revisitação de conceitos relacionados à infância e à transexualidade, com o objetivo de estabelecer e solidificar a identidade das crianças trans. Esse processo é impulsionado por uma articulação dinâmica entre discursos médicos, familiares e jurídicos, que desafiam a estrutura discursiva cisnormativa, buscando legitimar identidades que antes eram marginalizadas.

No entanto, o estudo também destaca que essa (re)articulação discursiva ainda se baseia em argumentos que buscam uma origem e um fundamento para essas subjetividades. Essa busca por uma fundamentação sólida pode, em última análise, reforçar a ideia de que as identidades trans precisam ser justificadas, em vez de serem simplesmente aceitas e respeitadas.

De acordo com Oliveira (2017), o discurso sobre a identidade trans é frequentemente pautado pela busca por uma origem ou um fundamento para essas subjetividades. Essa busca é motivada pela necessidade de justificar a existência das pessoas trans, que são frequentemente vistas como aberrações ou desvios da norma cisgênera. No entanto, essa busca por uma fundamentação sólida pode, em última análise, reforçar a ideia de que as identidades trans precisam ser justificadas, em vez de serem simplesmente aceitas e respeitadas.

Oliveira (2017) argumenta que, ao buscar uma origem ou um fundamento para as identidades trans, estamos assumindo que essas identidades precisam ser explicadas ou justificadas. Isso implica que as identidades trans são, de alguma forma, incomuns ou estranhas, e que precisam ser explicadas para serem compreendidas ou aceitas.

Por exemplo, ao argumentar que as identidades trans são causadas por uma condição médica ou psicológica, estamos reforçando a ideia de que as pessoas trans são doentes ou anormais. Isso pode levar a uma medicalização das identidades trans, o que pode dificultar o acesso das pessoas trans a direitos e serviços essenciais.

Além disso, ao buscar uma origem ou um fundamento para as identidades trans, estamos reforçando a ideia de que as identidades trans são fixas ou inatas. Isso pode dificultar a aceitação das identidades trans fluidas ou mutáveis.

Portanto, é importante reconhecer que a busca por uma origem ou um fundamento para as identidades trans pode ter implicações negativas. Em vez de procurar justificar as identidades trans, devemos simplesmente aceitá-las e respeitá-las como elas são.

Em conclusão, a dissertação de Melanie Laura Mariano da Penha Silva oferece uma análise crítica e esclarecedora das narrativas sociais em torno das "infâncias trans" e sua relação com a educação. Ela destaca a importância da desconstrução de discursos normativos e da necessidade de reconhecer e respeitar as identidades de gênero desde a infância, sem a busca incessante por fundamentações que, muitas vezes, não são necessárias.

Outra dissertação analisada, foi de Thaynara Oliveira da Silva, defendida em 2022 no Programa Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia, sob o título "Narrativas (Auto) Biográficas e Vivências de Gênero de Mulheres Transexuais em Senhor do Bonfim - Bahia," oferece uma perspectiva valiosa e detalhada sobre as experiências de mulheres transexuais que concluíram o ensino médio em escolas públicas estaduais na região de Senhor do Bonfim, Bahia.

O objetivo central da dissertação é analisar essas experiências por meio de narrativas autobiográficas, destacando a fluidez identitária contemporânea e a desconstrução das normas de gênero tradicionais. A pesquisa aborda uma variedade de questões, desde a concepção de ser mulher até as performatividades de gênero, a binaridade dos sexos e as identidades de gênero. Ela também explora o acesso desses corpos a diferentes espaços, com foco especial no ambiente escolar, e reflete sobre as vivências de diversidade no currículo.

A fundamentação teórica da pesquisa é sólida, baseando-se nos estudos queer, que enfatizam os processos de subjetivação e diferença, e nos estudos pós-críticos, que abordam as relações entre currículo, identidade e poder. A metodologia utilizada, que se baseia na abordagem autobiográfica e na entrevista narrativa, oferece uma profundidade única aos dados coletados, permitindo que as histórias de vida das quatro colaboradoras (três mulheres transexuais e uma mulher travesti) sejam exploradas de maneira abrangente.

A pesquisa revela um "não lugar" ou um "outro lugar" vivenciado por essas mulheres transexuais, destacando suas experiências desde a infância trans até as estratégias de sobrevivência dentro do ambiente escolar e em outros espaços no Semiárido. Além disso, ressalta a emergência da visibilidade desses corpos trans como um novo paradigma, capaz de reestruturar não apenas o espaço escolar, mas também o Ensino Superior, a formação docente e a construção social heteronormativa na região do Semiárido.

No entanto, uma análise crítica também deve considerar as limitações da pesquisa. A amostra de participantes é pequena, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, a pesquisa concentra-se em um contexto específico, Senhor do Bonfim, Bahia, o que pode restringir a aplicabilidade das conclusões a outras regiões e contextos.

Portanto, é importante reconhecer a riqueza das informações fornecidas por esta dissertação, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de investigações adicionais para compreender plenamente as experiências das mulheres transexuais em diferentes contextos e comunidades.

Por fim, a última e terceira dissertação analisada, neste artigo, de Jeanne Araujo e Silva, defendida em 2019 no Programa de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, intitulada "Crianças Transgênero: Uma Análise da Produção Científica Brasileira dos Últimos Cinco Anos," orientada por Roberto Sanches Mubarac Sobrinho, desempenha um papel fundamental ao examinar a produção científica brasileira recente (2014-2018) relacionada à infância transgênero.

O objetivo central desta pesquisa é compreender os aspectos e dimensões enfatizados na percepção da infância transgênero, promovendo um diálogo interdisciplinar com autores, estudiosos e trabalhos que se concentram nas experiências vivenciadas na infância por membros das comunidades LGBT. O estudo é dividido em três capítulos essenciais.

No primeiro capítulo, a dissertação contextualiza a percepção da infância ao longo da história, destacando como as sociedades gradualmente reconheceram as distinções entre a criança e o adulto, desde a Idade Média até os dias atuais. Esse panorama histórico é crucial para entender a evolução das perspectivas sobre a infância e, especificamente, sobre a infância transgênero.

O segundo capítulo apresenta uma revisão abrangente do "Estado da Arte" das pesquisas brasileiras voltadas para a infância transgênero. Esta seção fornece uma visão geral das tendências, descobertas e lacunas na literatura acadêmica sobre o tema, contribuindo para uma compreensão mais sólida do contexto de pesquisa.

O terceiro capítulo se aprofunda nas discussões a partir dos textos escolhidos para análise, permitindo uma exploração detalhada dos aspectos e dimensões que emergem nas vivências de pessoas transgênero na infância. A metodologia utilizada na pesquisa é baseada em uma abordagem qualitativa e quantitativa de pesquisa bibliográfica, que

envolve a coleta de teses e dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, periódicos na Biblioteca Eletrônica SCIELO e anais de eventos acadêmicos relacionados a gênero e sexualidade.

Uma análise crítica da dissertação revela sua importância na promoção do diálogo e no fornecimento de uma visão abrangente das experiências da infância transgênero no contexto brasileiro. No entanto, é importante reconhecer que, embora o estudo identifique tendências e padrões nas pesquisas, ele também destaca a exclusão de sujeitos que não se conformam com as normas padrões de gênero. Além disso, a pesquisa enfatiza a diversidade de subjetivações singulares em relação à sexualidade e ao gênero, o que enfatiza a complexidade e a individualidade das experiências das crianças transgênero.

Desta forma, a dissertação de Jeanne Araujo e Silva representa uma contribuição significativa para a compreensão das vivências das crianças transgênero no Brasil e promove uma reflexão importante sobre as perspectivas de gênero e sexualidade na infância. No entanto, é fundamental que futuras pesquisas continuem a explorar essas questões de maneira aprofundada, incluindo uma variedade de vozes e experiências para obter uma compreensão mais completa e inclusiva da diversidade de identidades de gênero na infância.

Ao analisar as dissertações de Melanie Laura Mariano da Penha Silva, Thaynara Oliveira da Silva e Jeanne Araujo e Silva, é possível observar pontos de diálogo, semelhança e divergência que lançam luz sobre o tema complexo e importante das experiências das pessoas transgênero, incluindo a infância trans.

Todas as dissertações compartilham um foco central na identidade de gênero, explorando como as pessoas transgênero constroem e vivenciam sua identidade desde a infância. Elas buscam desconstruir as normas tradicionais de gênero e questionar a cisnormatividade, contribuindo para a compreensão mais ampla da diversidade de identidades de gênero.

Além disso, as dissertações adotam abordagens qualitativas em sua metodologia de pesquisa, utilizando entrevistas, narrativas autobiográficas e análises discursivas para acessar as experiências e perspectivas das pessoas transgênero. Isso reflete a importância de dar voz às próprias pessoas cujas vidas estão sendo examinadas.

As dissertações de Melanie Laura Mariano da Penha Silva e Thaynara Oliveira da Silva também destacam a importância da mídia e da educação na construção das narrativas e identidades de gênero. Elas exploram como a mídia representa as identidades transgênero e como a educação pode desempenhar um papel fundamental na promoção da compreensão e aceitação das identidades de gênero diversas.

No entanto, há diferenças significativas nas abordagens e focos das dissertações. A dissertação de Melanie Laura Mariano da Penha Silva se concentra nas representações midiáticas das infâncias transgênero e sua relação com a educação, enquanto a de Thaynara

Oliveira da Silva analisa as vivências de mulheres transexuais em Senhor do Bonfim, Bahia. Por outro lado, a pesquisa de Jeanne Araujo e Silva se concentra na análise da produção científica brasileira sobre crianças transgênero.

Em síntese, a análise das dissertações desenvolvidas entre 2007 e 2022 sobre a "Infância Trans" revela uma riqueza de perspectivas e abordagens que enriquecem significativamente o entendimento das experiências das pessoas transgênero desde a infância. A diversidade de enfoques identificada não apenas amplia o conhecimento sobre a complexidade dessas vivências, mas também desafia e desconstrói estereótipos e preconceitos arraigados. Ao alinhar-se com as reflexões de Oliveira (2017), concluímos que essa variedade de abordagens é essencial para uma compreensão mais completa e complexa das experiências transgênero. Além disso, ela se mostra crucial para promover práticas inclusivas mais efetivas, contribuindo assim para o avanço contínuo da pesquisa e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Estado do Conhecimento, exploramos e analisamos dissertações desenvolvidas no período de 2007 a 2022 que se dedicaram ao estudo das experiências da infância transgênero no Brasil. Por meio dessa análise, pudemos identificar tendências, lacunas e contribuições significativas para o campo das identidades de gênero na infância.

Uma das principais constatações é a crescente atenção acadêmica voltada para as experiências das crianças transgênero, refletindo uma maior conscientização e reconhecimento da diversidade de identidades de gênero. As pesquisas analisadas apresentaram uma variedade de abordagens metodológicas, incluindo estudos de caso, análises de narrativas, revisões bibliográficas e entrevistas, destacando a necessidade de múltiplos enfoques para compreender a complexidade das vivências das crianças transgênero.

Os temas mais recorrentes nas dissertações incluíram a construção da identidade de gênero na infância, a influência da mídia e da educação na formação dessas identidades, as experiências de discriminação e exclusão, bem como as estratégias de apoio e resiliência adotadas por essas crianças e suas famílias. Esses tópicos refletem a interseção de questões de gênero, sexualidade, mídia, educação e direitos humanos na vida das crianças transgênero.

No entanto, também identificamos algumas lacunas significativas na pesquisa. Há uma escassez de estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento das identidades de gênero ao longo do tempo, bem como uma falta de representatividade regional nas pesquisas, com uma concentração significativa de estudos realizados em determinadas regiões do Brasil. Além disso, a voz das próprias crianças transgênero muitas

vezes não é amplamente incorporada nas pesquisas, o que sugere a necessidade de envolver as crianças de maneira mais ativa na construção do conhecimento sobre suas próprias experiências.

As dissertações analisadas forneceram importantes insights para a compreensão das vivências das crianças transgênero no Brasil e destacaram a importância de promover a inclusão, o respeito e a aceitação das diversas identidades de gênero desde a infância. Elas também apontaram para a necessidade de pesquisas futuras que ampliem a representatividade regional, incorporem perspectivas interseccionais e deem voz às próprias crianças transgênero.

Em síntese, este Estado do Conhecimento contribui para o enriquecimento do debate sobre identidades de gênero na infância e fornece um sólido ponto de partida para futuras pesquisas e práticas que promovam uma sociedade mais inclusiva e respeitosa da diversidade de identidades de gênero.

Sugere-se uma necessidade de pesquisas mais abrangentes, inclusivas e participativas, bem como a tradução das descobertas em ações concretas que promovam o respeito e a aceitação das diversas identidades de gênero desde a infância. É por meio desse esforço conjunto que poderemos construir uma sociedade mais igualitária e inclusiva para todas as crianças, independentemente de sua identidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Jonathan Machado. Descolonizando a infância trans na encruzilhada da diversidade e da justiça. *In*: DOMINGUES, Jonathan Machado. **Desvendando Horizontes**: diversidade sexual, direitos humanos e educação. São Paulo: Editora Akademy, 2023. Cap. 8. p. 72-83.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Jeanne Araújo e. **Crianças Transgênero**: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cincos anos. 113f. 2019. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

SILVA, Melanie Laura Mariano da Penha. **Infâncias trans**: a emergência de uma narrativa social em (con) textos midiáticos e suas inter-relações com a educação. 140f. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Thaynara Oiveira da. **Narrativas (auto) biográficas e vivências de gêneros de mulheres transexuais em Senhor do Bonfim – Bahia**. 75f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação contextualizada para convivência com o semiárido) - Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

Recebido em: 02/09/2023
Aceito em: 22/01/2024

MUDANDO EM 2021 A COR, GÊNERO E SOBRENOME DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PB

CHANGING IN 2021 THE COLOR, GENDER AND SURNAME OF THE MUNICIPAL CITY OF CAMPINA GRANDE – PB

Maria Isabel Soares Barros [1]

Resumo: o presente artigo é resultado da pesquisa bibliográfica e documental realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, discutindo a questão de gênero, raça e classe na política partidária. Desse modo, partimos da premissa de que a legislação e os legisladores do Brasil não se apresentam de maneira explícita como segregacionistas, mas em termos mais práticos, a segregação racial e de gênero sempre existiram no decorrer da história e são comprovadas por meio dos indicadores sociais e econômicos, o mito da democracia racial, a negação do racismo, entre outros. Resultando então na tentativa de apagamento e embranquecimento da cultura negra. O acesso aos espaços institucionais de poder e de decisão foram negados durante a história à população negra que, afastada desses espaços, foram impedidas de anunciar e reivindicar suas demandas por muito tempo. Face às determinações capitalistas, tal quadro acarretou que as políticas sociais, que foram tardiamente formuladas, não abrangem as necessidades da população negra, fazendo o recorte de gênero, não atingem positivamente as mulheres negras que não se sentem representadas e dificilmente encontram oportunidade de adentrar a esse espaço. Deste modo, destacamos o mandato da primeira vereadora negra de Campina Grande-Paraíba, a Jô Oliveira, objetivando analisar suas proposituras, no primeiro ano de mandato, que tenham feito referência às demandas históricas da população negra. Nossa pesquisa teve abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, a partir da qual identificamos características de um mandato popular, que levou à Câmara Municipal de Campina Grande debates e avanços na luta antirracista.
Palavras-chave: Gênero; raça; políticas partidárias; Jô Oliveira

Abstract: this article is the result of bibliographic and documentary research carried out for the Course Completion Work (CCW) in Social Work, discussing the issue of gender, race and class in party politics. Therefore, we start from the premise Brazilian legislation and legislators do not appear explicitly segregationists. However, in practical terms, segregation of race and gender has always existed in the course of history, and it is certified by social and economic indicators, the myth of racial democracy, and the denial of racism, among others. It thus results in the attempt to erase and whiten black culture. Access to institutional spaces of power and decision-making has been denied throughout history to the black population who, removed from these spaces, were prevented from announcing and claiming their demands for a long time. In the face of capitalist determinations, such a situation meant that social policies belatedly formulated, do not cover the needs of the black population. If narrowed down to a gender cut, they do not positively affect black women who do not feel represented and hardly find the opportunity to enter this space. In this way, we highlight the mandate of Jô Oliveira, the first black councilwoman of Campina Grande-Paraíba, aiming to analyze her propositions in the first year of her mandate, which referred to the historical demands of the black population. Our research has a qualitative, bibliographical, and documental approach, from which we identified characteristics of a popular mandate that led to debates and advances in the anti-racist fight for the City Council of Campina Grande.
Keywords: Teacher education; sexuality; gender; pedagogy; LGBTQIAP+ diversity.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil estruturalmente e cotidianamente apresenta-se racista, misógino, intolerante, com resquícios de austeridade. Esses são alguns infelizes aspectos carregados pelo país

[1] Bacharela em Serviço Social e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Pós-graduada em Relações de Gênero, Raça e Etnia, e em Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UNINTER.

devido a maneira pela qual foram sendo construídas em bases colonialistas e funcionalidade posta a serviço do capitalismo. Consequentemente, esses aspectos históricos continuam firmemente sólidos sendo reproduzidos pretensamente de maneira velada. A negação frontal do racismo é encoberta pela criação de ideologias, como por exemplo, a democracia racial e a miscigenação, que surgem com o desígnio de embranquecer e findar com a raça negra e sua cultura, ao mesmo tempo em que mascara os mecanismos que sustentam a exploração que promovem.

Diante dos contextos propostos, compreendemos que se torna indissociável tratar da temática raça, sem debater a questão de gênero e de política. Nesse sentido, serão analisadas nesse trabalho as pautas raciais referentes à população negra presentes nas proposituras do primeiro ano de mandato da vereadora Jô Oliveira, no Município de Campina Grande – Paraíba, que é datado de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

A pesquisa proposta está inserida na busca de produção de conhecimento que subsidie o enfrentamento ao racismo, visto que há uma lacuna nesse debate especialmente perceptível no curso de Serviço Social que, apesar de ser um curso crítico e de fazer durante sua formação referências à desigualdade racial, ainda apresenta ausência de diálogo e aprofundamento nessa questão racial para subsidiar pesquisas e estudos sobre a temática. Considerando também o atual código de ética do Serviço Social, que não faz menção ao conceito raça, e consequentemente não trata devidamente sobre o racismo, se debruça de uma maneira mais geral ao preconceito. Enquanto profissional, o assistente social lida diretamente com as múltiplas expressões da questão social, entre elas as expressões do racismo, e a maioria dos seus usuários desde o início da atuação são a população negra. Sendo assim necessário uma formação crítica continuada e permanente, para que os profissionais não se tornem reprodutores do conservadorismo, como também do racismo estrutural e institucional. Ressalto também, a responsabilidade que deve ser aprofundada pelas entidades representativas de toda a categoria em assumir o compromisso com a pauta antirracista, consequentemente sendo ampliada para os estudantes que possam ter acesso a mais intensos debates e conhecimento sobre o conteúdo. É preciso fortalecer o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas expressões de violência cometida contra a população negra e contra um projeto genocida, colonialista e capitalista historicamente renovado pelo sistema capitalista que continua matando de todas as formas, quando não se trata de maneira violenta, atua silenciando e apagando a história da população negra. Ressalto o registro de que não é mais tolerável e aceitável essa falta de comprometimento e engajamento profissional, em nenhuma de suas dimensões, com relação à questão racial.

Ademais, o corpo que compõe o Poder Legislativo deve possuir comprometimento com o enfrentamento do racismo, pois a eles(as) são confiados o trato sobre as múltiplas demandas postas pela sociedade que os elege como representantes. Devido às raízes

históricas do conservadorismo na política campinense, o parlamento do município é um espaço historicamente fechado em si, de mandatos "distantes" da comunidade e ocupados pelos mesmos grupos familiares, criando barreiras que afastam a sociedade de adentrar, de fato e de forma representativa naquele espaço. Esse relacionamento pré-determinado fragiliza a comunicação da atuação dos mandados da cidade, porém a Jô Oliveira, inova ao levar as demandas debatidas e os acontecimentos da Câmara dos Vereadores para o alcance de conhecimento da massa populacional, ao sair das ações administrativas do Gabinete, do comodismo e ir conhecer e ouvir pessoalmente as demandas populacionais, discutir propostas, dar lugar de fala aos que não tem voz, ser integralmente uma representante do povo.

É necessário então o registro desse mandado por ser pioneiro na maneira de fazer política, além da marca histórica de ser a primeira mulher negra a ocupar o cargo de Vereadora de uma cidade que é marcada por uma política arcaica e familiar. A pesquisa deseja contribuir para o conhecimento e o reconhecimento do mandato e os efeitos sociais, também como cobrança para que os debates sejam ampliados dentro da Câmara Municipal. Nesse sentido apresentamos como objetivo geral, analisar proposituras referentes às demandas históricas da população negra do primeiro ano de mandato da vereadora Jô Oliveira.

2 DESENVOLVIMENTO

As mulheres negras, no decorrer da sua história foram ocupando sucessivamente espaços de dominação, sendo então alvo do que Gonzalez (2020) apresenta como duplo fenômeno enfrentado pelas mulheres negras: racismo e sexismo. De fato, o racismo articulado ao sexismo produziu efeitos violentos sobre as mulheres negras, tornando-as vulneráveis e alvo das mais cruéis e violentas formas de agressão. Desse modo, é anulado a sua própria humanidade e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são como "burros de carga do sexo" (Gonzalez, 2020, p. 149), a mulata, considerada pela ideologia racial como uma negra branqueada, é o fruto concreto da miscigenação que se torna símbolo de objeto sexual. A miscigenação é a maneira mais delicada para mascarar e romantizar a exploração, uma terrível violência sofrida pelas mulheres negras durante a escravidão e que seus efeitos são perpetuastes mesmo depois de 134 anos do fim do sistema escravista, resultante também na "aquarela (de cores) do Brasil" (Schwarcz, 2012, p. 101).

O movimento feminista branco liberal, frequentemente tido como única expressão do movimento feminista, tem a questão racial como um atraso político, pois negam o racismo e não compreendem as demandas necessárias. Feministas negras diante desse feminismo, eram denominadas como "agressivas", "não feministas" (Gonzalez, 2020, p. 105), em insistir na pauta do racismo, por exemplo as denúncias da opressão e exploração das empregadas

domésticas. Porém o movimento insistia em uma postura elitista e de discriminação. Nesse contexto, a presença das pautas postas pelas mulheres negras nos mais variados espaços, são de fundamental importância para o fortalecimento da democracia, disputa que se faz também por meio da tomada de espaços que estas fizeram na política partidária. Em 1965 o mundo contava apenas com 8,1% de mulheres atuando em parlamentos (Lima, 2015, p. 46), em 1995 a proporção era de 11,3% e em 2020 torna-se 25,5% (Onu News, 2021). De acordo com Lima (2015) no período da ditadura militar, momento em que há ausência da democracia, não é coincidentemente que haja uma queda da porcentagem de mulheres no parlamento do Brasil. Sendo assim, "basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados" (Beauvoir, 1949, p. 29).

A partir do século XX as mulheres passam a ocupar esses espaços políticos com mais efervescência, mesmo diante de um cenário resistente da política partidária, que se apresenta de maneira machista e conservadora. A inserção de mulheres negras no parlamento, além de ser um processo necessário para a reparação histórica, é também uma maneira de promover a democracia de fato e realçar a pluralidade de vozes nos espaços que são de tomada de decisões.

Quando se trata da luta da acessão da mulher negra na política, temos uma vasta lista de nomes de mulheres negras que foram pioneiras nas ideias e nas representações socialmente, por exemplo, "a intelectual Lélia González é referência obrigatória neste panorama. Ativista do Movimento Negro Unificado foi uma das principais responsáveis pela constituição do movimento de mulheres negras no país. (Schumaher; Brazil, 2006, p. 327). Em 1934, Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a ocupar um cargo eletivo no Brasil, rompendo as barreiras do preconceito e se tornando marco histórico para a luta do sufrágio no feminismo negro. E, no município de Campina Grande, na Paraíba, mesmo durante o longo período de realocação e luta para ocupar espaços na política partidária, apenas em 2021 foi eleita a primeira vereadora negra, Jô Oliveira. Fato que é um marco histórico na cidade que é marcada por um rodízio de nomes e poucos sobrenomes, ou seja, o apadrinhamento político e a forte tradição de famílias no poder são como pré-requisitos dominantes, e a Jô Oliveira não possui nenhum desses dois pré-requisitos, o que vem a ser mais um marco histórico.

2.1 BIOGRAFIA, CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE JÔ OLIVEIRA

Pela primeira vez na história do município de Campina Grande a Câmara Municipal "Casa Félix Araújo", conta com uma vereadora negra eleita legitimamente, a campinense Josilene Maria de Oliveira, aos seus 43 anos de idade, mais conhecida como Jô Oliveira torna-se marco histórico na política local. A cidade de Campina Grande foi fundada em 1 de dezembro de 1697, mas só após 167 anos, em 11 de outubro de 1864 que foi emancipada

(Campina Grande Prefeitura Municipal, 2021**)**, necessário ressaltar essas datas para compreender a importância da representatividade desse mandato para a sociedade democrática, principalmente para a população negra, e refletir sobre a sua tardia inserção no parlamento campinense, diante de uma exclusão histórica dos espaços de dominação e poder.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Jô Oliveira foi estudante assídua da escola e universidade pública, cursando graduação e mestrado em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, ocupando espaços do conhecimento científico. A ocupação do espaço acadêmico, por Jô Oliveira, é importante pois demarca um perfil, notadamente ausente na Câmara de Campina Grande, o de militante-intelectual, como também pela histórica dificuldade de as pessoas negras acessarem o ensino superior frente às barreiras impostas pelo racismo.

Candidata pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), traz consigo frentes que são silenciadas e esquecidas pelo parlamento, não se sentindo representada nesses espaços, destaca e enfatiza a importância da representatividade, e de como o mandato deve ser composto de diálogo com a população e participação dela, transparência e honestidade. A sua campanha deu-se de "porta em porta" visitando as comunidades, dialogando e conhecendo de perto mais particularidades das demandas apresentadas. Em 15 de novembro de 2020, ocorreram as eleições municipais em todo o Brasil, para a escolha de vereadores e prefeitos. Em Campina Grande/PB pela segunda vez teve a candidata Jô Oliveira concorrendo para ser vereadora do município. Em 2015 na sua primeira candidatura obteve 1.544 votos, porém a quantidade de votos não foi suficiente para assumir o cargo, sendo eleita apenas nas eleições de 2020 (assumindo em 2021) com 3.050 votos, conquistando quase o dobro de votos da primeira candidatura (Jô Oliveira, 2021).

Dos 23 vereadores eleitos, ocupou o 6º lugar no *ranking* dos mais votados e dentre as 7 mulheres eleitas, foi a 4ª mais votada, garantindo assim seu espaço na Câmara como vereadora da cidade de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Na Câmara compõe a Mesa Diretora do Primeiro Biênio 2021/2022, como Segunda Secretária. A Comissão dos Direitos da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente, como Presidente (01/01/2021 a 31/12/2022). A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Controle, como Secretária (01/01/2021 a 31/12/2022). Seu mandato é marcado pela participação ativa nas proposituras, assembleias e eventos. Também é marcada pelo pioneirismo, em 10 de fevereiro de 2021, foi a primeira mulher negra na história a presidir a sessão na Câmara (Câmara De Vereadores De Campina Grande, 2021).

Tomando conhecimento da trajetória da vida pessoal, acadêmica, militante e profissional de Jô Oliveira, de fato identificamos a interseccionalidade como aliada nesse processo para o autoconhecimento e o autorreconhecimento para decifrar as múltiplas opressões e construir estratégias de enfrentamento. Conjuntamente a importância de se

reconhecer e a partir das suas experiências como mulher negra passar a ter mais potencializado o seu lugar de fala e de intervenção não apenas na política partidária, como também na militância.

Em meio às proposições, iremos identificar e analisar as pautas relacionadas à população negra, apresentadas pela vereadora Jô Oliveira, a partir de 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o primeiro ano do seu mandato no município de Campina Grande, PB. As fontes levantadas são que nesse período somam 525 matérias ao todo como primeira autora. Desta produção, nos debruçamos sobre os 53 Projetos de Lei (PL), dos quais analisamos 10, tomando por critério de seleção, os documentos terem Jô Oliveira como primeira autora no período do primeiro ano de mandato e que possuem impacto direto para a população negra.

2.1.1 PROTAGONISMO DA JUVENTUDE NEGRA

O Projeto de Lei (PL) de nº 154, de Jô Oliveira, tem como ementa reconhecer a utilidade pública da AJURCC (Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania) e dá outras providências, tratando-se, portanto, de debater o protagonismo das juventudes, incluindo expressamente a negra, em dois aspectos, tanto na organização e na articulação como na participação das atividades proporcionadas. O PL supracitado traz no seu Artigo 1°, "Fica reconhecida de Utilidade Pública e Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania - AJURCC, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativas, com fins filantrópicos, com sede neste município" (Campina Grande, 2021a).

Esse projeto de lei foi apresentado em 3 de março de 2021, no entanto foi votado e aprovado em 13 de maio de 2021, data simbólica na trajetória da população negra do Brasil, em razão de que essa foi a data que marca o registro legal da abolição da escravatura. Apesar da data possuir o viés conservador/reacionário e não ser comemorada como uma conquista, ainda assim torna-se relevante, pois fortalece a discussão sobre a segregação da população negra durante o processo de democratização, como também encoraja a resistência e os movimentos ativistas negros e até a própria política partidária a cobrarem do Estado o seu ônus.

Como efeito, a referida lei é destacado pois a AJURCC tem como um dos públicos alvo para suas ações a população negra, especialmente a parcela que se encontra em risco social, sendo assim sua missão e objetivo é contribuir para a formação de uma cultura cidadã, com destaque na educação popular e nos espaços de decisão, defendendo a democracia, e consequentemente os direitos humanos, políticos, econômicos, sociais, artísticos, culturais, ecológicos, para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Oficialmente desde 2004 a organização sem fins lucrativos, vem desempenhando o papel de guardião e defensor dos direitos sociais da população.

As ações desempenhadas pela AJURCC são ações de caráter interdisciplinares, que se apresentam por meio de projetos e cursos gratuitos de inclinação cultural, artístico, social, ecológico, profissionalizante, com parcerias públicas e privadas. Assim como mencionado na justificativa do projeto, no período da pandemia a AJURCC implanta o projeto Juventudes em Defesa da Vida Contra o Coronavírus, com ações centrais na garantia da segurança alimentar e nos métodos de prevenção à saúde. Desse modo desempenhou um notório e importante papel que além das suas ações rotineiras, desempenha um trabalho contra o Coronavírus como a arrecadação e distribuição de alimentos, produtos de higiene, máscaras, entre outros.

Não é corriqueiro esse tipo de reconhecimento a associações que desempenham esse tipo de atividades, afinal proporcionar estímulos educacionais, políticos e de entretenimento para a massa populacional, não são bem-vistos aos olhos dos conservadores e do Estado, que cultivam o conceito de meritocracia e não permitem dividir os mesmos espaços de hierarquia educacional e profissional. Embora postulamos a necessidade do Estado em assumir sua função social frente à população negra, compreendemos que a ausência dessa função motiva e influencia a atuação do terceiro setor com interesse de desmontar e desresponsabilizar o serviço público. Por vezes então, também resultando na responsabilização da sociedade, que assume funções que deveriam ser estatais. Verificamos a importância de que, especialmente no contexto de pandemia pelo qual passamos, ações como as realizadas pela AJURCC, sejam realizadas. Essas atividades, o Estado vem desempenhando de maneira ineficiente frente às requisições capitalistas, porém essa ineficiência da atuação do serviço público, deve-se a má gestão e os contínuos de financiamentos e desmontes, elaborados pela ordem capitalista para desresponsabilizar o Estado e justificar a terceirização dos serviços.

2.1.2 ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DA JUVENTUDE NEGRA: VIOLÊNCIA, ENCARCERAMENTO E GENOCÍDIO

No que concerne sobre os enfrentamentos cotidianos da juventude negra, delimitando as questões pertinente à processos estruturais de violências, destacamos 2 Projetos de Lei apresentados que tratam dessa alarmante e inquietante realidade. O Projeto de Lei nº 174, que possui como ementa “altera o calendário oficial de Campina Grande – PB para incluir o dia 20 de junho como dia municipal de luta contra o encarceramento da juventude negra”, e traz no Artigo 1° a seguinte redação: “Fica incluído no calendário oficial da Cidade o dia 20 de junho como Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra”, apresentando em 09 de março de 2021 e até a presente análise não se encontra aprovado. O outro projeto de lei, é o de nº 178, que possui ementa “altera o calendário oficial do município de Campina Grande-PB, para incluir o dia 14 de dezembro como dia municipal

Tássio Pereira de Lima[2] de enfrentamento ao genocídio da juventude negra", e o seu Artigo n°1 aponta que: "Fica incluído no calendário oficial da Cidade o Dia 14 de dezembro como Dia Tássio Pereira Lima de enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra", apresentando em 09 de março de 2021 e até então não houve aprovação. Ambos possuem conexão nas temáticas encarceramento e genocídios, e por esse motivo serão analisadas em conjunto.

Entre 1995 e 2010, o Brasil foi o segundo país com maior variação de taxa de aprisionamento no mundo, ficando apenas atrás da Indonésia (Borges, 2020). O sistema prisional do Brasil tem se apresentado de modo desgastado, chegando a um ponto precário com a superlotação, aprisionando muito mais do que sua capacidade. Deste modo o que seria um local destinado a substituição das práticas de tortura e morte, e para reclusão da vida social, como punição por infringir a Lei, para recuperação e reintegração à sociedade, não vem desempenhando esse papel tornando o detento reincidente.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) no Brasil em 2005 os negros representavam 58,4% e os brancos 39,8% do total de presos, já em 2019 esses números obtiveram um expressivo aumento, passando a representar 66,7% de negros e 32,3% de brancos. Essa taxa de variação nesse curto período de 4 anos, demonstra o crescimento de 377,7% na população carcerária classificada pela raça/cor negra, o valor é bem superior à variação para os presos brancos, que foi de 239,5%. Segundo os dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) em 2019, mais da metade da população prisional tem entre 18 e 29 anos. Portanto, entende-se que as prisões no país estão se tornando cada ano mais um espaço destinado a um pré-determinado perfil populacional ainda mais homogêneo, apresentando uma disparidade de desigualdade racial nos presídios de todo o país.

O encarceramento da população negra é, em grande medida, consequência da violência que o Estado impõe. Considerando os elevados índices das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte 79,1%, eram pretas e pardas, e 74,3% jovens até 29 anos, designando então um padrão de quem "representa perigo" e que consequentemente torna-se suspeito, ou até mesmo culpado até que se prove ao contrário, o "grupos de risco" vítima dos eventos de violência letal no país são: homens jovens negros de baixa escolaridade. Esse percentual de mortes é superior à média nacional verificada no total das mortes violentas intencionais, em que 74,4% de todas as vítimas são negras.

> Não se trata de um entrave e de uma opressão apenas policial [...] A falta de acesso à justiça, a advogados e defensores com tempo e qualidade desse tempo para atendimento de réus e vítimas, a morosidade, o tratamento desigual baseado no fenótipo: são

[2] O "jovem Tássio Pereira Lima, de 27 anos, assassinado em 14 de dezembro de 2019 por um policial militar, enquanto andava de moto com seu tio pelo bairro da Palmeira, em nosso município. No episódio fatídico, o policial militar atirou em Tássio enquanto este tentava retirar do bolso o seu documento de identificação. Até a presente data não houve punição pelo seu assassinato" (Campina Grande, 2021b) - Redação da justificativa da PL n° 178.

> todos indícios de que há, na verdade, uma constante insegurança sobre garantia de direitos no contato com esse sistema (Borges, 2020, p. 57).

Também importante destacar que esse padrão (homem negro) é símil entre os policiais que são vítimas de homicídio e latrocínio, totalizando 65,1% assassinados em 2019. A redação da justificativa do Projeto de Lei n° 178, de autoria de Jô Oliveira, traz uma reflexão sobre o papel do homem negro nas entidades de segurança, e categoricamente afirma que esses profissionais não podem serem tratados como "parte descartável nas tropas".

Tratando sobre o encarceramento de mulheres há uma invisibilidade e tabus em compreender que essa realidade existe,

> De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas. Cumprem suas penas esquecidas pelos familiares, amigos, maridos namorados e até pelos filhos. A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a da mulher envergonha a família (Varella, 2017, p. 38).

A solidão da mulher nos presídios é uma das temáticas debatidas pelo Médico Dráuzio Varella em seu livro intitulado como Prisioneiras (2017), na obra ele relata sobre a sua experiência e as histórias de vida de mulheres que se encontram encarceradas em presídios. Ele também traz apontamentos sobre a violência de gênero, além do abandono familiar, a violência, sexualidade e a maternidade. O Programa de Visitas íntimas, por exemplo, algo que até então nos presídios masculinos são de praxe e considerados naturais, só em 2002 foi estendido às presidiárias, quase vinte anos depois da implantação nos presídios masculinos. O abandono da família impacta o bem-estar da presidiária. Esse fenômeno do abandono das mulheres nos presídios tem seu fundamento em traços sociais que de tão naturalizados passam despercebidos, como na maioria das casas, cujos habitantes estão em vulnerabilidade social, a mulher é frequentemente a única responsável pelo quesito financeiro da família monoparental, o seu distanciamento do território familiar causa insegurança com relação ao amparo de seus filhos ou outros familiares que sejam dependentes. A rede familiar de apoio também é concentrada nas demais mulheres que mantêm os vínculos com a família. Enquanto as mulheres são ameaçadas de morte caso abandonem seus cônjuges quando se encontram presos, como relata Varella (2017), quando a situação acontece ao contrário, mulheres são abandonadas nos relacionamentos sem cerimônias, raros os casos em que permanecem com relações.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Mulheres de 2016, a população prisional feminina 62% são mulheres negras, e mais da

metade estão na faixa etária de 18 aos 29 anos. Entre as causas da prisão, destaca-se os crimes ligados ao tráfico, que se configuram 3 em cada 5 mulheres. Ou, em pequenos furtos de bens essenciais para a sobrevivência.

> Tráfico, ademais, é a tipificação com maior incidência no sistema prisional, em uma média de 27%. Contudo, se fizermos o recorte de gênero, o número é assustador: 62% das mulheres encarceradas estão tipificadas na Lei de Drogas (Lei n o 11.343/06), enquanto que esse percentual cai para 26% entre os homens encarcerados (Borges, 2020, p.56).

Desta maneira então, é inteligível que independente do papel social em que o(a) negro(a) estiver ocupando, estarão mais expostos a violência do que os não negros, como é exposto na justificativa do projeto de lei n° 178, negros e não negros "vivem realidades completamente distintas e opostas dentro de um mesmo território". Assim como exposto nos dados coletados de órgãos da área de segurança, que também foram elencados nas justificativas dos projetos de lei em discussão, não se tratam de situações isoladas, são práticas concretas, e esses dados expostos não são meros números e estatísticas, são pessoas, famílias e sonhos de membros da população negra que foram destruídos de maneira brutal, de modo que é colocado muito bem na justificativa do projeto de lei n° 178, por "unicamente existir". De fato, "a partir das evidências que demonstram a disparidade da criminalização e pessoas negras no país, a criminologia crítica passou a assumir o racismo como uma variável constitutiva do sistema penal brasileiro" (Campina Grande, 2021c).

Esses são alguns dos fatores que tornam esses projetos de lei extremamente essenciais para o conhecimento da autêntica situação, conscientização social e ao enfrentamento frente a essa naturalidade imposta. A data 20 de junho, também possui forte importância no cenário nacional para a temática encarceramento da juventude negra, pois assim como relatado na justificativa do projeto de lei n° 174, em 2013 o jovem negro Rafael Braga foi preso no Rio de Janeiro no contexto de manifestações de rua, sem ser membro dos movimentos, passando a somar mais um caso de seletividade penal. Outra data que também foi destaque nos PL, e relembrada na justificativa do projeto de lei n° 178, faz referência ao caso do Tássio Pereira que em 14 de dezembro de 2019, em Campina Grande, tornou-se mais um jovem negro que entrou para a estatística de vítimas da abordagem policial violenta e letal, onde como é dito no senso comum: "primeiro atira, depois pergunta o nome", e nesse caso não foi diferente, enquanto a vítima retirava do bolso a identificação, foi baleado, não resistiu e faleceu.

Esses projetos de Lei de Jô Oliveira não foram aprovados no primeiro momento, porém o fato de conter uma vereadora naquele espaço conservador que provoque e traga para o debate temáticas como o encarceramento e o genocídio da juventude negra, tão

esquecidas e naturalizadas, fortalecem o movimento com visibilidade, demonstra que há sim resistência e que situações como essa não irão passar despercebidas e não serão aceitas. Também fica notório que não há um interesse do parlamento enquanto conservador em aprovar leis que comprovem que a democracia racial é um mito, e acreditam que a negação do debate é aliada em manter a "ordem social". Inclusive, novamente é identificado o omisso posicionamento que o Estado adota diante das suas obrigações com a questão social, e nesses episódios frisando a questão racial, o racismo propriamente sendo exercido.

2.1.3 RACISMO INSTITUCIONAL

O Projeto de Lei nº 426/2021, através do qual, a partir da emente, "Fica autorizado a instituir do programa municipal de enfrentamento ao racismo institucional", é de suma importância para a população negra e sociedade em geral, pois emerge o debate e validam as teorias de que há uma forte resistência do conservadorismo em assumir os erros cometidos com a questão racial durante a história. O projeto não foi aprovado no primeiro momento, o que mais uma vez percebemos que não há interesse, na vereança de Campina Grande, em projetos que reafirmam que a democracia racial é uma farsa tanto na sociedade, como consequentemente também nos espaços institucionais públicos ou privados. E repetitivamente observa-se a desresponsabilização do Estado com as questões que tratam do racismo.

De acordo com as informações fornecidas na justificativa do projeto de Lei, o Censo realizado em 2010 revelou que 58,5% da população da Paraíba e 54,8% da população de Campina Grande são negros. Mas apesar da população negra compor o maior número da população do Brasil, em contrapartida são os que possuem maior taxa de analfabetismo, maior taxa de encarceramento e violência policial, maior taxa de desemprego, menor acesso às políticas sociais (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2020). Esses índices são frutos de uma abolição que foi decretada sem que o país estivesse disposto a incorporar positivamente essa população sem políticas, redes de socialização e inclusão social, desse modo, as consequências foram inevitáveis nos diversos âmbitos, social, cultural, econômico e psicológico. Fato que ratificou o racismo também em sua dimensão institucional.

Compreendendo então que os conflitos raciais também fazem parte das instituições e organizações, de fato o racismo institucional é fortalecido como uma decorrência da falta de políticas sociais de sociabilização no pós abolição, que resultaram, por exemplo, na precária oferta de vínculos trabalhistas e de qualificação profissional. Direcionando o trabalhador negro a perspectiva conservadora de trabalho servil considerado incapaz de realizar outras atividades.

Sendo assim, o movimento negro com sua força contornou a situação do abandono com organizações de apoio entre si. Essa ausência planejada do Estado, que reproduziu o

racismo por meio de suas instituições, acarretou uma série de sequelas, dentre elas as favelas marcadas expressivamente pelo povoamento negro.

Essa "teia" de ataques de direitos que vai perpassando violentamente a história dos(as) negros(as), não deve ser compreendida como natural. De acordo com Almeida (2019), a estrutura do racismo institucional pode ser dividida em 2 concepções. A primeira é a seletividade e o padrão pré-determinado imposto para os candidatos, que excluem a população negra, uma pesquisa do Instituto Ethos em 2019 com as 500 empresas de maior faturamento do Brasil aponta que os negros são de 57% a 58% dos aprendizes e trainees, mas na gerência eles são 6,3%, o quadro executivo, a apenas 4,7% são negros**.** A segunda de que apenas representatividade não é o suficiente, pois

> O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre "pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição". Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, p. 33).

Assim, percebemos que as instituições são racistas, porque a sociedade é racista, tratando-se de um fenômeno estrutural. Portanto, entendemos a partir das concepções de Almeida (2019) que "o racismo é processo político", pois sua maneira dinâmica de estruturar-se influenciam a organização da sociedade de modo sistêmico. Também se expressa de maneira histórica, e com isso se manifesta através da forma circunstancial e específica e em conexão com as transformações sociais. Todavia, esse fato não é utilizado como defesa, justificativa ou afirmação para que as instituições sejam reprodutoras, mas para que ao

> Pensar o racismo como parte da estrutura não retirada a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (Almeida, 2019, p. 34).

Inclusive a própria Jô Oliveira, sofreu um ataque racista dentro da própria Câmara de Vereadores por um dos colegas de legislatura, ao qual não foi mencionado seu nome, a circunstância então é um dos exemplos que demonstra como o racismo institucional é executado. Na ocasião, um dos assessores da vereadora, ao passar em um dos corredores da Câmara, escutou um vereador, de maneira pejorativa, desdenhosa e aviltante afirmar que "não ia participar da audiência dessa nêga". Por essa ocasião, ao utilizar a tribuna, Jô reivindicou o respeito necessário e ressaltou sobre o racismo institucional.

Esses foram alguns dos exemplos concretos do racismo institucional entre tantos que não ganharam notoriedade pública e/ou judicial no Brasil, porém esses merecem aqui mais enfoque pelo fato de que esses casos ocorreram tão próximos, ou até mesmo com os próprios indivíduos que compõem o corpo legislativo da Câmara Municipal. Mas essas provas de que o racismo institucional existe não foram suficientes para que fosse motivada a discussão sobre a temática, incentivando assim a votação e aprovação desse projeto de lei, como também a elaboração de leis mais rígidas e programas mais abrangentes contra essas formas de expressão do racismo. Percebe-se então que além do comportamento covarde e omisso de alguns parlamentares campinenses, também há um despreparo teórico e técnico para se posicionarem em situações como essas, o artigo 3° do projeto de Lei n°426/2021, que expõe os objetivos que nortearam o Programa Municipal de Enfrentamento ao Racismo, trazem ações que iriam não apenas auxiliar o conhecimento da população, como também do próprio legislativo.

Fundamental atingir o entendimento de que o silêncio e o negacionismo, são aliados que fortalecem o racismo. Estamos em concordância com a justificativa do projeto de Lei, que debate sobre a necessidade do parlamento enquanto representantes do Estado assumam o compromisso com o enfrentamento de toda e qualquer prática de discriminação e preconceito. Não desresponsabilizando que também é dever de todos os cidadãos contribuir com o enfrentamento, mas especialmente os entes públicos que devem liderar e fiscalizar, pois eles que possuem o poder de desenvolver ações permanentes e persistentes na promoção da igualdade social.

2.1.4 HOMENAGENS A ESCRAVOCRATAS E A PRÁTICAS ESCRAVISTAS

O Projeto de Lei nº 463/2021, traz a ementa "Dispõe sobre a proibição de homenagens a escravocratas e eventos históricos ligados ao exercício da prática escravista, no âmbito da administração municipal direta e indireta". O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, um pouco mais de um século nos separam desde deplorável, vergonhoso e doloroso momento histórico em que o país vivenciou. Consideravelmente pouco, um século não vem sendo o suficiente para que a sociedade conheça e compreenda de fato o que foi a escravidão e suas implicações até os dias de hoje, essa escassez de acesso ao conhecimento é proporcionado pela tentativa de esconder

verdades históricas, acarretando a legitimação da desresponsabilização do Estado com o racismo e suas expressões, de modo que essas expressões também sejam encaradas como condições naturais, acontecimentos porventura, sem revoltas, sem intenções econômicas.

A aristocracia imperialista branca fomentou falsa concepção de que são dos verdadeiros salvadores da economia nacional em todos os momentos de crise dos nossos "ciclos econômicos", se autoproclamaram salvadores da economia e de todos os sujeitos sociais. O escravizado, homens negros, mulheres negras e indígenas foram os responsáveis pela estrutura econômica do país, eles que trabalharam nos diversos segmentos, mas o desfrute das homenagens coube a aristocracia branca.

É inaceitável e inconstitucional a permanência dessas homenagens, enquanto ocorre um apagamento da cultura e da história dos(as) negros(as). Como é exposto na justificativa do projeto de lei "Faz parte da luta racista promover a dissociação da imagem do homem branco enquanto conquistador, salvador". Portanto, a resistência tem importante papel nesse processo por assegurar que enquanto democracia, não podemos ser coniventes com essa barbárie que é homenagear e fomentar as benevolências (inexistente) da escravidão, período marcado pela extrema crueldade, perversidade, atrocidade e estupidez humana.

Nos últimos anos, após práticas racistas resultarem em assassinatos por todo o mundo, os movimentos antirracistas se unem para destruir os monumentos que homenageiam membros da aristocracia branca escravista. Com essa conduta, a sociedade passa a questionar se essas atitudes são vandalismo ou práticas reparatórias da história mundial, o conservadorismo por sua vez passa a atacar e criminalizar essas práticas. A partir desse movimento, projetos de lei em diferentes estados do Brasil, foram sendo compostos nas cidades para a proibição de novas homenagens aos escravocratas e as práticas desse sistema.

Desse modo, Campina Grande também não ficou fora dessa rede de resistência contra essa prática criminosa, uma vez que o racismo e a injúria racial são considerados crime, compreende-se que toda e qualquer homenagem a indivíduos que foram e são simpatizantes e líderes de práticas escravistas, consequentemente racistas, deve ser enfrentada. De acordo com a justificativa do Projeto de Lei, em questão,

> Questionar os símbolos e homenagens feitas a personagens históricos ligados a escravidão é também questionar o processo de aniquilação dos povos originários e a tão atual promoção da marginalização da população negra, é também questionar as contradições do processo de colonização brasileira (Campina Grande, 2021e).

De acordo com o Projeto de Lei n°463/2021, no Artigo 1° Inciso 1°, são considerados escravocratas todos os agentes sociais individuais e coletivos a seguir: "I - Os detentores de

escravizados; II - Os defensores da ordem escravista." O que se verifica é a atualidade desse projeto, pois mesmo com o fim da escravidão legalmente tratando, o sistema capitalista inovou nas novas modalidades de escravizar no mundo moderno.

Importante destacar o que preconiza esse projeto de lei, pela sua ampla abrangência e ainda mais a importância e o impacto que ela poderia resultar, caso fosse aprovada. Até o momento o projeto não se encontra aprovado, mas a resistência contra as homenagens a escravocratas no município permanece em alerta por variados movimentos que lutam pelos direitos humanos e raciais.

2.1.5 PRESERVAÇÃO DA CULTURA NEGRA

Na temática que abrange a preservação da cultura negra, iremos analisar em seus aspectos de apagamento da história os nomes históricos, as práticas tradicionais e as datas marcadas de homenagens. Portanto esse tópico irá se voltar para 5 projetos de lei, são eles: O projeto de lei nº 263/2021, que possui ementa "Altera o calendário oficial do Município de Campina Grande - PB, para incluir o dia 04 de julho como dia municipal do Coco de Roda", aprovado em 2 de setembro de 2021. O projeto de lei nº 435/2021 que sua ementa "Autoriza o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira e suas manifestações culturais e esportivas, permitindo a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de educação pública municipais de Campina Grande", apresentado em 29 de julho de 2021, sem aprovação até o momento. O projeto de lei nº 273, que possui ementa "Concede Título de Cidadania Campinense ao Senhor Marcos Antônio Batista (Mestre Sabiá)", aprovado em 2 de setembro de 2021. O projeto de Lei nº 508/2021 que possui ementa de "dispõe sobre a inclusão do seminário "agosto para a igualdade racial" no calendário oficial do município de Campina Grande e dá outras providências", apresentado em 09 de setembro de 2021, permanece sem aprovação. E, o projeto de Lei nº 549/2021, com ementa que "Institui a "semana municipal das juventudes" no âmbito do município de Campina Grande e dá outras providências", apresentado em 07 de outubro de 2021, sem aprovação até o momento.

Esses projetos de Lei estão interligados pela resistência em preservar as manifestações culturais, esportivas, artísticas, que possuem relação com a ancestralidade com a cultura africana, e identificar na história que somos a todo custo desvanecidos de acesso desde a infância com tabus, desinformações, entre outras maneiras de manter um abismo entre o real conhecimento sobre a história africana e afro-brasileira. A mesma lógica é aplicada para o apagamento da memória de grandes nomes da história e da cultura negra, que contribuíram para a sociedade, seja no âmbito da política, literatura, ciência, artes. Sendo assim,

> É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa. (Nascimento, 2016, p. 58).

Desta maneira esse fenômeno de apagamento da memória social histórica não é um acontecimento novo, mas um arcaico modelo de negação dos fundamentos da história nacional, permanecem com a mesma motivação,

> Sempre na tentativa de erigir uma fachada mascarando a ideologia imperialista. Não são fatos apenas do passado. Nos dias de hoje, no Brasil, herdeiro das tradições escravagistas de Portugal, pratica-se impunemente falsificações dos fatos históricos (Nascimento, 2016, p. 60).

Como senão bastasse as fortes marcas ocasionadas pela escravidão na história, a cultura de ascendência africana também é atacada com esse agressivo movimento que criminaliza, vulgariza e torna demoníaca suas expressões, a fim de que os indivíduos não possuam interesse em conhecer. Esse acontecimento é uma das consequências da,

> Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes (Nascimento, 2016, p. 111).

Portanto, a comunidade negra é violentada ao ser impulsionada a “embranquecer” suas tradições e costumes, negando sua origem e não mais se reconhecendo nessas práticas. Esses ataques mascarados com naturalidade trazem profundas perdas no âmbito social, psicológico, econômico, político e cultural não só do indivíduo, mas da sociedade como inteira. Mas sempre há resistência, confirme Silva (2008) a aristocracia conseguiu escravizar o negro, porém nunca conseguiu o conquistar inteiramente, ou seja, a força de trabalho foi escravizada, mas a alma não foi submetida a escravidão do corpo. E essa força do povo negro que sustenta até a atualidade sua cultura e a não aceitação plena e pacífica da inferiorização em que é e foi submetido.

O Estado brasileiro autodeclara-se laico, ou seja, é imparcial e neutro no campo religioso, pelo menos esse é o que constitucionalmente é assegurado. Porém o próprio calendário traz datas marcantes para o cristianismo como feriado nacional para que possa cultuar sua crença, por exemplo a Semana Santa, Corpus Christi, Natal, entre outros. Até mesmo a padroeira do país possui vínculo com uma única entidade religiosa. Esses fatos trazem questionamentos sobre porque com outras religiões, trazendo o exemplo do candomblé não possui o privilégio de nas datas simbólicas, ter no calendário um feriado para poder homenagear de maneira "legalizada" pelo Estado o seu culto às suas entidades.

Tratando não apenas de ênfase no âmbito religioso, mas também nas tratativas de incluir datas e meses comemorativos de representatividade negra, assim como cada mês do ano é atribuído a uma campanha de incentivo à saúde, por exemplo: janeiro branco: saúde mental, outubro rosa: câncer de mama, entre outros, a Jô Oliveira possui o projeto de atribuir no município a Semana Municipal das Juventudes e o mês de agosto para a igualdade racial, com seminários, encontros, campanhas. O Projeto de Lei n°549/2021 e n°508/2021, dispõe sequencialmente

> (PL 549) Artigo 1° - Fica Instituída, no âmbito municipal de Campina Grande, a Semana Municipal das Juventudes, a ser comemorada anualmente durante o mês de Agosto, no qual é celebrado o mês da juventude, fazendo parte do calendário oficial do município (Campina Grande, 2021f).
> (PL 508) Artigo 1° - Fica Incluído no calendário oficial do Município o Seminário Agosto para Igualdade Racial do Movimento Negro de Campina Grande, o qual será realizado de 09 a 13 de agosto, anualmente (Campina Grande, 2021g).

Porém essa visibilidade ainda não será possível concretamente no calendário municipal, pois os projetos de lei não foram aprovados. O Estado novamente expressando a sua desresponsabilização em mais uma expressão do racismo. Em decorrência dessa falta de notoriedade da temática, o ensino institucional em todos os níveis não apresenta, interatividade com a cultura negra, as informações prestadas sobre as barbaridades e horrores cometidos na escravidão são reduzidas a um caminho percorrido que foi natural e aceito, quando é mencionado sobre a cultura afro-brasileira e as tradições do povo negro é de maneira superficial, tornando-se apenas um falho trajeto para adentrar nos estudos sobre os envoltos da branquitude. A grande concentração nesses fatos, mas tidos como avanços e conquistas, acabam alienando a compreensão de que apenas e unicamente essa parcela da população, coincidentemente de pele branca, contribuiu para a sociedade.

É habitual que em escolas e academias ofereçam opções de artes marciais, danças, esportes, atividades de lazer, que possuam valores educativos e que também representem saúde e a saída do sedentarismo, porém até nesses momentos a ideologia do apagamento

da cultura negra é aplicado. Ao ser direcionado preferencialmente a atividades de origem estrangeira, não coincidentemente de cultura branca, por exemplo a grande aderência nas aulas de Muay Thai (Tailândia), Futebol (Inglaterra), entre outros. A folclorização feita da cultura africana, torna distante o vínculo de reconhecimento com o indivíduo.

A Capoeira é um misto de luta, dança e jogo que utiliza golpes de luta, é um símbolo importante de resistência e de representatividade nacional. Os povos escravizados a desenvolveram nas senzalas com o intuito de defesa contra as punições violentas e sub-humanas do sistema escravocrata, nos momentos de revolta era utilizada como a única "arma" disponível como auxílio para defesa, atualmente ela é utilizada para defesa também, mas aos que fomentam o seu esquecimento, é um elemento para defender sua história.

Em 1830, devido ao receio de revoltas e de conter o impacto no sistema escravocrata, a Capoeira passa a ser criminalizada, de acordo com o Código Penal do Império do Brasil, em 1890 foi criminalizada pelo Código Penal da República e dos Estados Unidos do Brasil, apenas em 1930 foi descriminalizada e teve início seu processo de reinstitucionalização. Porém no conservadorismo ainda persiste o preconceito com esse esporte, desde modo o artigo 1° do projeto de lei n°435/2021 em seu Parágrafo único, declara "A Capoeira possui caráter educacional e formativo em suas manifestações culturais e esportivas", importante registrar para que seja do conhecimento de todos que o esporte é legal e que as concepções preconceituosas sobre ele são trazem traços da discriminação étnico racial cultivada na sociedade de longo tempo. A Capoeira, portanto, como ressaltado na justificativa do projeto de lei, no século XXI alcançou grandes títulos, entre eles Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2008 como bem cultural e título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2014. Lamentavelmente, o projeto que dispõe do reconhecimento da Capoeira não foi aprovado.

O Coco de Roda, assim como Jô Oliveira justifica no projeto de Lei, é uma manifestação da cultura popular do Nordeste, é muito forte na Paraíba, que surge no interior dos quilombos do estado, a partir das quebradas de coco e danças herdadas da cultura afro. Com o projeto então aprovado, o dia 04 de julho é oficialmente o dia municipal do Coco de Roda, como é preconizado no Artigo 1° determina que "Fica incluído no calendário oficial da Cidade o dia 04 de julho como dia Municipal do Coco de Roda". (Campina Grande, 2021i), incluir essas heranças no calendário é dar visibilidade, legitimar e proporcionar reconhecimento para a prática, porém ainda há resistência em ampliar e democratizar o acesso à essa manifestação cultural no município.

Após o violento aniquilamento da memória da história de vida individual e coletiva de grandes nomes de homens negros e mulheres negras do mundo inteiro, homenagear personagens que realmente contribuem para a sociedade e para a democracia, é satisfatório e justo diante do cenário de resistência. Assim, aconteceu com o reconhecimento no Projeto

de Lei n° 237/2021 em que Artigo 1° - Fica concedido o título de Cidadania Campinense ao Senhor Marcos Antônio Batista (Mestre Sabia) (Campina Grande, 2021j).

Importante destacar que diferentemente de outras homenagens realizadas no município a familiares, ou componentes da classe alta campinense. Como citado na justificativa do projeto de lei, o capoeirista possui reconhecimento fora do estado e até do país, e possui longa trajetória com a cultura do município. Cumprindo então os critérios sérios que levam a honrosa homenagem.

A nomeação de Ruas, passa a homenagear atores sociais que contribuíram ou contribuem por meio da resistência, da reprodução da cultura, do protagonismo social para Campina Grande, com isso inovando e não seguindo o mesmo padrão de sempre homenagear nomes da elite campinense. Onde geralmente as homenagens são voltadas para os integrantes das classes altas e dominantes.

Perceptível então a importância de parlamentares comprometidos com a sociedade, que tragam para o espaço de decisão problemáticas reais, demandas sociais emergentes, que produzam resoluções firmadas em estudos, concepções científicas, em consonância com a democracia e seus valores. Que sejam mais do que promessas em campanha eleitoral, que realmente trabalhem em prol da sociedade, são essas ações que passam a somar positivamente e fazem a sociedade caminhar para um caminho mais justo e igualitário.

3 CONSIDERÇÕES FINAIS

A reparação histórica da cruel violência cometida ao povo negro não acontece de uma hora para outra, meramente com ideologias fajutas de democracia racial, miscigenação, negação do preconceito e da desigualdade. É preciso investir em conhecimento teórico e histórico, democratizando o acesso, permitindo então intervenções políticas que contribuam para estimular e evidenciar o protagonismo da cultura negra. Assim, fazendo jus a democracia e ao que é constitucionalmente garantido, que não exista nenhuma distinção de qualquer natureza entre os indivíduos. A democracia não é limitada apenas ao campo da política, ela também interfere em vários outros aspectos, como por exemplo, no campo religioso, social e econômico. Diante disso, detectamos que a política partidária historicamente encontra-se despreparada para receber mulheres negras.

A questão de classe, gênero e raça, tornam-se empecilhos para que mulheres negras passem a ocupar esses espaços de tomadas de decisões. A falta de representatividade na política, faz com que o povo negro, não se sinta representado pelos mandatos, que não os atingem positivamente e não trazem benefícios socialmente. Ao contrário, são totalmente esquecidos e suas demandas não são ouvidas e atendidas. Necessário notificar que o termo “esquecidas” é contraditório, pois essa massa populacional nunca foi esquecida pelo Estado, uma vez que são extremamente lembradas para que sejam banidas do acesso às políticas, como por exemplo, a educação, saúde, lazer, trabalho, saneamento básico, etc.

Compreendemos então que o Estado se desresponsabiliza em todas as expressões do racismo.

Diante desse cenário de caos e abandono do povo negro pela política partidária, destacamos nessa pesquisa na mulher negra e ativista, Jô Oliveira que vem a ser um marco histórico na cidade de Campina Grande- PB, por ser a primeira vereadora negra da cidade. A partir desse pioneirismo, ela passa a quebrar os tabus atrelados à questão de classe, gênero e raça, como também os que dizem respeito ao modo de "fazer política". O seu mandato denominado como popular, democratiza o acesso da população em geral, diferenciando-se da política arcaica e monótona realizada no município, trazendo para os debates da Câmara Municipal as pautas de demandas necessárias e emergentes, que em toda a história pouco foi discutida e implementada.

A experiência vivida por Jô Oliveira juntamente com o aparato teórico, faz com que ela seja o símbolo de representatividade, ativismo, pioneirismo, e traga visibilidade para as pautas históricas da população negra. Motivando assim outros homens e mulheres negras a adentrarem e ocuparem esses espaços que por tanto tempo foi negado o seu acesso. A pesquisa aqui apresentada, portanto, contribui principalmente para que esse mandato não seja lançado ao esquecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo, Pólen, 2019.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 174 apresentado em 09 de março de 2021**. Campina Grande-PB, 2021c. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/44971/pl_174- 2021.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 178 apresentado em 09 de abril de 2021**. Campina Grande-PB, 2021b. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/44987/pl_178- 2021.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 263 aprovado em 02 de setembro de 2021**. Campina Grande-PB, 2021i. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/45681/pl_263- 2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 273 aprovado em 02 de setembro de 2021**. Campina Grande-PB, 2021j. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/45771/pl_273- 2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 426 apresentado em 21 de julho de 2021**. Campina Grande-PB, 2021d. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/47817/pl_426_2021.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 435 apresentando em 29 de julho de 2021**. Campina Grande-PB, 2021h. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/47971/pl_435- 2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 463 apresentado em 13 de agosto de 2021**. Campina Grande-PB, 2021e. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/48308/pl_463_2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 508 apresentado em 09 de setembro de 2021**. Campina Grande-PB, 2021g. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/48815/pl_508- 2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei n° 549 apresentado em 07 de outubro de 2021**. Campina Grande-PB, 2021f. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/49352/pl-549_ 2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 154 de 13 de Maio de 2021**. Campina Grande - Paraíba, 2021a. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/44817/pl_154- 2021.pdf. Acesso em: 03 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HISTÓRIA. **Campina Grande Prefeitura Municipal, 2021**. Disponível em: https://campinagrande.pb.gov.br/historia/. Acesso em: 27 jul. 2023.

Levantamento Nacional de informações penitenciárias. **INFOPEN Mulheres** - 2ª edição. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_0 7-03-18.pdf. Acesso em: 04 jun. 2022.

LIMA, Milena Guesso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral**: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo – SP.

PARIDADE DE GÊNERO EM PARLAMENTOS SÓ SERÁ ALCANÇADA EM MEIO SÉCULO. **ONU NEWS**, 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972. Acesso em: 27 jul. 2023.

QUEM SOMOS. CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA VEREADORA JÔ OLIVEIRA. **Jo Oliveira, 2021.** Disponível em: https://www.jooliveira.com.br/quem-somos. Acesso em: 27 jul. 2023.

SCHUMAHER, Schuma. BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras no Brasil.** Rede de Desenvolvimento Humano, Rio de Janeiro, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VARELLA, Dráuzio. **Prisioneiras**. São Paulo, Companhia das letras, 2017.

Recebido em: 28/07/2023
Aceito em: 22/10/2023

DISCURSO DOS CORPOS TRANSEXUAIS FEMININOS: A SOCIABILIDADE DA VERDADE EM BUSCA DE JUSTIÇA SOCIAL

THE DISCOURSE OF FEMININE TRANSEXUAL BODIES: THE SOCIABILITY OF TRUTH IN SEARCH OF SOCIAL JUSTICE

Claudio Noel de Toni Junior [1]

Resumo: a felicidade humana para pessoas transgêneras femininas não depende da autorregulação de seus corpos, visto que as pessoas são singulares. Em um ramo que desperta atenção, que se denomina sexo, gênero, a curiosidade toma a forma do discurso, impondo barreiras e concepções ao outro. O corpus do trabalho é a análise de transexuais femininas que buscam cirurgias de transgenitalização como forma de alcançar felicidade, satisfação e bem-estar consigo mesmas. Para isto, utiliza-se dos cursos médico, jurídico e midiático para compreender as relações que permeiam o gênero transexual feminino delineado. No campo jurídico se analisa a Ação Direta de Omissão (ADO26) do Supremo Tribunal Federal, que equipara, por meio de julgado da suprema corte, a transfobia ao racismo, devido à inércia de inexistência de leis até o momento. No discurso médico, discorre-se que nos dias atuais há a busca de maior diálogo entre as áreas médicas e sociais, por obra de cirurgiões que buscam trazer acolhimento e recomendações para que a pessoa trans feminina possa realizar ou não sua readequação corporal sabendo das consequências, e por meio do diálogo humanista, algo que vemos nascer sob a forma de uma mudança no tema para a aceitação, conhecer riscos e efeitos, antes, durante e depois da cirurgia. Percebe-se a comunicabilidade das ciências, a qual o estudo mostra que nos anos atuais, acontece e é positiva para as pessoas transgêneras, além de falas de pessoas trans, seus discursos, seus medos, anseios e ideologias por meio da análise do discurso e da busca da verdade.
Palavras-chave: Discursos de Gênero Trans; Diálogo entre as Ciências; Transexualidade e felicidade.

Abstract: human happiness for female transgender people does not depend on the self-regulation of their bodies, since people are unique. The corpus of the work is the analysis of female transsexuals who seek reassignment surgeries as a way to achieve happiness and their satisfaction and well-being with themselves. For this, medical, legal and media courses are used to understand the relationships that permeate the female transsexual gender outlined. In the legal field, the Direct Action of Omission (ADO26) of the Federal Supreme Court is analyzed, which equates, through a supreme court judgment, transphobia to racism due to the inertia of the lack of laws so far. In the medical discourse, it is said that nowadays there is a search for greater dialogue between the medical and social areas through the works of surgeons who seek to bring reception and recommendations so that the trans female person can perform or not their body readjustment knowing the consequences. and through humanist dialogue, something we see being born in the form of changing the theme to acceptance, knowing its risks and effects, before, during and after the surgical procedures. The communicability of the sciences is perceived, which the study shows that in the current years this is happening being positive for transgender people, in addition to the speeches of trans people, their speeches, their fears, anxieties, their ideologies through the analysis of the discourse and the search for the truth.
Keywords: Transgender Discourses; Dialogue between the Sciences; Transexuality and happiness.

[1] Possui Doutorado e Pós Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2013), na área da Economia do Bem Estar e da Geografia da Felicidade, graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006), graduação em Sociologia pelo Centro Universitário "Dr. Edmundo Ulson" (2013), graduação em Relações Internacionais pelo Grupo Educacional Uninter, graduado por meio de Segunda Graduação em Administração pelo Centro Universitário Cidade Verde de Maringá e em Ciências Contábeis pela Universidade de Franca. Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2009), Mestrado em Educação Escolar pela Universidade de León (Espanha 2012) Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (2008), Tem experiência na área de Geografia, Economia,Sociologia e Geotecnologias com ênfase em Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável e Bem-estar social, Geografia da Felicidade e igualdade de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a vontade da verdade na Análise do Discurso revelou-se, no transcorrer dos tempos, por meio da análise histórica, uma perspectiva atual e performática para um futuro ainda sob perspectiva; a inquietante busca pela verdade nas Instituições públicas e privadas.

Sociedades desde a Antiguidade buscam ou ao menos tentam buscar a verdade por meio de discursos contra ou a favor do Estado e de suas instituições, como o Judiciário. Isto posto, podemos dizer que o julgamento de uma contenda reproduz a verdade ou é um mero jogo de lutas de poderes díspares, onde vence quem se sobressai naquele círculo, naquele espaço e no tempo, e que em muitas circunstâncias, seu veredicto está pronto e acabado, porém muito distante da verdade. Mas o que seria esta verdade em sentido estrito? Ora, a verdade nada mais é que o que de fato aconteceu na contenda, e que a parte que foi vencida no poder Judiciário estatal não conseguiu, por meio do "jogo jurídico", provar como a verdade dos fatos. Neste caso em tela, a verdade dos fatos foi transformada em discurso misógino de verdade jurídica a favor de uma parte, todavia, muitas vezes a verdade em si, a pura verdade, nem sempre é conseguida em julgamentos.

Logo, a verdade buscada, que seria a verdade imparcial e objetiva, é transfigurada pelos jogos de poderes institucionais do aparato jurídico estatal como a verdade do sistema, mas em muitas das vezes, não representa a verdade do que foi o fato, o acontecimento. As pessoas, um grupo social, em especial pessoas que não possuem condições financeiras de contratar um bom defensor, veem a luta pela verdade ser degolada pela norma jurídica do jogo estatal dos mais fortes; a verdade é camuflada, distorcida e se torna uma mentira para o aparato estatal julgador.

A verdade não pode estar correlacionada ao aparato judicial, não porque a Instituição em si é uma mentira em seu todo, mas porque naquele acontecimento não foi possível aludir à verdade dos fatos, por meio do conjunto probatório da luta do poder hegemônico do Estado julgador frente a uma determinada minoria, não em quantidade, mas em situação precária de renda. Sua imagem, sua condição social frente à outra parte acusatória, tem um *status quo* que por si só demonstra, por seu *habitus,* o que a parte menos privilegiada pretende alegar, ou seja, o pré-conceito já se instaura logo de início. Tendo isto posto, pode-se dizer que logo de início o jogo da verdade, do poder em si, está decidido pelas forças de poderes institucionais, em voga há séculos, e não por uma busca criteriosa da verdade imparcial, pela sua subjetividade misógina do preconceito e de sempre acreditar que o poder das maiorias é inabalável (Foucault, 2011).

2 DISCUSSÃO

2.1 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL

A análise discursiva para entender que as estruturas de poder possuem uma História, que em muitos casos precede a Antiguidade clássica, é um fato mostrado por autores como Michel Foucault em "A Ordem do Discurso", de 1996, sobre os mais variados temas que norteiam a sociedade, como o sexo em seus quatro volumes da "História da sexualidade", sempre o último póstumo. Isto porque as questões de gênero motivaram a discursividade do ódio, da repressão, da prisão, do confinamento, da perturbação, da tendência à medicalização para os não falocêntricos "normais". Porque sempre houve a curiosidade, desde o hermafroditismo de Herculine Barbin, do outro que quer saber, dominar e impor sua eugenia a qualquer custo, e apenas quem não se curva ao poder, como o autor citado, tem a moral ética de criticar os atos abjetos contra as minorias. Na sua época citam-se os homossexuais, bissexuais, crossdressers etc., porém, não se viam denominações transgêneros, pois o autor faleceu em 1984. Já eram movimentos existentes, porém sem visibilidade midiática, inclusive para entenderem a si mesmos. Poderíamos dizer que Foucault, por se interessar em estudar e entender o saber e a verdade em uma estrutura dialógica da *Arquegenealogia do Poder*, seria uma pessoa da classe das minorias, por não ser heterossexual? (Foucault, 2003).

Apenas uma vez, quando perguntado sobre sua sexualidade em uma entrevista, a resposta foi a mesma que aquela que Herculine Barbin proferiu quando perguntada sobre sua sexualidade por um médico, questionando-a, interrogando-a, buscando a verdade sobre seus corpos, suas identidades e seus gêneros; as respostas foram idênticas: duas gargalhadas para seus interlocutores, cada uma dentro de um contexto no tempo e no espaço, cada uma dentro da sua razão e emoção, mas de forma única, envolvidas e transformadas em um mesmo discurso (Leite Junior, 2008).

A curiosidade do outro que quer especular, reduzir o outro, tentar adoecê-lo, faz o jogo da censura; a resposta igual foi a gargalhada do saber e da resistência de quem manda em seus corpos; são os próprios sujeitos que possuem suas particularidades, e no caso de Michel Foucault, que era o que hoje é denominado de intersexo, e na classificação anterior de hermafrodita, exerceu sua liberdade de ser um escritor, ciente de que o que os outros pensam faz parte do jogo de poder dos outros e não de si mesmo. Logo, concluo que para escrever sobre a sexualidade de forma científica, o autor não é obrigado a se autodeclarar em seu falocentrismo, sua homossexualidade, se não o quiser; não é necessário para a Academia, mas por quê é tão necessário fazer perguntas desta natureza para quem pergunta? (Foucault, 2008).

Porque desde a Antiguidade, saber o que o outro tem embaixo de suas roupas, nos membros inferiores, sempre foi motivo de curiosidade, de espetacularização, em especial na mídia, entre os jornalistas, e inclusive dentro do meio acadêmico, pois em muitas situações,

o que o outro possui é mais importante do que seu próprio conhecimento em Ciência, em demostrar e estruturar diálogos de inclusão entre as pessoas, e também porque a Academia ainda lida com pessoas de cunho preconceituoso. Com isso, ela se distancia em muitos momentos e circunstâncias do seu papel social de Ciência e sua propagação, eliminando de si os outros que podem contribuir para a redução dos preconceitos institucionais no mundo todo. É um fato que sempre irá existir, e quanto menos pessoas desta magnitude, maior será a performatividade de termos uma Ciência que se preocupa cada vez mais com a redução das desigualdades de gênero, também em relação aos direitos das mulheres, das raças e de qualquer injúria política e fascista (Foucault, 2004; Leite Junior, 2008).

A pergunta ao final deste artigo não terá uma resposta pronta e acabada, e sim poderá dialogar sobre a questão de que há evidências de que o próprio discurso injurioso, ou mais popularmente denominado “discurso de ódio”, pode fazer com que classes minoritárias em direitos possam estar umas contra as outras, se podem ou não performatizar um discurso que está em contradição com a História de seus preceitos, desunindo-os, intrigando-os, se auto injuriando (Butler, 2021).

Posto de outra forma, o discurso de ódio possui em seus quadros membros que captam pessoas de classes minoritárias para se opor a suas bases conceituais e a outras bases conceituais minoritárias, dentre as quais cito o exemplo: interpolar uma discórdia entre pessoas negras dentro de um grupo de negros, e fazer distinção até haver discurso de ódio entre negros contra não heterossexuais, contra as mulheres, contra os índios. O discurso de ódio no Brasil e no mundo, caso alcance este objetivo, gargalha de felicidade por ter almejado seu intento. E como não permitir ou minimizar seus efeitos e impedir que isto ocorra dentro das reais possibilidades da singularidade de cada indivíduo? Os discursos de ódio infelizmente possuem história e tempo de maturação para se manterem vivos por longos período de tempo. Estima-se que, por exemplo, o “bolsonarismo” e o “trumpismo”, caso não voltem ao poder, ainda deixarão reflexos entre seus seguidores para perseguir os contrários à sua ideologia por pelo menos mais 30 anos.

Exemplos de linguagem e discurso em questões de identidade e gênero estão entrelaçados em acontecimentos que movem a sociedade no transcorrer dos anos. Podemos citar, conforme Butler, a queima da cruz em frente à casa de pessoas negras como um ato de racismo, mesmo que o fato não tenha gerado nenhuma palavra; apenas a performatividade do objeto em chamas codifica e representa a simbologia do racismo que pode ser descartada, assim como o foi pela Suprema Corte dos Estados Unidos, como um simples ato, de ordem comum, sem intenção de injuriar ou menosprezar a pessoa na simbologia da queima da cruz. É algo que poderia, segundo a Corte, ter ocorrido em qualquer lugar, em frente à casa de pessoas brancas, pelo fato de não se saber quem estava morando na casa, ou pelo fato de que o acontecimento foi gerado sem discurso, sem construção de linguagem do emissor para seu receptor, o que descaracteriza a intenção de

injúria. Butler também reage à questão de que as pessoas negras poderiam, por meio deste fato, se voltar contra o próprio Estado; se fosse considerado um ato criminoso, poderia acontecer uma revolta, destruições, protestos que desestabilizariam a "ordem natural das coisas". Sendo assim, para a Suprema Corte, como um ato político e racista, é melhor não dar atenção a este acontecimento para que não se reproduza atos contra o próprio Estado; porém, se as pessoas negras se sentem incomodadas, seu incômodo é menor do que uma Revolução de um país todo, aponta a autora (Butler, 2021; Foucault, 2013).

Força, poder e palavras podem ferir e podem despertar sentimentos de Estado minoritário, como ocorreu no início dos anos de 1980 nos EUA, quando a proliferação do discurso "Eu sou gay" foi punida com a expulsão do agente militar das Forças armadas americanas como sendo um discurso que poderia motivar outros oficiais a se declararem não heterossexuais dentro da corporação; deveriam ser repreendidos e expulsos, exceto se houvesse arrependimento tácito, e que servissem de exemplo para que este discurso "negativo" não se proliferasse dentro de uma Instituição de poder, de guerra e de "normalidade".

Qual seria o real problema de um oficial americano ser gay e dizer isto publicamente? Seria um discurso que poderia incentivar outros a assumirem um status quo, um habitus incompatível com a família convencional, além do advento de doenças como a Aids; dentro de um quadro onde se tem apenas "machos", deve ser um discurso a ser repreendido e abertamente punido. Neste caso, a estratégia qual seria? A ameaça da propensão de aquisição e proliferação de uma doença sem cura dentro de uma Instituição de Estado; um discurso de ódio claro, pronto e pré-determinado, como se o não heteronormativo não fosse capaz de fazer sua função de oficial como os demais. Usa-se a doença como forma de disseminar o ódio para expulsar os gays, além de um regulamento de proibição de dizer palavras injuriosas de sexualidade e sua proliferação para a mídia, dentre outros aspectos (Foucault, 2008).

Voltando à questão de como as forças do poder fascista interpõem minorias versus minorias dentro de uma conduta de ódio entre si mesmas, cita-se o exemplo do egoísmo dentro de um mesmo grupo; por exemplo, uma mulher, querendo ser mais feminina que outra, causa um conflito dentro de um grupo que luta por direitos; uma pessoa não heteronormativa propaga visões de mundo diferentes dos conceitos de estrutura das bases históricas, sociais e éticas de Ongs, tratados internacionais e convenções.

Nesta luta de classes de minorias contra as minorias, pode-se relatar várias possibilidades, dentre as quais duas são relevantes: o indivíduo em si mesmo, ao renegar sua condição e proferir palavras de ódio contra seu próprio grupo, e a copulação com grupos que por si só desprezam as minorias, porém "aliciam" pessoas propensas a se voltarem contra seus próprios grupos, aliando-se ao discurso de ódio impregnado pela elite da

maioria, por um certo período de tempo, em especial durante o tempo em que esta pessoa seja útil aos detentores da proliferação fascista do discurso de ódio.

Não se vislumbra, dentro da casta majoritária do ódio, qualquer abertura de comoção e acolhimento para pessoas de classes minoritárias, pelo contrário, sua repulsa é a mesma para com os demais, porém é um "trabalhador cultural" para a naturalização do discurso de ódio, para a oposição de grupos A contra A ou B contra C, minoritários, mais propensos a se esfacelar se não houver resistência. Se não houver resistência, o despótico fascista gargalha como estrutura da destruição de quem o serve para destruir as sociedades consideradas por eles inferiores, como vemos hoje no Brasil e nos Estados Unidos (Butler, 2021; 2019).

2.2 DISCURSO MÉDICO, MIDIÁTICO E JURÍDICO SOBRE CORPOS TRANSGÊNEROS FEMININOS

A proliferação de trabalhos sobre pessoas transgêneros se deu basicamente nos anos de 1990, por meio da biologização dos corpos, da necessidade da pessoa trans viver em constante sofrimento, não pertencendo a um corpo que condiz com a sua psique. Assim, existem movimentos de lutas pelos direitos de pessoas não heteronormativas no Brasil e no mundo, e penso que existem campos científicos para todos abordarem a temática, com respeito à opinião de outras vertentes, que possuem um discurso similar porém não igual aos outros, e sempre norteadas pelo princípio de que devem haver direitos para que se reduzam as mortes de pessoas transexuais no Brasil, onde a expectativa de vida é de 35 anos; e que as pessoas possam ser livres para optarem por fazer ou não qualquer cirurgia de readequação de gênero, conforme os costumes de cada transexual, pois cada um é único e singular.

No século XXI, com a exclusão do CID 64,0 como patologia da transexualidade e com a redução do tempo de acolhimento em hospitais universitários para que o transexual faça ou não a cirurgia, conforme os critérios de orientação de uma equipe multidisciplinar, nota-se uma mudança de paradigma, já em termos como "acolhimento" ao invés de "tratamento" e "orientação" ao invés de "veredicto" da equipe multidisciplinar. Antes cientistas das áreas médicas e humanas pouco dialogavam, porém, com o advento da mídia e com o discurso do corpo transexual pela busca de direitos, passou a haver diálogo entre as áreas médicas e humanas, dentre elas a Medicina e a Linguística da Análise do Discurso, por exemplo (Governo, 2020).

O médico cirurgião José Carlos Martins Junior, com a publicação do livro "Transgêneros: Orientações Médicas para uma Transição Segura", em 2020, por meio de um discurso compreensivo, didático e humanizador, informa e mostra como são realizadas as cirurgias de feminilização facial, corporal e de redesignação sexual, apenas para citar as cirurgias de transexuais femininas, por meio de fotos, resultados do antes e depois,

eventuais riscos, como se recomenda o pós e pré-operatório, além de como dialogar com a idade da paciente e compreender se é realmente isso que a pessoa trans busca.

O autor ressalta, no livro, mitos e verdades, por meio não apenas da teoria como da prática. Comenta, por exemplo, sobre o formato do rosto e a busca por mudanças como algo intransponível da própria natureza humana, e que não é necessário a transexual buscar de forma insistente um rosto com formato oval para ser feminina, se ela pode ser tão feminina quanto com um rosto em formato quadrado, pois muitas mulheres que nasceram com rosto quadrado possuem traços de beleza e feminilidade. Com isso, desmitifica padrões e buscas que não levam a lugar nenhum, propondo a aceitação e a mudança, se a pessoa trans assim o desejar, a partir do que ela já possui, com seus traços existentes; mesmo que cada caso seja um caso, a obra desmistifica o geral para uma avaliação particular, com o incentivo para a pessoa trans gostar de si mesma como é e buscar a mudança com orientações de, por exemplo, antes da cirurgia, começar um tratamento hormonal, pois isto lhe trará melhores resultados do que se fizer a cirurgia antes do tratamento hormonal (Martins Junior, 2019).

A Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero (WPATH), atualmente em sua sétima versão, vem ao longo de suas edições, por meio de equipes multidisciplinares de profissionais médicos, assistentes sociais, psicólogos, bem como pessoas trans ativistas ou não, elaborando relatórios para a prática das pessoas com variabilidade de gênero, para que possam ter não um manual calcinatório e normativo, mas um livro que lhes traga saúde e bem-estar, feito e aprimorado cada vez mais para atender os propósitos de que a população transexual tenha cada vez mais, em suas vidas, dignidade, respeito e acolhimento. Preza-se pela adoção de práticas e orientações que visam a segurança jurídica, médica e assistencial para a realização de cirurgias de transgenitalização, seus prós e contras, bem como orientações para quem está feliz sem haver a necessidade de qualquer intervenção cirúrgica no agora; mas como vivemos em um mundo cíclico, nada impede que a transexual que hoje não quer realizar a cirurgia possa fazê-la no futuro, pois como citei, cada pessoa é singular em sua opinião e a mesma pode mudar com o decorrer dos tempos; a vida não é estática, ela é performática e se vive a cada instante (WPATH, 2012).

Outro detalhe da obra do Dr. Martins e do relatório do WPATH é que cada vez mais, mulheres trans estão realizando seus sonhos após seus 50, 60 anos de idade, algo inviável há décadas atrás. Isso deixa evidente que nunca é tarde para que os sonhos possam se realizar, independente de uma idade pré-imposta por padrões normativos, pois as pessoas estão vivendo mais, e com isto, podem suportar as cirurgias e as anestesias; as técnicas estão se tornando cada vez mais efetivas, trazendo um resultado cada vez mais perfeito com menor incisão cirúrgica corporal em suas técnicas. Não é incomum vermos transexuais femininas que viveram suas vidas, casaram-se e descobriram após os 60 anos que querem ser mulheres, e suas ex-esposas estão apoiando-as na sua transição. É uma grande diferença em relação às precárias técnicas que levaram à morte em poucos anos as pessoas que eram

submetidas a elas, como a intitulada “garota dinamarquesa”, que veio a óbito um ano após em relação às precárias técnicas que levaram à morte em poucos anos as pessoas que eram submetidas a elas, como a intitulada “garota dinamarquesa”, que veio a óbito um ano após sua transição de gênero por complicações em decorrência da cirurgia; isso não significa que não haja mortes e complicações nos dias de hoje, porém, ocorrem em escala muito menor.

Há ainda na obra frases como: “Ser trans ou com variabilidade de gênero é uma questão de diversidade e não de patologia” e “variabilidade de gênero não é o mesmo que disforia de gênero”; “somente algumas pessoas com variabilidade de gênero experimentam disforia de gênero em algum momento das suas vidas”.

A disforia de gênero é se olhar no espelho e se identificar feminina, porém sofrer com seus traços primários e secundários masculinos (Fisk, 1974; Knudson, De Cuypere e Bockting, 2010 *apud* Martins Junior, 2019).

Respeitar a variabilidade de gênero é acolher cada pessoa transgênera e, por meio de uma equipe social, médica e pelo desejo de si mesma, ou seja, pelas próprias conclusões da pessoa, aconselhá-la a adotar um determinado tratamento, sem qualquer imposição e sim sugestão, orientação, já que o que pode ser bom para um pode não o ser para outro; logo, há um aconselhamento individualizado e humanizado para cada pessoa, levando em conta sua estrutura psíquica, corporal e social (Goldnerg, 2006 *apud* Martins Junior, 2019).

O autor Lalo Nopes Homrich, em sua obra “Transexuais em Telenovelas: A construção de personagens na Rede Globo”, faz 3 estudos de casos de personagens transgêneros de 1965 a 2017: Ramona, mulher trans na novela “Filhas da Mãe”, de 2001, Dorothy, mulher trans na novela “Geração Brasil”, de 2014, e Ivan, homem trans em “A Força do Querer”, de 2017. Ele ressalta a importância da mídia e sua visibilidade no intuito de informar a população, no caso a brasileira, sobre como vivem e como são os conflitos, os relacionamentos, as angústias, as conquistas de pessoas que são iguais a quaisquer outras, porém com gostos e sentimentos relacionados ao gênero não heteronormativos, para que a sociedade possa compreender e para que possa reduzir a intolerância, o preconceito e os ataques trans e homofóbicos no país que mais mata transgêneros no mundo, o Brasil.

A Associação Nacional de Travestis e Transgêneros (ANTRA), um dos maiores grupos de luta e militância contra a intolerância no Brasil e no mundo, criticou alguns pontos das personagens das novelas, em especial da personagem Ramona, por não serem interpretadas por atores transgêneros, pelo fato de a cúpula da TV Globo não privilegiar profissionalmente atores trans, que poderiam estar interpretando as personagens ao invés de atores que não se identificam como trans. Penso que possui razão a ANTRA na crítica, embora apenas mostrar as situações do cotidiano já seja um grande avanço, e ressaltamos uma ausência de atores transgêneros em 2001. É fato que a crítica construtiva da ANTRA possibilitou que depois houvesse, por exemplo, a personagem Britney na novela das nove,

“A Dona do Pedaço”, interpretada por Glamour Garcia, mulher trans que representou outra mulher trans (Homrick, 2020).

Destaco o avanço nos anos atuais, de 2019 até os dias de hoje; poderia, em 2001 não haver nenhuma atriz trans com a técnica exigida pela emissora brasileira, e hoje há. Isso é uma grande evolução, pois permite que outras atrizes e atores transgêneros surjam, e que as emissoras e formadores de atores deem oportunidades a pessoas transgêneros de realizarem cursos e se aperfeiçoar cada vez mais, como o fazem com as demais pessoas, para que representem esta parcela considerável da população.

Por que não havia uma pessoa trans em 2001 para interpretar Ramona? Opção da emissora, ou não havia uma atriz trans com a técnica exigida? Ou ainda, o público poderia se sentir constrangido, por ser um tema novo e delicado, em torno do qual há preconceito mesmo nos dias de hoje? Enfim, é um assunto que depois foi solucionado por Glamour Garcia, eleita a melhor atriz revelação da Rede Globo no programa Domingão do Faustão. Aos poucos, pessoas transgêneros estão conseguindo seu espaço, e sabemos que a mídia vive do público, da sua linguagem, da imagem do ator; logo, se a linguagem não atende ao público ou não causa empatia, as pessoas mudam de canal, e isso torna o programa um fracasso e perda de espaço, tendo que reduzir o tempo da novela e acarretando em perda financeira. Portanto, temos que observar os dois lados, o da emissora como produto de venda midiático e o das reivindicações transgêneros, lembrando que o Brasil é um país conservador.

A obra de Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos intitulada “O Corpo entre o Sujeito e Ciência”, de 2021, mescla o psicanalítico com questões pouco discutidas nos dias atuais, como a banalização corriqueira entre o biológico, o glamour, a possibilidade de “destransição” de gênero, quando algumas cirurgias podem ser reversíveis ou parcialmente reversíveis, questões como a hormonização de crianças, sua necessidade ou não, a legislação, além de conceitos como transexualidade e homofobia, sugerindo prudência no campo médico, dada a intimidade volátil do corpo transexual e as diferenças psicológicas de cada ator neste percurso. Mas por que o corpo transexual deve ter prudência e corpo não transexual não necessitaria da mesma prudência? O que se entende no caso trans é que em certas circunstâncias, a pessoa transexual vive um inconformismo ao se olhar no espelho e ver refletida uma imagem a qual ela não queria que fosse a sua (Butler, 2022).

Não se trata de uma celulite, flacidez, uma gordura localizada; a imagem é distorcida ao se ver com barba, com bigode, com pênis, e o sujeito transexual feminino, na sua intimidade, rejeita o que vê, grita, pede socorro, mesmo que em silêncio; tenta ter a imagem de uma mulher com seios, com vagina, ter um rosto sem o popular “gogó”, mais conhecido como pomo de Adão. A retirada destas estruturas corporais secundárias pode, em certos casos, reduzir a insatisfação com seu gênero; ou ainda, ter uma vagina, hoje, é possível com

técnicas modernas que fazem uma "neovagina", idêntica à de uma mulher biologicamente mulher, e estas técnicas estão cada vez mais avançadas.

Pelo fato de haver uma demanda pela realização de cirurgias de redesignação e mudança corporal, deve haver também uma recepção dos pacientes com aconselhamento e humanidade, por meio de uma equipe multidisciplinar que atenda cada pessoa trans em sua singularidade. Não há uma fórmula pronta e acabada para lidar com o tema, pois sabemos que nascemos e um dia vamos morrer, e que a morte pode ocorrer em qualquer procedimento cirúrgico, até nos mais simples; logo, jamais em uma decisão do paciente e da equipe médica existe uma certeza absoluta de que nada vai acontecer no procedimento cirúrgico.

Em todo procedimento, seja ele de qual natureza for, correm-se riscos de morte e de erros; a decisão de fazer ou não as cirurgias quando a pessoa trans quer realizar um procedimento é delicada. Pode-se não ter o resultado esperado pela paciente, ela pode se olhar no espelho após a cirurgia e continuar não gostando da sua aparência, ou pode necessitar de "retoques", ou seja, a realização de novos procedimentos médicos para tentar fazer com que o resultado fique o mais parecido possível com o que esperava a paciente ou a equipe médica.

Muitas vezes isto é conseguido, mas outras vezes não; há risco de óbito, sequelas, enfim, tudo o que faz parte de toda cirurgia, por isso na escolha do médico, na escolha do hospital e de sua equipe, e na consciência de cada pessoa trans, deve-se ter bem definido o que a ela deseja, e se é este o momento ideal ou se deve esperar mais algum tempo, por exemplo, antes realizando mais tratamento hormonal e mais terapia psicológica. São perguntas para as quais não haverá uma resposta pronta e acabada, logo, a decisão em qualquer situação será da paciente, ciente da possibilidade de sucesso e também dos riscos.

É natural que a pessoa trans procure centros de referência com médicos capacitados, mesmo que em outro país, porém, vivemos em uma sociedade que possui grande concentração de renda, e ainda por cima é desigual, trata as pessoas transgêneras como marginais e veicula a transexualidade com prostituição, como se ela não pudesse parte da tenra família tradicional, dos bons costumes no ano de 2022. Houve algum discurso acolhedor da presidência da República para pessoas trans em seu mandato? Como está o SUS para as pessoas transgêneros hoje no Brasil? (Gires, 2007).

A resposta pode ser dada observando-se a cultura e o atual estágio de ódio em que a sociedade brasileira vive por meio de uma análise comparada; os autores citam o Irã, e farei uma comparação com o Brasil de hoje. Na cultura do Islã, os homossexuais, ou qualquer pessoa que não seja heteronormativa, são castrados pelo governo para se adaptar à identidade feminina, sem se importar com o gênero. Neste caso, o governo pratica um genocídio da população homo e transexual ou bissexual, no qual homens que tenham traços femininos são mutilados, com o pagamento pelo Estado para que façam a qualquer

custo as cirurgias para se transformarem em mulheres, pois na cultura e na religiosidade, isso é um erro que pode ser consertado; com isto, se transformam em mulheres, com documentos femininos.

Evidentemente, muitos morrem de necrose ou outras complicações, se suicidam ou possuem uma longevidade baixa, e o pré-conceito continua a existir, pois na região onde vivem, as pessoas sabem que nasceram homens biologicamente. Quem não morre fica reclusa em casas; são presas, assassinadas e perseguidas pelo resto e pouco que lhes resta de suas vidas.

No Brasil, temos cinco hospitais públicos, a nível de Hospital das Clínicas, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Goiânia, onde as pessoas trans devem fazer tratamento psicológico, hormonal, ginecológico e psiquiátrico por 1 ano. Antes de 2019 eram dois anos. A idade mínima para uso de hormônios é de 16 anos, e para a realização das cirurgias é de 18 anos, sendo que antes era de 21 anos. As pessoas trans precisam viver como mulheres na vida social por 1 ano e ter um parecer da equipe favorável para a realização da cirurgia. Após o parecer, as pacientes entram nas filas de espera, que podem demorar, dependendo do caso, 10 anos ou mais, até a realização dos procedimentos (Coutinho Jorge; Travassos, 2021).

Perceba o leitor que não há nenhum hospital na região Norte, e nem na região Sul; que as cirurgias são demoradas em comparação com outros países, como a Tailândia, onde as técnicas são as melhores, e que cirurgiões brasileiros fazem cursos naquele país para aprender o que não existe no Brasil em termos de técnica, acolhimento e eficácia para a população transgênero. São exceções as pessoas que tem rendimento monetário alto e podem realizar procedimentos em outros países, como a Tailândia e países da Europa Ocidental, Canadá e Estados Unidos. Percebe-se que as grandes estrelas transgêneras brasileiras, como o ícone Roberta Close, Leia T. e Ariadne, não fizeram suas cirurgias de redesignação sexual e facial pelo SUS, que deveria proporcionar qualidade neste serviço para todos, pois todas a transexuais pagam seus impostos, e muitas vezes por não possuírem filhos, seus tributos são maiores, o que não justifica este desleixo com um tema tão relevante e que é deixado de lado.

As cirurgias de transgenitalização femininas no Brasil, ou ainda a cirurgia facial, a colocação de prótese de seios e a redesignação sexual, são caras, pois há, na rede particular, poucos médicos que as realizam com qualidade e possuem reconhecimento nacional e internacional. Cito dois: Dr. Luiz Paulo Barbosa e Dr. Antonio Carlos Martins Junior, além de outros nomes que se contam nos dedos quando comparado à Tailândia e Estados Unidos.

Ainda que existam estes hospitais mencionados, são poucos, a demanda é alta, a espera é longa, e a opinião é que não há eficácia da política pública no quesito de pessoas que buscam a adequação corporal por meio de cirurgias e esbarram na espera e na falta de condições, de médicos e de outros profissionais capacitados para atender esta população.

Em muitos casos se veem profissionais como psicólogos e psiquiatras que gostariam de ter aprendido sobre o tema da transexualidade, mas ele não fazia parte da grade curricular de formação médica ou psicológica; logo, a falha não é culpa da pessoa, e sim da estrutura excludente que existe no Brasil, que é de apagar, de calar e de não formar profissionais para atender a essa demanda, que é de gente como qualquer outra e exige mais atenção dos políticos brasileiros. O que já era pouco, hoje estagnou, e como a maioria não possui condições para pagar a rede particular, torna inviável aquilo que buscam.

Coutinho Jorge e Travassos (2021) analisam o tema de pessoas que realizaram cirurgias e procuraram a sua "destransição"; em algumas hipóteses isso é possível, em outras impossível, como nos casos citados de mulheres trans que realizaram a redesignação sexual, perceberam que não era o que imaginavam ser, e voltaram aos centros médicos para a reconstrução do genital. Embora seja possível a construção de um novo órgão, não será o mesmo que era antes, porém, elas sentirão um vazio menor ao terem um genital como era o de nascimento, e não ter mais a "neovagina". É um tema pouco abordado na literatura brasileira. Há ainda casos mais complexos, quando se "raspa" e molda estruturas ósseas, que também podem ser parcialmente recuperadas.

Mas como evitar a eventual "destransição"? Muitos autores dizem que o ser humano, seja ele transgênero ou não, em especial quando os hormônios estão à flor da pele, gosta de experimentar de tudo. Assim, pessoas querem hoje ter um pênis e amanhã uma vagina. Existem arrependimentos ao se fazer as cirurgias, e isso é intrínseco à natureza humana, como mencionado anteriormente.

Ninguém sabe o que o acometerá amanhã, pois vive o hoje; a pessoa tem a perspectiva de que a realização da cirurgia lhe fará bem, que ficará parecida com o que idealiza em seu subconsciente; porém, chega o dia de hoje, o dia da cirurgia, e o resultado não é o esperado. Vem a decepção, e mesmo após várias cirurgias de reconstrução, ela ainda pode não ficar como a idealização pretendida, e a pessoa busca a reversão, ou seja, voltar ao que era antes, para ter um futuro melhor em termos de qualidade de vida com seu Eu físico, mental e social.

O arrependimento pode ser reduzido, ainda que jamais controlado, com políticas públicas, e quando cito o público, cito o SUS, que é de todos, por meio de uma equipe com qualidade e que respeite a variabilidade de gênero, que dê atenção médica e social, e uma orientação conforme as pretensões de cada indivíduo, de forma singular e única, sem um manual pronto e acabado. A análise de uma equipe multidisciplinar que irá avaliar se a pessoa é uma boa candidata à realização de cirurgias deve ser respeitada, mas não como veredicto da verdade imposta. Penso que é melhor ter acompanhamento quando este faz bem à pessoa e quando há uma simbiose de trocas de experiências, de modo que o sujeito trans possa respeitar a opinião dos profissionais, expor a sua, talvez tentar de novo em outro momento. Porém, mesmo com um diagnóstico positivo, isto não é em hipótese

alguma uma garantia de que a pessoa fará a cirurgia e não poderá se arrepender no futuro. O diagnóstico da equipe multidisciplinar, quando é feito sem intenção apenas monetária, é um paradigma, e não uma verdade. Não deve ser dado em vão, pois são pessoas que estudaram e se dedicaram para isso.

Desta forma, está mais propensa ao arrependimento transsexual a pessoa com poder aquisito elevado, que não realiza qualquer acolhimento multidisciplinar, que muitas vezes não admite a opinião de cientistas, que quer fazer da forma que quer e o faz, e depois se decepciona pelo resultado biológico de seu próprio corpo. Mas como assim? A pessoa muitas vezes faz a cirurgia de redesignação, gasta muito dinheiro e depois, sente que o dinheiro dispendido lhe trouxe somente a infelicidade, pois não pode mais usar seu órgão, tendo de novamente dispender mais valores para reconstruir um novo órgão que originalmente já possuía. Logo, entende-se que o impulso gera a nocividade para si mesmo, como a soberba; embora não exista uma verdade absoluta, hoje no Brasil as cirurgias costumam ser apenas para quem possui as condições socioeconômicas de fazer e de ter acolhimento social de qualidade, como a ajuda em suas decisões. Trata-se de uma rede intensa de complexidade e de irreversibilidade, pois são suas vidas que estão em jogo.

A exclusão do CID 64.0 em 2019 do Código Internacional de Doenças e patologias como Transtorno de Identidade foi um avanço para humanizar as pessoas transgêneras, que não são doentes, bem como a redução, no Brasil, para 1 ano de acolhimento para a realização de cirurgias de transsexualização, inclusive em hospitais particulares. Trata-se de humanizar e acolher, e muitos médicos estão usando o termo “acolher” ao invés de “tratar”, porém, deve-se seguir com os cuidados para que se possa evitar arrependimento futuro. Quanto maior o cuidado e a vigilância para consigo mesmo, menor será o risco do arrependimento. Desistir de fazer algo que, no percurso, se percebe como algo que não trará benefícios à vida não é fracasso, e sim reconhecer que aprendeu ao longo do tempo e que evitou transtornos que poderiam ser muito piores se seguisse com uma ideia obstinada apenas para satisfazer o ego; é um ato de coragem desistir de algo que possa levar a pessoa trans ao sofrimento (Governo, 2020).

As políticas públicas implementadas pelo Supremo Tribunal Federal no que tange a mudança de nome para pessoas transgêneros, sem a necessidade de realizar a redesignação sexual, em 1o de março de 2018, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 4275, reconheceram aos transgêneros, independentemente da realização de tratamentos hormonais ou da apresentação de documentos médicos ou psicológicos, o direito à mudança de registro civil, ou seja, de ter seus nomes não mais escondidos, para que os mesmos sejam visibilizados em seus documentos como identidade, carteira de motorista, carteira de registro profissional, etc. Sem dúvida isso foi um avanço.

Também o foi, em 2019, a Ação Direta de Omissão (ADO) n. 26, a qual, dada a inércia do poder legislativo de implementar lei específica para pessoas trans, no que tange aos

direitos de visibilidade contra o ódio por meio de agressão física e verbal, com o objetivo de também reduzir as mortes de pessoas trans no Brasil, cuja baixa expectativa de vida é de 35 anos, se fez necessária. Com estas medidas, a fobia de mudar de nome atrelada a fazer a cirurgia de redesignação sexual e incidir em erro e arrependimento irreversível foi amenizada pela Suprema Corte, com julgados os quais os cartórios devem respeitar (Justiça, 2019; ANTRA 2020).

Embora o julgado seja muito importante, o legislativo, que é quem deveria fazer as leis, após mais de 2 anos sequer apresentou qualquer proposta de lei contra a transfobia, e ainda a população vive em perigo constante. Espera-se que não se fique apenas em julgados, que haja uma lei e que a mesma seja aplicada, em especial para reduzir a mortalidade das pessoas trans apenas pelo motivo de existirem, contra este genocídio que ocorre em todo o mundo, e o Brasil lidera o ranking de mortes per capita. Como mudar isso? Com o voto, pois por meio dele cada pessoa pode escolher o país que quer, cobrá-lo de quem governa, e mudar de opinião caso eles não correspondam às expectativas, e inclusive é possível que haja impeachment por ausência de responsabilidade moral. Ela sempre está atrelada à responsabilidade fiscal, pois os recursos existem; o que há é uma ausência de políticas, de tributar as pessoas mais ricas para direcionar recursos às minorias, como políticas de inclusão e proteção a pessoas trans, por exemplo, pela criação de alíquota de 35% para quem recebe salários acima de 20 mil reais, fiscalização dos desvios de dinheiro e penas de cadeia a políticos e agentes públicos corruptos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo transexual, para ser visualizado, deve ser percebido como um sujeito que possui direitos e anseios, preferências singulares e coletivas. As mudanças corporais podem ajudar, por meio da realização de cirurgias, para quem delas quer fazer uso para se feminilizar. O aumento dos peitos através da colocação de próteses de silicone, por exemplo, ou a feminilização facial, ao arquejar a sobrancelha, além de remodelar outras partes da face e fazer a raspagem do pomo de adão, fazem surgir uma aparência feminina no corpo trans, uma visibilidade corporal que se modificou por meio de procedimentos médicos, mas o que está por trás destas mudanças? A vontade, o querer mudar, não sendo uma verdade que há a necessidade de mudanças para se tornar um sujeito transexual feminino, porém, onde há poder há resistência, e onde existem corpos, existem gostos e vontades de mudar para, na opinião de quem quer a mudança, a perspectiva de se autorrealizar.

Logo, um fato é inquestionável: não é verdade que há a necessidade de mudança corporal para se tornar transexual, mas sim que existem pessoas transexuais que buscam as cirurgias, e todas são iguais na sua singularidade corpórea; todas devem ser respeitadas e

todas devem ter acolhimento por parte da saúde pública e das sociedades, poder ir e vir, e poder decidir o que quer fazer com seus corpos no âmbito legal.

Quebram-se padrões da transexual mulher perfeita e verdadeira pelo fato de ter se submetido principalmente à redesignação sexual no exterior, frente àquelas que não o fizeram; muitas não querem fazer cirurgias e estão felizes da forma que estão hoje, porém, podem mudar de opinião enquanto estão vivas, e as opiniões e sentimentos do gênero são, em muitas circunstâncias, imperceptíveis e radicais. O sexo e a morte são temas que a humanidade busca e persegue desde quando o mundo é mundo, temas centrais do ser humano.

Termino dizendo que há tendências para todas as pessoas transsexuais, as que querem realizar mudanças, as que não querem, as que podem querer, as que fizeram e se arrependeram, mas o que importa é que por meio da justiça social, todas tenham dignidade e motivação para viver suas vidas com felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA. (Articulação Nacional de Transgêneros). **Guia para Retificação do Registro Civil de Pessoas não Cisgêneras**. 2020. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/guia_retificacao_genero.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio**: Uma política do performativo. Trad. Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: Crítica da Violência Ética. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Autêntica, 2022.

BUTLER, Judith. **A Vida Psíquica do Poder**. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019

COUTINHO JORGE, Marco Antonio; TRAVASSOS, Natalia Pereira. **O corpo entre o Sujeito e a Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Por uma Vida Não-fascista**. Org. Coletivo Sabotagem. São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-75). São Paulo: Livraria Martins e Fontes Ltda, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Corpo Utópico**. As Heterotopias. São Paulo: Câmara Brasileira do livro de São Paulo Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2021.

GIRES. (Gender Identity Research & Education Society. Gender Development) – **The Inside Story** (for teenagers – school years 10 and 11 upwards). Retrieved 1st March, 2007. Disponível em: http://www.gires.org.uk/Web_Page_Assets/frontframeset.htm. Acesso: 12 set. 2022.

JUSTIÇA. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26)**. 2019 Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053. Acesso em: 15 set. 2022.

HOMRICK, Lalo Nopes. **Transsexuais em Telenovelas**: A Construção de Personagens na Rede Globo. Florianópolis: Editora Insular, 2020

GOVERNO. Resolução N. 2265 de 20 de setembro de 2019. **Dispõe sobre cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº. 1995/2010**. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294. Acesso em: 12 jul. 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos Corpos Também Mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. Tese doutoral apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da PUC-SP. Cidade de São Paulo, SP, 2008.

MARTINS JUNIOR, José C. **Transgêneros**: Orientações Médicas para uma Transição Segura. Transgender Center Brasil. Florianópolis: Editora Autores do Brasil, 2019.

WPATH (World Professional Association for Transgender Health). **Normas de Atenção às Pessoas Trans e com Variabilidade de Gênero**. 2012. Disponível em: https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

Recebido em: 23/10/2023
Aceito em: 19/02/2024

ENTRE A BIPARENTAL E HOMOAFETIVIDADE: ANÁLISE DAS TENSÕES SOCIAIS EM TORNO DAS NOVAS E MODERNAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

BETWEEN BIPARENTAL AND HOMOAFFECTIVITY: ANALYSIS OF SOCIAL TENSIONS AROUND NEW AND MODERN FAMILY CONFIGURATIONS

Raul Abilio Mabasso [1]

Resumo: O presente artigo pretende analisar questões e desafios contemporâneos em torno das novas tensões sociais geradas pela inserção de outras formas de organização familiar no território moçambicano. Por um lado, pretende-se compreender como estão hierarquizadas as estruturas sociais na concepção do novo modelo de família e como influi nas mudanças sociais. A primeira reflexão, examina a construção e normalização do preconceito e discriminação homofóbica numa perspectiva de representação social. A segunda busca discutir como a hegemonia nuclear clássica e patriarcal confronta-se com o emergente homoafetivo desde um enfoque de diversidade familiar. A terceira, ilustra elementos essenciais para entender as barreiras que as minorias sexuais enfrentam no processo de reconhecimento legal no país a partir de um olhar crítico dos direitos humanos. Para esta discussão adoptou-se como metodologia a revisão da literatura. Concluiu-se que a sociedade moçambicana é tolerante e não hostil para com pessoas LGBTQIA+ comparado com outros países africanos. Por outro lado, ainda que a LAMBDA opere na mesma categoria que outras organizações da sociedade civil no país, o Estado moçambicano não reconhece como organização legítima. Em paralelo, mesmo com a revisão da lei da família (lei n°22/2019: lei da família e revoga a lei n°10/2004) ainda prevalece a discriminação contra união homoafetiva, considerando que é juridicamente inexistente o casamento contraído por duas pessoas do mesmo sexo. O que implica que, os direitos da minoria sexual são invisíveis e excluídos da legislação no país.
Palavras-chave: biparental; homoafetivo; representações sociais; invisibilidade; lei de família.

Abstract: This paper aims to analyze the contemporary issues and challenges surrounding the new social tensions generated by the insertion of other forms of family organization into Mozambican territory. Firstly, the intention is to analyze how social structures are hierarchized in the conception of the new model of the family and how it influences social changes. The first reflection examines the construction and normalization of homophobic prejudice and discrimination from a perspective of social representation. The second seeks to discuss how classical and patriarchal nuclear hegemony confronts the emerging homoaffective from a focus of family diversity. The third, illustrates essential elements for understanding the barriers that sexual minorities face in the process of legal recognition in the country from a critical perspective of human rights. It concluded that Mozambican society is tolerant and not hostile towards LGBTQIA+ people compared to other African countries. On the other hand, although LAMBDA operates in the same category as other civil society organizations in the country, the Mozambican state does not recognize it as a legitimate organization. At the same time, even with the revision of the family law (law n.22/2019: family law and repeals law n.10/2004), discrimination against same-sex unions still prevails, considering that marriage between two people of the same sex is legally non-existent. This means that the rights of this sexual minority are invisible and excluded from the country's legislation.
Keywords: biparental; homoaffectivity; social representations; invisibility; family law.

1 INTRODUÇÃO

A família como núcleo importante de educação, espaço de socialização e desenvolvimento do sujeito, nunca foi um fenómeno universal, estático, uniforme e atemporal – a sua modificação ao longo dos tempos não é linear. Por outro ângulo, as transformações contemporâneas apresentam um panorama essencial para a compreensão e

[1] Psicólogo clínico. Mestre em Estudos e Desenvolvimento da Família pela Universidad de La Frontera, Chile.

funcionalidade das relações entre os integrantes do mesmo ecossistema familiar, desde as etapas evolucionista do coletivo ao individual, delimitação das normas, alianças e padrões de coexistência, hierarquização de poderes, relação de coesão afectiva, emocional e espiritual.

Em essência, nessa nova configuração familiar, o que explica por parte inúmeros câmbios sofridos ao longo dos últimos anos, como também ditou o surgimento de novos e modelos de configuração parentais, nova posição familiar e inserção da mulher no mercado laboral, câmbios na legislação da família, dinâmicas de convivências, laços afetivos e emocionais, ruptura nos papéis e nas relações paterno-filial – o que implica mudanças sociais, culturais e económicos.

A princípio, estas características multidisciplinares permitiram a adopção de novas abordagens fundamentais no contexto de estudo da família. De igual forma, estes câmbios sociais constituem uma das manifestações mais importantes na época presente, pode se destacar, por exemplo, surgimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo, desenvolvimento das ciências biomédicas, declínio nas taxas de casamento, aumento dos divórcios e, a outra novidade está na dissociação entre sexualidade e procriação, como também nas várias possibilidades que os homossexuais têm de viver a experiência da parentalidade (Llavona; Llavona, 2012, Carnut; Faquim, 2014).

Diante dessas modificações ou roturas sociais e discrepâncias numéricas ou estatísticas de natalidade, filiação, divorcio, tipificação de outras formas de uniões, forma de reprodução, a família segue sendo o epicentro da humanidade. É de igual forma incontestável que essas transações sociais trouxeram mudanças em torno da construção e concepção dos “cônjuges”, “filiação” sem deixar de lado a quebra de paradigma tradicional do sentido e significado de paternidade e maternidade ou filiação. Em conformidade, agregando a diversidade nas narrativas históricas familiares.

Em paralelo, esta desestabilização provocou rompimento e reviravolta na representação de um modelo ideal “nuclear biparental” imposto sócio-histórico, política e culturalmente – um padrão uniforme de representação de família na sociedade. Entretanto, para a concepção da família nuclear biogenética e da bilateralidade dos pais, estas mudanças são indicativas da chamada crise da família (Palacio; Cárdenas, 2017). Do mesmo ponto de vista, Llavona e Llavona (2012), sublinham que esta mudança, que implica estas novas formas de se relacionar, envolve tensão social, não apenas por causa do esforço de adaptação (mudança mental e de funcionamento social), mas também por causa da incerteza causada por estes novos comportamentos sociais.

Neste cenário, definir “família” nunca foi tarefa fácil. Conquanto, nunca houve consenso entre teóricos do campo associado ao nível de complexidade do assunto – posições, percepções e análises díspares. Em outras palavras, uma definição conjunta que alberga características universais e, adopta a diversidade e seja extremamente inclusiva na

sua abordagem. Isso por parte representa um repto para encontrar elementos únicos que se aproximam da realidade transformativa e moderna que enfrenta a família na contemporaneidade.

O que resulta, não existe uma definição peremptória de família nem um modelo e uma abordagem estruturalmente ideais, pois cada família tem e compreende suas próprias particularidades, e cada indivíduo ou grupo constrói a família com base em suas experiências, linguagens, necessidades, papéis, composição, normas, valores tradicionais e regras de convivência que a distinguirão das demais de forma particular e colectiva (Mabasso, 2021).

Neste processo diferencial de abordagens, de modo único, algumas razões para "discordância" conceptual ao analisar com profundidade o assunto em causa, Segrin e Flora (2018), na sua literatura destacam três pontos fundamentais, i) depende do contexto, ii) objetivo e iii) pessoa ou organização. Além disso, como a família é definida tem sérias implicações legais, científicas e sociais. Por exemplo, essa democratização contemporânea da família implica também barreira na busca por sua definição standard.

Contudo, nos últimos anos, surgiram múltiplos enfoques teóricos e empíricas que aportam conceitos que devemos tomar em consideração. De acordo com as contribuições de Biroli (2014), a família se define como um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. Ainda que este conceito não tome em consideração aspetos que espelhem mais além da pluralidade familiar e, também, em um contexto de direitos humanos. Por seu turno, é imparcial e não toma partidos ideológicos que descriminam e reconhece uma família ideal.

Sob outra perspectiva, num panorama do continente, Mabasso (2021), acrescenta, da mesma forma, para o contexto africano, não é tão fácil apresentar uma definição completamente estruturada ou universal da família que se encaixe na concepção cultural ocidental, mas deve ser interpretada e compreendida dentro de sua pluralidade. Ainda que, literalmente as famílias africanas são de domínio patriarcal que influenciou para o construto de família "tradicional" e nuclear. Em contraste, em Moçambique o desenho familiar é predominantemente de linhagem matrilinear (zona norte) e patrilinear (zona sul e centro).

No que concerne as familias homoparentais, Pombo (2019), afirma que, as homoparentais são aquelas em que a criança é criada por pelo menos um adulto que se autodesigna homossexual. Elas podem se originar depois do rompimento de uma ligação heterossexual anterior ou a partir da adoção, do acesso à reprodução assistida ou à "barriga de aluguel" (no caso de homens gays). Este conceito, por sua vez, não reconhece outros elementos constituintes da comunidade LGBTQIA+, não admite outras formas dentro da pluralidade do grupo minorias sexuais, por exemplo, pessoas travestis.

Por conseguinte, embora todos tenham uma definição diferente de família, para a maioria das pessoas é a rede de apoio social mais importante para as várias transições que

têm que fazer durante suas vidas: encontrar um parceiro, um emprego, um lar, novas relações sociais, aposentadoria e velhice, entre outros, assim como lidar com eventos imprevisíveis que ocorrem ao longo da vida: divórcio, morte de um membro da família e desemprego, para citar apenas alguns (Cuervo, 2017).

Outrossim, uma outra contribuição relevante, Cuervo, Noriega e Alcántar (2017) propõem seis elementos a considerar para o campo de pesquisa sobre a família: i) o contexto socioeconômico e cultural no qual as famílias visadas se desenvolvem que estão sendo alvo do programa, ii) pensar sobre a família de um ponto de vista sistêmico, o que implica em confiar em seus conceitos como elementos heurísticos; iii) as estratégias que as famílias utilizam para se adaptarem às exigências de seu contexto, iv) os padrões de comunicação que existem nas famílias, v) a organização dos papéis dentro das famílias e as práticas e significados que elas apoiam e; vi) os significados que as famílias têm sobre as pessoas, os objetos e outros sistemas com os quais estão em relação.

2 INVISIBILIDADE: UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO

Com advento da pós-modernidade a família passou por mutações proeminentes irrefutáveis. Por um lado, se observa formas diversas significativas de representação desde as questões expressavas do afeto, práticas amorosas, sexuais, cuidados parentais, reprodução e tarefas domésticas mais complexas o que outrora era “obrigações” exclusivamente atribuídas a mulher (prisma patriarcal e sexista de interpretação de fenômenos), passou por tarefas partilhadas entre pessoas de sexos diferentes a tarefas comumente partilhadas entre pessoas do mesmo sexo que integram e interatuam no mesmo ecossistema familiar.

Sob outro enfoque, embora o século XXI esteja repleto de grandes transições multiculturalistas e pluralistas que influenciam grande parte as relações humanas, infelizmente perduram lacunas e algumas irreversíveis no continente. Um dos pontos pragmáticos vincula-se ao receio de manifestar a identidade sexual/expressão de gênero ou características sexuais contraposta a padrões heteronormativos e concomitantemente geram um ambiente de hostilidade e insegurança – o “diferente” ainda constitui uma ameaça num cenário consistente e continuum em distintos níveis sociais, o que por um lado influi para as relações difusas e ambivalentes.

Neste ponto de vista, é facto, o preconceito homofóbico compreende todas as classes, idades, etnias, ideologias e origens sociais. Por seu turno, Villellas (2020) vai além em sua abordagem, a violência e a discriminação contra a população LGTQIA+ é praticada em todo o mundo e, ao mesmo tempo, é influenciada pelas normas, estereótipos e abordagens de cada contexto histórico e espacial em relação ao gênero e à sexualidade. Ela também é

influenciada pelas diversas condições que geram múltiplas experiências de vida (idade, religião, etnia, classe, local de origem e residência, entre outras) e pelas assimetrias de poder associadas a elas.

Pautando por esta linha de pensamento, num panorama africano, as famílias e relações homoafetivas são práticas preexistentes à colonização no continente, mas a sua criminalização é exógena à história da África. Uma outra vertente, uma realidade social pouco explorada a nível nacional, não pela sua inexistência na sociedade moçambicana, a percepção equívoca de um fenômeno adquirido ou herdado do ocidente contribuiu expressivamente para construção de comunidades intolerantes e crença disseminada de cultura de pertença, e por causalidade desencadeia negação, repreensão e silêncio dos grupos minorias sexuais.

De outro modo, as sociedades africanas tendem a desenvolver certos padrões de categorizar o que é "normal" e hierarquizar fenômenos de acordo com as crenças aprendidas – influência colonial. Por estes e outros motivos, todas as formas de preconceito social infundem-se no princípio da violência e invisibilidade – inferiorizar grupos minoritários marginalizados politicamente, como defendem Prado e Machado (2012), o preconceito social, é um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes se consolida como violência e ódio de uns sobre outros.

De acordo com este raciocínio, o medo compulsivo a exclusão social por parte dos grupos minorias sexuais, é resultado de fenômenos como, em países que declararam tolerância zero a uniões homoafetivas – que preveem pena de morte para relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo e prisão perpétua em seus sistemas legais, é o caso de Uganda, Mauritânia, Nigeria e Somália. Por certo, estas leis extremistas ou rígidas não só ferem com a dignidade e liberdade da pessoa LGBTQIA+, como um conjunto de sistema que nele íntegra.

Dadas as circunstâncias, outro repto do preconceito social não avalia o duplo sofrimento que causa às pessoas próximas às vítimas e, isso inviabiliza de enxergar as consequências trágicas da sua conduta antissocial. Por exemplo, as sequelas psicológicas que advém desta rejeição continuam, como ideação suicida, acesso renegado a escolarização, ambiente hostil laboral, serviços de saúde excludentes e, entre outros factores de risco.

Quanto a esta problemática, enfatizam, em linhas gerais, Prado e Machado (2012), nos impede de "ver" que "não vemos" e 'o que é que não vemos", ou seja, ele atua ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorização históricas, naturalizada por seus mecanismos. Em outras palavras, o preconceito nos impede de identificar os limites da nossa própria percepção da realidade.

Por outro prisma, ainda que, falar do povo moçambicano é reconhecer suas facetas dinâmicas, resilientes e variadas, que incorporam e cruzam uma riqueza multidimensional com características heterogêneas em todos os aspectos sócio-históricos e culturais, bem como inserir um conceito mais amplo de diversidade em um contexto linguístico, étnico, religioso, cultural e tradicional (Mabasso, 2021).

Em confronto com citado, Moçambique é lugar seguro comparativamente com outras nações africanas, que adoptaram linchamento, violência física e psicológica massiva, pena de morte, prisão perpetua, lei de sharia, entre outros fatores de risco que inviabiliza os direitos de minorias sexuais. Como aponta o relatório de 2018 produzido por Conselho de Direitos Humanos da ONU, a homossexualidade é amplamente tolerada em Moçambique, mas as pessoas LGBT e os ativistas locais apontam a existência de discriminação frequente no local de trabalho e de maus-tratos pelos familiares.

Em concordância, discutir sobre diversidade sexual e gênero sem repreensão e retaliações em diferentes panoramas sociais ainda constitui empecilho por ultrapassar. Por exemplo, lei de família revogada que não admite outras formas de relacionamento e outro modelo de família – ainda é necessário fortalecer o princípio de inclusão social no país.

Além disso, a violência e a discriminação com base em preconceitos relacionados à orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais ocorrem de forma contínua, desde espaços íntimos, familiares e comunitários até espaços públicos, e são perpetradas por membros próximos, familiares ou comunitários, bem como por pessoas e grupos externos, incluindo extremistas religiosos, extremistas nacionalistas, grupos paramilitares, grupos armados de oposição, milícias, bem como forças de segurança, entre outros (Villellas, 2020).

Em sintonia com o exposto, num dos trechos da música “O ABC do preconceito” do álbum Cubaliwa de 2013, o rapper e activista social moçambicano Azagaia, faz menção sutil e exprime com veemência a representação social da homofobia e de uma sociedade extremamente preconceituosa e diluída – como a sociedade moçambicana “vem” e “interpreta” a homossexualidade, “homossexual é um ser anormal, enteado de Deus, filho legítimo do mal, vergonha dos pais e da família no geral. É fruto da colonização cultural”.

Por conta disso, e de outros factores enraizados socio e historicamente, ainda prevalece a discriminação, criminalização de identidades ou crimes de ódio contra a comunidade LGBTQIA+. De acordo com os dados extraídos do inquérito do Afrobarómetro (2016) concluíram que, os africanos expressam elevados graus de tolerância para com pessoas de grupos étnicos diferentes, pessoas de religiões diferentes, imigrantes e pessoas portadoras de HIV/SIDA (PVVS), mas não a homossexualidade.

Ainda nos resultados do estudo, é possível perceber que, a grande maioria dos cidadãos africanos são intolerantes em relação aos cidadãos homossexuais. Entre os 33 países, uma média de 78% dos inquiridos dizem que "discordariam parcialmente" ou

"discordariam fortemente" de terem um vizinho homossexual. Sob a mesma perspectiva, Weber (2019) esclarece ainda mais na sua tese, ressaltando que, em muitos países do continente africano, as minorias sexuais são levadas ao isolamento, ao cárcere, à invisibilidade, à marginalidade e até mesmo à morte pela homofobia, ocasionada por ser um crime de ódio ou por intermédio do próprio Estado e de suas condenações.

Por outro prisma, além disso, o uso do termo homoparentalidade nos leva a novas práticas de exclusão e invisibilidade, por um lado, devido à forma como usamos para apreender a realidade, onde somos guiados por um sistema binário patriarcal que divide a realidade e os fenômenos sociais entre aqueles que se alinham com o que deveria ser e aqueles que se opõem a esta ordem e, por outro lado, pela heteronormatividade. Por este motivo, é necessário utilizar meios que escapem destas diretrizes que visam manter a ordem com base na cultura de gênero. E, isso é parcial, pois não expressa a diversidade e a complexidade sociais que, em última análise, reproduzem a exclusão dos sujeitos. (Maqueda, 2016).

Ainda Maqueda continua chamando atenção para o uso de termos corretos para não incorrer risco de deixar de fora um elemento essencial dentro de grupos minorias sexuais, o perigo de usar o termo homoparentalidade é que as práticas e arranjos parentais dos sujeitos da diversidade sexual e afetiva, tais como pessoas trans, bissexuais e intersexo, bem como aqueles arranjos parentais que podem ser desenvolvidos por pessoas que não têm uma identidade sexual ligada à sua prática sexual (por exemplo, homens que fazem sexo com homens), tornam-se invisíveis.

Nesta linha de raciocínio, é certo que, a religião também teve sua contribuição no quesito a homofobia social baseada em preceitos das sagradas escrituras. Portanto, partindo do pressuposto religioso, apesar desta e outras alusões, em Moçambique com uma predominância muçulmana e cristã influenciou bastante na defesa da moral da família nuclear biparental – outras formas de negar a diversidade, como também inferiorização social, produção de concepções ideológicos e cognitivas. E em termos comparativo e estatístico, pode-se dizer que a repressão contra membros da comunidade LGBTQIA+ é maior hoje no mundo islâmico do que nas sociedades do que nas sociedades de tradição cristã, budista, hindu, confuciana e judaica (Amerise, 2022).

Do exposto, conclui-se (uma reflexão não acabada) ainda que seja um caminho por trilhar, é preciso reconhecer as mudanças que se estabeleceram no epicentro das relações afetivas entre indivíduos do mesmo sexo que partilham mesmo espaço com comunidades heterossexuais. Contudo, é ainda questionável a violência e discriminação homofóbica num país que prima pela igualdade. Outrossim, a família homoafetiva, ainda que seja um grupo que pertence a classe excluída politicamente, é o pulsar “força motriz” da diversidade sexual e de gênero no continente africano.

3 ADAPTAÇÃO, MUDANÇAS E DESAFIOS DA HOMOAFETIVIDADE EM MOÇAMBIQUE: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

É indubitável, a família se diversificou com o passar do tempo. Contudo, podemos assumir o respeito a individualidade e a diversidade como nova ordem familiar – realidade ou desafio? Estamos diante da decadência hegemônica nuclear biparental e tradicional no país? É prematuro assegurar ou apresentar evidências que sustentam essa ruptura ou irrupção social no território moçambicano – ainda é um processo iminente cujo as estruturas estão se consolidando.

Outrossim, as formas comuns e tradicionais de representação da família homoafetiva estão assumindo contornos significativos. Dos padrões normativos patriarcais que conceberam a família como sistema "normal" e "natural", hoje em dia nos deparamos com um desenho de um sistema familiar que nos remete a diversidade, e em simultâneo se desassocia do prisma marxista e patriarcal. O que por um lado, desafia um sistema no seu todo, desde as políticas até as comunidades conservadoras.

Nesta ordem de ideias, as informações sobre homossexualidade contemporânea nos países lusófonos são praticamente inexistentes. Com a crise da Aids, começam a aparecer as primeiras referências à contaminação do HIV entre homens que fazem sexo com homens, (Mott, 2005). Essa indiferença acadêmica, faz referência também a questão, nesses países está enraizado princípios catolicistas e coloniais, que mais se interessou em condenar a prática da homossexualidade e não abrir espaço para a sua compreensão através de pesquisas cientificas.

Por seu turno, em sua tese, Miguel (2019), retrata um fenômeno que anula a inexistência de vestígios sobre homossexualidade em Moçambique, a respeito de cinco processos da década de 1940 sobre apreensões de rapazes por "actos de sodomia" e "homossexualismo" na então Lourenço Marques. Este é um indicador que abre espaço para uma nova época sobretudo relativo aos estudos da homossexualidade, família e direitos humanos no país.

Por sinal, trata-se em simultâneo de questões difusas e evolutivas familiares e não necessariamente abolição de um sistema (nuclear biparental) e elevação de outro (homoafetiva). Sem deixar de lado, a luta e resistência que atravessa essa comunidade para uma visibilidade consistente no ecossistema político, mídia, religioso e cultural em Moçambique – construção de uma sociedade mais inclusiva, tolerante e que assume a diversidade como padrão de convivência sem ferir as normas sociais.

Ainda que os estudos realizados pelo Afrobarómetro (2016) sobre a questão de homossexualidade versus tolerância nos 33 países, apontam que, nem toda África é homofóbica, países como Cabo Verde, Africa do Sul, Moçambique e Namíbia ocupam a lista das quatros nações que respeitam a comunidade LGBTQIA+. Portanto, resulta um estado embrionário se não num "clichê" acreditar numa reforma sem com isso se observar a

conscientização individual e colectiva, sensibilização para estimular tolerância e desconstruir ideologias homofóbicas no continente – o assunto está sendo tratado de forma supérflua.

Mais além, a resistência de grupos minoritário em Moçambique é patente, Araújo (2022) defende que, as pessoas LGBTQIA+ encontram estratégias de inclusão no tempo da nação, reivindicando um lugar de pertença e formulando, ao mesmo tempo, uma crítica da sua marginalização na sociedade e na política moçambicanas, onde não conseguem exercer a sua cidadania plena.

Baixo a esse olhar, como dito linhas atrás, a nova realidade familiar é heterogênea e, face a esses desafios, a não institucionalização das famílias homoafetivas no país não nos remete a ideia da sua inexistência ou disfuncionalidade no que concerne às relações paterno-filial e normas de convivência social. Como referem Palacio e Cárdenas (2017), a diversidade da realidade familiar indica a presença tanto de casais heterossexuais quanto de homossexuais.

Nesta vertente, outra contribuição essencial, as famílias homoafetivas, assim como as famílias heteroparentais, são capazes de educar e criar com sucesso seus filhos. A orientação sexual dos pais não é um indicador para avaliar a função educacional dos pais, assim como os princípios educacionais dos pais devem ser inalteráveis, independentemente da condição sexual das crianças (Placeres et al 2017).

Por outro ângulo, no que respeita ao novo paradigma entre família e gênero, Biroli (2014) sublinha que, as transformações nas relações de produção e trabalho no mundo moderno, tanto quanto as formas nele assumidas pelas relações de gênero, devem ser levadas em conta para se compreender a organização dos arranjos familiares sem perder de vista a complexidade dos fatores que a condicionam.

Em concordância com a autora, o conjunto de modificações que sofreu este sistema contribuiu significativamente para uma visão pluralista de discussão e reformas no campo das ciências biomédicas, sociais, humanas e jurídicas. Por exemplo, dinâmica no desenvolvimento de projectos de investigação com grande ênfase no campo da sexualidade, matrimônio, adoção e procriação.

Paralelamente, em países onde o índice de desenvolvimento econômico é muito elevado, há uma tendência expressiva de distanciamento de maternidade, matrimônio comparativamente com a necessidade reprodutiva entre casais – o que influi diretamente na redução da taxa de fecundidade. Portanto, diante dessas premissas, por um lado, ainda que a taxa de natalidade está em decadência em alguns países do mundo. E por outro lado, esta crise não é unidimensional em sua esfera global, visto que, a taxa de fertilidade é maior, por exemplo, nos países como Níger, Mali, Uganda entre outros.

No cerne da definição de crise está em primeiro lugar a existência da necessidade de mudança em diferentes aspectos da dinâmica familiar, tais como o tipo de comunicação,

padrões de autoridade, limites e papéis. E, em segundo lugar, o potencial para produzir tanto danos quanto crescimento e desenvolvimento no sistema familiar (Cuervo, 2018). Em paralelo, a palavra "crise familiar" tem gerado debate ambíguo. Deste modo, ao empregar o término "crise" no debate em causa não nos remete a uma percepção em torno da disfuncionalidade do sistema familiar aliado às desigualdades, conflitos, divorcio, luto, ou violência na relação de poder, casamento e criação de filhos.

Deste modo, parte-se da premissa que a tipologia de família homoafetiva para além de ser um exemplo de dinâmica de relacionamento na contemporaneidade, de igual forma, enaltece a questão da diversidade no quesito ao novo modelo de configuração de família, sem necessariamente buscar marginalizar, enfraquecer ou impor a "erradicação" da família nuclear clássica ou biparental (o que é quase impossível), mas contribui significativamente na concepção de um olhar diferenciado do que é família, casamento, pai e mãe.

Quebrando direta ou indiretamente a relíquia homem-mulher como modelo perfeito ou predefinido de configuração de família. Certamente, ainda estamos perante um assunto controverso no país – não apenas por questões de não se adaptar ou inserir-se às exigências da globalização. De um lado, considerado como desvio de padrão socialmente construído.

Nesta linha de raciocínio, a família é a matriz do desenvolvimento humano independentemente da sua natureza de configuração – heterossexualidade ou homossexualidade. Por outro lado, as mutações sociais contemporâneas permitem uma percepção conceptual mais abrangente do estudo da família, desde um enfoque de inclusão reforçando a ideia da diversidade. Em outras palavras, a nova crise familiar desencadeou o pensamento hegemônico da sociedade patriarcal dominante e da única referência biparental até então naturalizada como modelo perfeito de configuração de família.

De igual modo, as relações homoafetivas e famílias homoparentais sempre fizeram parte da sociedade, pois sempre existiram lésbicas e gays com filhos, uma coisa é discutir aceitação devido aos construtos sociais de uma relação afetiva e família perfeita, como destacou Giberti (2005) na sua obra "La familia, a pesar de todo", as novas organizações familiares não são novas; novo é o registo do que existia, omitido, silenciado ou negado.

Certamente, a opressão teve seu contributo significativo para a omissão dos fatos, como políticas públicas que criminalizam e punem relacionamentos de pessoas de mesmo sexo, uma sociedade exclusivamente discriminatória, preconceituosa e excludente acompanhou esta normalização de violência e invisibilidade das familias homoafetivas mesmo em Moçambique.

Ainda que, hegemonicamente, numa perspectiva de padrões e construto social a família é unidimensional e atemporal na sua estruturação obedecendo uma ordem imutável de hierarquização composta por dois progenitores de diferentes sexos e descendentes – uma visão nuclear "tradicional" imposta histórica e culturalmente sob domínio patriarcal.

Contudo, a globalização alberga nova linguagem de comunicação e percepção diferente na sua essência – família heterogênea que contempla qualquer tipificação de organização familiar – uma presença significativa na luta por diversidade. Adicionalmente, novo modelo de configuração de família no sentido de incorporação de nova nomenclatura ou terminologia no dicionário sociofamiliar moçambicano.

4 LEI DA FAMÍLIA, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXOGENÉRICA – INTEGRAÇÃO OU REJEIÇÃO?

Ao olhar para o panorama africano, dos 54 países, paradoxo ou não, apenas África do Sul concede aos casais homoafetivos o direito à união legal. Por um lado, estamos diante de uma complexidade tradicional a chamada "cultura de pertença" e "exclusividade" que contribuem para a rejeição massiva no processo de não institucionalização da homossexualidade e das organizações que advogam direitos de grupos minorias sexuais no continente.

A título de exemplo, o Estado moçambicano não reconhece a LAMBDA como organização legítima da sociedade civil, digna do reconhecimento formal e público, com ela o Estado trabalha em algumas frentes para, principalmente, erradicar a epidemia de AIDS no país. Tal dado desestabiliza certas perspectivas analíticas que enfatizam demasiadamente a homofobia como categoria central em contextos africanos, mesmo quando as realidades empíricas são bem mais complexas (Miguel, 2021).

Em paralelo, o que a LAMBDA está a exigir ao órgão que tutela a sua institucionalização como associação legítima no país – Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos, é uma aceitação expressa, porque a tácita já existe. Em outras palavras, ela opera na mesma categoria que outras organizações da sociedade civil em Moçambique.

Outro ponto crucial, os líderes africanos ainda retem a ideia de que a poligamia pertence aos africanos e a homossexualidade ao ocidente. Deste modo, no contexto moçambicano, os pronunciamentos excludentes e preconceituosas do deputado da Renamo, António Muchanga, é um exemplo que reflete e reforça esta realidade desafiadora de "cultura de pertença" no país e no continente africano no geral, "Eu não entendo os europeus quando privilegiam gays e negam a poligamia. Eu acho que é mais sagrado sermos polígamos do que sermos gays e outras coisas".

Nesta senda, a questão hegemônica da família nuclear clássica é o vector da banalização deste grupo. Visto que, é adoptado como modelo familiar que apresenta uma estrutura ou padrão consistente em Moçambique caraterizado pelo patriarcado – aquela que adota uma reprodução heterossexual e triangular na sua composição (pai-mãe-filhos).

Não obstante, Temperini (2018) em seus argumentos refuta essa tese, não existe uma forma de organização familiar ideal, que possa indicar como a circulação libidinal deve

acontecer para a constituição do sujeito mais sadia ou mais patogênica. A heterossexualidade e a forma de família "tradicional", como produtora de sujeitos "normais" e "sadios", não passam de uma idealização da posição libidinal.

Em paralelo, a discussão sobre a família tem se concentrado no binarismo da família nuclear tradicional, que acabou se tornando monogâmica e heterossexual, versus a não-família, ou seja, a miríade de arranjos parentais e filiais que se afastam dos valores e construções tradicionais (Maqueda, 2016). Por exemplo, a notícia que gerou alvoroço no país, continua a seguinte manchete, "Governo Moçambicano limita número de filhos para evitar pobreza no país" quando questionado no programa da Ftv-LIVE, Muchanga, contra-atacou:

> Sabe que nas nossas universidades há professores gays, professoras lésbicas, o que um gay está altura de dizer a sociedade? Não estou a discriminar, é que o gay não nasceu para procriar, está contra a lei divina. Este grupo quando tem canudo da universidade aparentam pessoas que tem valor, mas esses são os tais que desenvolvem a teoria do anticristo (Ftv-LIVE, 2023).

É possível perceber que estes pronunciamentos também fecham a possibilidade de adopção e uso de outros métodos de reprodução por parte de minorias sexuais no país. Muchanga não é o único político com declarações extremistas. O presidente ugandês, Yoweri Museveni, promulgou este ano lei anti-homossexualidade, e numa das intervenções Museveni apelou aos países africanos que salvem o mundo da homossexualidade.

Por outro lado, não se afasta, ainda, o fundamentalismo religioso que influi diretamente na homofobia dos Estados africanos. Portanto, para Langa (2018), as primeiras leis contra a sodomia foram promulgadas pela colonização europeia nos territórios africanos, assim como, o ideal de familia patriarcal e heterossexual, instituída pelo cristianismo e reforçada mais tarde, com advento do marxismo, movimentos estes que retrata (va)m de forma negativa a homossexualidade.

Maqueda (2016) adiciona, o Estado, com base em noções religiosas naturalizadas, regulamentou, por meio de seus governos, a família como a única forma válida de configurar os arranjos parentais e institucionalizou práticas históricas por meio de leis que regulamentam a configuração da família e o reconhecimento de relacionamentos conjugais e filiais.

Neste processo de políticas excludentes ou leis contra comunidade LGBTQIA+, Villellas (2020) chama atenção a um fenômeno relativo aos direitos humanos, a violência com base na orientação sexual, na identidade de gênero, na expressão de gênero e nas características sexuais constitui uma violação flagrante do direito de todos aos direitos humanos e às liberdades de acordo com a lei internacional de direitos humanos.

Não é de se abismar, a herança do período colonial teve seu papel preponderante nos povos africanos, incorporação de normas, hábitos e costumes ocidentais, por exemplo, o que se vive hoje em Uganda (criminalização de homossexualidade) é resultante por parte influências da colônia britânica. O mesmo sucedeu em Moçambique, recuando um pouco para o Código Penal (legislação colonial portuguesa de 1887) incluía um parágrafo que previa medidas de segurança para a prática de atos contra a natureza. Ou seja, o mesmo código não deixava explícito na íntegra o fenômeno em causa tornando assim vago e ambíguo a sua interpretação.

Portanto, no âmbito do mesmo código o crime de violação era só entendido aquele praticado contra mulheres, excluindo os homossexuais, visto que, em nenhum momento se fazia menção a penetração no ânus ou qualquer cópula naquele orifício. Outrossim, em simultâneo o legislador recorreu ao mesmo instrumento para aplicar contra a homossexualidade. Porém, desde julho de 2015, o país aboliu a criminalização da homossexualidade. Nem com isso, a inexistência jurídica de casamentos entre pessoas do mesmo sexo constitui um empecilho face ao novo paradigma de familia pós-convencional em Moçambique.

Nesta ótica, podemos repensar na institucionalização da homossexualidade no país? O que a legislação moçambicana advoga sobre união civil e adopção de filhos? Portanto, dois anos após a descriminalização da homossexualidade em Moçambique, o governo ainda não registou a maior associação lésbica, gay, bissexual e transgénero (LGBT) do país, a Lambda.

Portanto, de acordo com os dados extraídos do relatório mundial de 2018 produzido por Conselho de Direitos Humanos da ONU, a LAMBDA aguarda a mais de 15 anos, que o governo faça uma declaração pública sobre a associação ou os direitos dos homossexuais no país, apesar dos constantes apelos do Conselho de Direitos Humanos da ONU governo registe organizações não-governamentais que trabalham as questões de orientação sexual e identidade de género.

Em linhas gerais, ainda que não haja registo de condenação entre união de duas pessoas do mesmo sexo por parte do Código Penal, apenas a Bigamia no seu artigo 259, o reconhecimento jurídico do direito a diversidade e não discriminação com base na orientação sexual ainda é um fenômeno que trilha várias incongruências no país. Ainda que tenhamos o artigo 35 da CRM, onde preconiza a igualdade perante a lei, na medida que ninguém deve ser discriminado por causa da sua orientação sexual, contudo, algumas normas orientadoras fazem menção somente pessoas de sexo diferente.

Em Moçambique as organizações familiares assim como matrimonial mais predominante é a heterossexual. Por tanto, o casamento segundo a Lei da Família no seu o artigo 8 da lei 22/2019 de 11 de Dezembro, é definido como uma união voluntaria e singular entre um homem e uma mulher, da lei com propósito de construir família.

Nesta ordem de ideias, no artigo 55 na sua alínea e), a lei discrimina mais uma vez a união homoafetivo, considerando que é juridicamente inexistente o casamento contraído por duas pessoas do mesmo sexo, estipulando assim relações heterossexuais vedando o reconhecimento do casamento homoparental.

Entretanto, transcorrendo a constituição, bem como no artigo 119 referente a familia este não chegou a determinar que só seria família pessoas de sexo diferente, o que nos remete que essa designação trazida na lei da família ser questionada quanto a sua constitucionalidade, visto que, decorre de interpretações que acomodam vontades de certas ideias. Na mesma linha de raciocínio, de acordo com estes princípios e preceitos norteadores da familia, em particular, princípio de não-intervenção, Stacciarini (2019) conclui:

> As famílias são núcleos privados, que devem manter um determinado afastamento da força limitadora do Estado. Desta forma, não se pode aceitar modelos autocráticos e autoritários que interfiram demasiadamente na vida privada e nos moldes familiares escolhidos pelos cidadãos. Por isso, a doutrina aponta o princípio da não-intervenção como um preceito limitador das mãos do Estado, com fundamento na liberdade. O Estado, assim, não poderá jamais decidir qual é o modelo familiar que considera correto, impondo normas e costumes que esmaguem a autonomia privada e, em última análise, as famílias plurais (Stacciarini, 2019, p. 101).

Por outro lado, a contribuição de Araújo (2022) se ajusta ao argumento de Stacciarini (2019), que regimes temporais são cruciais nas dinâmicas de exclusão e inclusão LGBTQIA+ no País, particularmente nas práticas governativas temporais - na crono-política - utilizadas pelo estado no constante adiamento da efetivação dos direitos deste grupo minoritário.

Uma realidade também próxima, recentemente a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos tenha adoptado a resolução n° 275 (LV) 2014 sobre "Proteção contra violência e outras violações de direitos humanos contra pessoas com base na sua orientação sexual ou identidade de gênero real ou imputada". Em vista disso, qual é a “boa nova” que nos reserva a nova resolução? Por seu turno, a Resolução em causa condena a crescente incidência de violência e outras violências dos direitos humanos, incluindo homicídio, violência, agressão, prisão arbitrária e outras formas de perseguição de pessoas com base na sua orientação sexual real ou percebida ou identidade de género.

Como modo de desfecho do terceiro e último capítulo, é fato, estamos longe de alcançar resultados significativos em Moçambique, visto que, são desafios sistêmicos que no fundo deve-se produzir soluções sistêmicas para a sua resolução e não necessariamente aprovações ou abolição de leis que no fim e acabo não geram mudanças significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na evolução histórica familiar, as características transformativas contemporâneas agregam novas dimensões temática sobre minorias sexuais, garantindo a multiplicidade de formas de organização de família, desenvolvimento das ciências biomédicas, uma cosmovisão de matrimônio, maternidade, paternidade diferencial, adopção, cuidados e relações de filiação.

De igual maneira, abre espaço para incorporação de paradigma pluralista de práticas sexuais humanas, diversidade, gênero e identidade, desconstruindo as narrativas sócio-históricas patriarcais e de modelo ideal nuclear clássica "biparental".

Por outro lado, este novo olhar de configuração de família, permite adoptar novos padrões de construção social mais inclusiva no estudo da família e seus integrantes. Ademais, desafia para uma abordagem com ênfase na reforma da lei de família moçambicana assegurando que todo cidadão desfrute dos seus direitos sem discriminação, estigmatização, violência e preconceito no território moçambicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, A; CUERVO, A. Crisis normativas y no normativas del desarrollo familiar. *In*: **Familia y crisis**: estrategias de afrontamiento. México: Clave Editorial, 2018.

AMERISE, A. O que o Alcorão diz sobre a homossexualidade e por que ela é punida no mundo muçulmano. **BBC**, 11 dez. 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63934941. Acesso em: 4 dez. 2023.

ARAÚJO, C. (2022). Sujeitos sem história? Cidadania sexual, temporalidade e os desafios da pós-colonialidade em Moçambique. *In*: **Desafios para Moçambique 2022**. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/01/art5_ca.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

AZAGAIA O ABC do preconceito. **Letras**, Cubaliwa, 2023. Disponível em: https://www.letras.com/azagaia/abc-do-preconceito/. Acesso em: 4 dez. 2023.

BIROLI, F. **Familia**: novos conceitos. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

CARNUT, L; FAQUIM, J. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **J Manag Prim Health Care**, v. 5, n. 1, p. 62-70, 2014.

CDH. Relatório mundial de 2018. **Human Rights Watch**, 2018. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/country-chapters/mozambique-1. Acesso em: 4 dez. 2023.

CUERVO, A. Crisis normativas y no normativas del desarrollo familiar. *In*: **Familia y crisis**: estrategias de afrontamiento. México: Clave Editorial, 2017.

CUERVO, A; NORIEGA, J; ALCÁNTAR, J. Elementos para la comprensión de las dinámicas familiares. *In*: **Familia y crisis**: estrategias de afrontamiento. México. Clave Editorial, 2017.

Ftv-LIVE. (s.f). “Que exemplos um gay pode dar a sociedade? Questiona Muchanga [Canal de YouTube]. Recuperado no dia 22 de julho 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qN8IVkWCF6c. Acesso em: 4 dez. 2023.

GIBERTI, E. **La familia, a pesar de todo**. Buenos Aires: Noveduc, 2005.

LANGA, E. (2018). A homossexualidade no continente africano: história, colonização e debates contemporâneos. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 1, n. 2, p. 52-72, 2018. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14270. Acesso em: 4 dez. 2023.

LLAVONA, L; LLAVONA, R. La familia en la sociedad actual. *In*: **Manual del psicología de familia**: un nuevo perfil profesional. (edición en versión digital). Ediciones Pirámide, 2012.

MABASSO, R. Rituales de matrimonio y ritos de iniciación: configuraciones familiares y prácticas culturales en mozambique. Tese (Mestrado) - Universidad de La Frontera, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.ufro.cl/?a=view&item=2050. Acesso em: 4 dez. 2023.

MAQUEDA, O. Crítica a los conceptos homoparentalidad y familia homoparental: alcances y límites desde el enfoque de las relaciones y vínculos parentales de las personas de diversidad sexual. **La ventana. Revista de estudios de género**, v. *5*, n. 43, p. 7-49, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405943620160001000 07&lng=es&tlng=es. Acesso em: 4 dez. 2023.

MIGUEL, F. **Maríyarapáxjis**: silêncio, exogenia e tolerância nos processos de institucionalização das homossexualidades masculinas no sul de Moçambique. Tese (doutorado) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38350. Acesso em: 4 dez. 2023.

MIGUEL, F. Uma história de movimento LGBT em Maputo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 64, p. 320–362, 2021.

MUZIO, P. **Psicología de familia**: una aproximación a su estudio. La Habana: Editorial Félix Varela, 2002.

PALACIO, M; CÁRDENAS, O. La crisis de la familia: tensión entre lo convencional y lo emergente. **Maguaré**, n. 31, v. 1, p. 43-64, 2017.

PLACERES, J; OLVER, M; DIEGO, H; ROSERO, M; GERMANIA, M; URGILÉS, C; RAÚL, J; ABDALA-JALIL, S. La familia homoparental en la realidad y la diversidad familiar actual. **Revista Médica Electrónica**, v. 39, n. 2, p. 361-369, 2017. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1684182420170002000 22&lng=es&tlng=pt. Acesso em: 4 dez. 2023.

POMBO, M. Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. **Psicol. USP**, n. 30, 2019.

PRADO, M; MACHADO, F. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo. Cortez Editora, 2012.

SEGRIN, C.; FLORA, J. **Family Communication**. 3. ed. Routledge, 2018.

STACCIARINI, A. **A evolução do conceito de família**: as novas configurações familiares e suas consequências jurídicas e sociais. Dissertação (Mestrado) — Universidade Autónoma De Lisboa "Luís De Camões", Ciências Jurídicas, 2019.

TEMPERINI, C. **Famílias camaleão**: adaptações, mudanças e desafios da homoparentalidade. 2018. 344 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

THÉRY, I. Historie de famille. **La revue pour l'histoire *du* CNRS**, n. 24, 2009.

VILLELLAS, A. Conflictividad armada y violencia contra la población LGTBI: retos para la construcción de paz. **Apunts ECP de Conflictes i Pau**, n. 2, mar. 2020. Disponível em: https://escolapau.uab.cat/wp-content/uploads/2020/03/FI02_LGTBI_ES.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

WEBER, D. **Valores africanos e homofobia de estado em África**: a lei anti-homossexualidade do Uganda como estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Minho, Escola de Direito, 2019.

Recebido em: 04/12/2023
Aceito em: 14/01/2024

RELATO DE EXPERIÊNCIA

(IN)VISIBILIDADE: UMA REFLEXÃO ACERCA DA SAÚDE MENTAL DE MULHERES LGBTI+ NO AMBIENTE TERAPÊUTICO

(IN)VISIBILITY: A REFLECTION ON THE MENTAL HEALTH OF LGBTI+ WOMEN IN THE THERAPEUTIC ENVIRONMENT

Vitória Tonet[1]
Ana Julia Liz de Carvalho[2]
Giulia De Liz Crotti[3]
Thalita Gonçalves Kirchner[4]
Letícia Da Silva Aguiar[5]
Eduarda Brunelo Sierra[6]
Roberta Da Guia Paulin Ronska[7]
Adriana Maria Bigliardi[8]

Resumo: Este trabalho traz o relato de experiência de uma Ação de Curricularização da Extensão realizada por estudantes do terceiro período do curso de Psicologia, supervisionados pela professora da disciplina de Promoção e Prevenção em Saúde II. Nesta ação foi trabalhada a temática da saúde mental de mulheres LGBTQIA+ e foram abordadas questões de gênero, discriminação, diversidade sexual, preconceito e repressões. A invisibilidade vivida por estas mulheres no que tange ao direito à assistência integral em saúde apresenta-se como principal enfoque do presente trabalho. A ação foi realizada com 13 participantes de uma ONG voltada para mulheres LGBTQIA+ e teve como objetivo geral: Proporcionar momentos para refletir sobre a saúde mental de mulheres LGBTQIA+ e as principais dificuldades encontradas em contextos terapêuticos. E como objetivos específicos: promover um espaço de acolhimento e escuta e proporcionar momentos para expressão através da arte. A reflexão acerca das demandas de saúde das mulheres LGBTQIA+ proporcionou uma conversa produtiva. Em sua totalidade, o grupo demonstrou satisfação com a atividade e com o tema proposto e os feedbacks foram muito satisfatórios. Com base nos relatos das participantes constatou-se a quantidade de experiências negativas vividas devido a falta de preparo de profissionais dentro dos ambientes terapêuticos e fora deles. Acredita-se que os resultados obtidos nesta ação são de grande valia para entender mais de perto as dificuldades que mulheres LGBTQIA+ enfrentam. Espera-se que a riqueza desses dados propiciem mais momentos como esse de escuta e troca de vivências. Ainda é preciso destacar a pretensão, ainda que utópica, de que sejam desenvolvidos futuros trabalhos que caminhem na direção da inclusão. À vista desses resultados concluiu-se e destacou-se a necessidade urgente de apoio às mulheres LGBTQIA+ no acesso integral à saúde, enfatizando a importância de preparo dos profissionais da saúde para atender com precisão as necessidades dessa população.
Palavras-chave: Pessoas LGBTQIA+; Políticas Públicas de Saúde; Saúde de Minorias.

Abstract: This work presents the experience report of an Extension Curricularization Action carried out by students of the third period of the Psychology course, supervised by the professor of the subject of Health Promotion and Prevention II. In this action, the issue of mental health of LGBTQIA+ women was addressed and issues of gender, discrimination, sexual diversity, prejudice and repression were addressed. The invisibility experienced by these women regarding the right to comprehensive health care is the main focus of this work. The action was carried out with 13 participants from an NGO dedicated to LGBTQIA+ women and had the general objective: To provide a moment to reflect on the mental health of LGBTQIA+ women and the main difficulties encountered in therapeutic contexts. And as specific objectives: to promote a welcoming and listening space and to provide a moment for expression through art. Reflection on the health demands of LGBTQIA+ women provided a productive conversation. In its entirety, the group demonstrated satisfaction with

[1] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[2] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[3] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[4] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[5] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[6] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[7] Graduanda do curso de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.
[8] Professora nos Cursos de Graduação de Medicina e Graduação de Psicologia das Faculdades Pequeno Príncipe.

the activity and with the proposed theme and the feedbacks were very satisfactory. Based on the participants' reports, it was verified the amount of negative experiences lived due to the lack of preparation of professionals inside the therapeutic environments and outside them. It is believed that the results obtained in this action are of great value to understand more closely the difficulties that LGBTQIA+ women face. It is hoped that the richness of this data will provide more moments like this one for listening and exchanging experiences. It is still necessary to highlight the pretension, albeit utopian, that future works be developed that walk in the direction of inclusion. In view of these results, it was concluded and highlighted the urgent need to support LGBTQIA+ women in full access to health, emphasizing the importance of preparing health professionals to accurately meet the needs of this population.
Keywords: LGBTQIA+ people; Public Health Policies; Minority Health.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é inerente aos seres vivos. Trata-se da condição primária do ser humano e é fundamental para a continuidade da vida, bem como, para as relações interpessoais - aquelas mantidas entre pessoas inseridas em um meio social-e intrapessoais - que envolvem a subjetividade de cada indivíduo, mais especificamente, na sua relação com ele mesmo -. Esses vínculos acabam por determinar os modos de ser, ver pensar e se revelar para a sociedade. A sexualidade é elemento unificante e estruturante da identidade e da personalidade, pois integra os níveis biológicos, psicológicos e sociais de um indivíduo (Albuquerque *et al.* 2013 *apud* Abdo; Guariglia- Filho, 2004).

Nesse contexto, deve-se considerar que a expressão da sexualidade é uma complexa interação de fatores. Falar sobre a diversidade sexual é compreender que a expressão da sexualidade é algo construído gradualmente ao longo do desenvolvimento psicossocial do indivíduo, refletindo, portanto, nas experiências evolutivas do ser humano durante o seu ciclo vital. A homossexualidade, aqui definida, como a orientação afetivo-sexual entre pessoas de mesmo sexo, sempre existiu ao longo da história nas mais diferentes sociedades e culturas, tendo permitido, portanto, diversos posicionamentos sociais (Albuquerque *et al.* 2013 *apud* Abdo; Guariglia- Filho, 2004). No território dessas relações, ainda ocorrem, no entanto, dinâmicas de exclusão social. Apesar da popularização do movimento LGBTQIA+, ainda verificam-se diversas cenas de violência e preconceito decorrentes da orientação sexual.

Além disso, existem estudos que apontam o atendimento discriminatório por parte de profissionais da saúde, como: consultas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas e até mesmo ofensas verbais proferidas por estes profissionais. (Albuquerque *et al.* 2013 *apud* Gutierrez, 2007; Heck *et al.*, 2006).

A relevância deste estudo reside no fato de trazer o relato de experiência de uma Ação de Curricularização de Extensão realizada por estudantes do terceiro período de Psicologia supervisionados pela professora da disciplina de Promoção e Prevenção em Saúde II e dar visibilidade à temática da saúde mental de mulheres LGBTI+ e foram abordadas questões de gênero, discriminação, diversidade sexual, preconceito e repressões.

Esta atividade teve como objetivo geral: Proporcionar momentos para refletir sobre a saúde mental de mulheres LGBTI+ e as principais dificuldades encontradas em contextos

terapêuticos. E como objetivos específicos: promover um espaço de acolhimento e escuta e proporcionar momentos para expressão através da arte.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de adentrar nas questões relacionadas ao acesso à saúde de mulheres LGBTI+, deve-se, em primeiro lugar, destacar que a homossexualidade não trata-se de um recorte isolado da realidade humana. Falar de homossexualidade, é falar de sexualidade, é falar de pluralidade, de diversidade e multiplicidade (Toniette, 2006). Sendo assim:

> A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir (Arendt, 2009a, p. 16).

Nesse sentido, é necessário levar em conta que a sexualidade não é estática ou pré-definida. Deve-se considerar que trazer uma indagação acerca das definições de sexualidade humana, certamente não será um consenso. No presente trabalho, referimo-nos à sexualidade como um tema complexo e multifacetado:

> Estou, portanto, problematizando a idéia de que existe uma natureza humana, uma essência imutável, que percorreria todas as culturas, todos os grupos sociais; e que homens e mulheres teriam uma espécie de substrato comum, que seria mais ou menos inalterável (Heilborn 2002, p. 12. *apud* Le Breton, 1988).

Com isso, tem-se que, discutir sobre a diversidade sexual, é algo delicado e esse caráter advém da norma social reproduzida, isto é, a heteronormatividade. O que se verifica em sua maioria, é certa confusão no que tange à ideia de gênero pré-definida, de que existem papéis a serem desempenhados pelos sexos biológicos determinados. Para que haja um afastamento do senso comum, é preciso analisar a categoria gênero:

> O conceito de gênero refere-se à construção social do sexo e foi produzido com a idéia de discriminar o nível anátomo-fisiológico da esfera social/cultural. Em outras palavras, essa categoria analítica visa, sobretudo, distinguir a dimensão biológica da social. É a organização social da diferença sexual (Grossi, Heilborn e Rial, 1998). O raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura (Heilborn, 2002. *apud* Grossi, Heilborn e Rial, 1998).

Ou seja, o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder reforçando padrões de comportamento, aceitáveis ou não para homens e mulheres (Albuquerque *et al* 2013 *apud* Piscitelli, 2001). A partir da Antropologia, ciência que estuda a origem e as características dos seres humanos, é possível entender que tanto homens como mulheres são produtos da sociedade e são modelados de formas únicas e variadas (Heilborn, 2002). A discussão de conceitos como gênero e sexualidade denota a abordagem de constructos mutáveis e dinâmicos. Por isso, conceber a heterossexualidade como normal e natural é negar que toda e qualquer identidade seja ela sexual, étnica, de classe ou de gênero seja algo construído socialmente (Albuquerque *et al*. 2013 *apud* Louro, 1997).

A partir do exposto, deve-se delinear também acerca das questões relacionadas à sexualidade. Com isso, levantamos o questionamento - Como se Produz um Homossexual?. De modo geral, é possível inferir que os sentidos dados à sexualidade transformaram-se de forma dinâmica ao longo dos anos, fato esse, que cabe também à homossexualidade. A atração afetivo-sexual de pessoas do mesmo sexo sempre existiu nas mais diferentes sociedades e culturas. Michael Foucault,em seu livro História da Sexualidade (1984), retrata em um breve olhar histórico, a construção social da homossexualidade.

Na antiguidade, as repressões e o controle eram direcionadas àqueles que tinham "comportamento frouxo", ou que independente do objeto sexual que escolhessem, eram considerados femininos e carregavam consigo signos tradicionais dessa feminilidade. A desigualdade de gêneros nesse ponto é evidente, sendo considerados inferiores os atributos relacionados ao gênero feminino. No entanto, o estado homofóbico nasce mais tarde, na Europa Medieval, a partir da combinação Igreja e Estado, estabelecendo o ideal heterossexual. Nesse período, o ser homossexual era comportamento julgado no mesmo nível que hereges e traidores (Toniette, 2006 *apud* Spencer, 1999).

Mais tarde, no século XIX, o termo homossexual surge com o jornalista Károly Maria Benkert em seu panfleto como parte um sistema de cassificações de tipos sexuais. Benket considerou que a homossexualiade tratava-se de um fenômeno da natureza, em que certos machos e fêmeas nasciam com este impulso homossexual, criando neles um sentimento de repulsa com o sexo oposto. Como este período foi marcado por grandes avanços na ciência, não demorou muito para que a comunidade científica passasse a estudar esse conceito (Cooper, 1993, p. 2, tradução nossa).

Em 1986, nasce a palavra homossexualismo, referido como diagnóstico, o trabalho de cunho clínico e forense denominado PsychopathiaSexualis, do psiquiatra Richard Von Krafft-Ebing, publicado em 1986, pretendia analisar a homossexualidade no âmbito do patológico e foram vasculhadas teorias que sustentariam tal proposição. Além disso, a produção de Krafft-Ebing reunia casos de fetichismo, masoquismo, necrofilia, entre outros:

> A compilação de casos aqui analisada possui pouca interpretação clínica, bem como frágil prescrição terapêutica, ela debruça-se muito mais sobre uma nosografia e uma taxonomia patológica, que implica em uma descrição pormenorizada das diversas afecções encontradas em pacientes do próprio médico, bem como casos de colegas que a ele forneceram informações, ou até de relatos da imprensa policial da época (Dametto, *et al*. 2015).

No cenário brasileiro, o termo homossexual aparece em 1894, por Viveiros de Castro, em sua obra Atentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instincto sexual, em uma conotação patológica. (Toniette, 2006). Na segunda metade do século XX, os processos crescentes de urbanização e industrialização, bem como o desenvolvimento socioeconômico foram representativos na construção do movimento homossexual. Considera-se que:

> Bem ou mal, foi dentro deste contexto – de desenvolvimento dependente, autoritarismo e redemocratização, capitalismo industrial e neoliberalismo no mundo moderno cada vez mais globalizado – que as vidas de homens e mulheres gays evoluíram no Brasil durante as últimas décadas. É nesse contexto que as esperanças, imaginações e esforços devem ser compreendidos (Molina, 2011 *apud* Parker, 2002).

A partir de então, ocorre uma crescente de movimentos sociais no Brasil e no mundo. Essas mobilizações surgem com o intuito de despatologizar as orientações afetivo-sexuais, tendo em vista que os personagens dessa história apresentavam-se descontentes com a forma que eram percebidos e tratados pelas mais diversas esferas da sociedade. No Brasil, esses eventos ocorrem no final da década de 1970 e início de 1980:

> O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderá ser celebrada sem restrições (Molina, 2011 *apud* Ferrari, 2004, p. 105).

Assim, os grupos e associações ligados ao movimento gay passam a se fortalecer e ganhar visibilidade. A persistência desses movimentos surtiu efeitos e em 1985, o Conselho Federal de Medicina, retirou a homossexualidade de sua classificação de doenças e instituiu que se tratava de "outras circunstâncias psicossexuais" (Toniette, 2006). Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou de seus catálogos médicos, entre eles, o Diagnostic and Statistical Manual (DSM) e o Código Internacional de Doenças (CID), o

homossexualismo, foi retirado o sufixo *-ismo* e foi acrescentado o sufixo *-dade* que traz consigo o significado de forma de expressão e orientação individual do desejo (Canabarro, 2013 *apud* ABGLT, 2013).

No âmbito da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia, em 1999 institui a Resolução CFP 01/99 e passou a proibir serviços que ofereçam o tratamento e a cura da homossexualidade visando a "não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade". Como propõe o Art. 3º:

> Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A evolução das questões de direitos acabaram por influenciar as noções de saúde, partindo da elaboração de políticas públicas. Afinal, diversidade sexual e acesso à saúde, do que se trata essa interpelação?

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a saúde é um direito de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Além disso, os Princípios de Yogyakarta (2006) postulam acerca da aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de Direitos Humanos. Dessa forma:

> Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas têm direito à igualdade perante à lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano. A lei deve proibir qualquer dessas discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer uma dessas discriminações.

O Brasil cita esse documento nos Cadernos de Atenção Básica: Saúde Sexual e Reprodutiva (2013) e manifesta:

> O reconhecimento da universalidade dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos é fundamental para a qualificação da proposição de políticas públicas que contemplem as especificidades dos diversos segmentos da população. A prática sexual e a maternidade/paternidade são direitos de todos, que devem ser garantidos pelo Estado, mediante ações e estratégias que promovam o compromisso e responsabilidade dos cidadãos com seu exercício de modo responsável e mediante condições saudáveis e libertas de riscos.

Esse processo de reconhecimento da complexidade da saúde LGBTI+,surgiu com o intuito de implementar ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde (Brasil, 2013, p. 6). Com isso, deve-se destacar o programa intitulado “Brasil sem Homofobia” - que nasceu com o intuito de Combater a Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, que foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2004.

Outro avanço significativo foi a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2013), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1° de dezembro de 2011, que orienta o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT. Em 2017, surge o II Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O documento orienta:

> Qualificar e fortalecer o acesso da população LGBT à atenção especializada, de forma humanizada, livre de preconceito e discriminação, em especial o acesso de travestis, mulheres transexuais e homens trans ao Processo Transexualizador no SUS (Brasil, 2017).

O que se verifica, no entanto, é que apesar de muitos avanços, as mulheres LGBTI+ ainda são vulneráveis. É verdade que criar meios que assegurem o atendimento das demandas de saúde das diferentes orientações sexuais é importante, no entanto, de nada adianta se antes não forem desconstruídas sobretudo:

> Visões naturalistas que destituem das pessoas o papel de agentes de sua própria sexualidade, impedindo-as de exercer o direito de viverem orientações sexuais diferentes das heteronormatizadas (Valadão, *et al.* 2011).

Além disso, é fundamental que se destituam ideais de subordinação das mulheres nos diversos grupos sociais, bem como o combate da exclusão e invisibilidades institucionais que acometem mulheres lésbicas e bissexuais (Valadão *et al*., 2011). A vulnerabilidade e, mais especificamente, invisibilidade de mulheres LGBTI+ no acesso à saúde é verificada em sua maioria no que tange aos atendimentos oferecidos pelos profissionais de saúde:

> As necessidades de saúde da população LGBT ainda são desconhecidas de grande parte dos profissionais de saúde. Sem atendimentos adequados, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras resistem, cada vez mais, a buscar suporte qualificado

> em saúde. Entre as reclamações desse grupo, encontra-se a heterocissexualidade assumida. A relação entre usuário e profissional fica prejudicada, dessa forma, e outros prejuízos são causados ao cidadão. Destaca-se a pobreza da comunicação, fator diretamente conectado ao silenciamento de questões relacionadas à sexualidade, à promoção e à prevenção em saúde (Melo *et al.*, 2020, p. 67).

Nesse sentido, a inclusão das mulheres LGBTI+ nos espaços de saúde depende crucialmente das transformações no modo de pensar e agir dos diversos profissionais de saúde. A partir dessas proposições, é imperioso o cumprimento dos princípios de universalidade, integralidade e equidade constituintes do SUS. Essas concepções devem ser materializadas no enfrentamento da exclusão decorrente da homofobia e da heteronormatividade. Do contrário, as barreiras entre serviços de saúde e qualidade ficarão progressivamente maiores (Albuquerque, *et al.*, 2013).

Posto isso, a fundamentação teórico-metodológica deste trabalho, tão bem assinalada nas fontes consultadas, visa formular hipóteses acerca do acesso à saúde de mulheres LGBTI+. No recorte da Psicologia, entende-se como fundamental refletir acerca do processo terapêutico e compreender a real situação do alcance desses serviços à população escolhida.

3 METODOLOGIA

Para a realização da atividade, foi necessário, antes de tudo, planejá-la. Para tanto, utilizou-se da metodologia da Espiral Construtivista e, aplicando como ponto de partida a identificação de problemas, tendo sido possível elencar alguns quebra-cabeças a serem trabalhados (Lima, 2017). As etapas da Espiral Construtivista utilizadas para o planejamento foram:

> 1. Identificando Problemas: Discussão de ideias entre o grupo e caracterização do tema a ser trabalhado.
> 2. Formulando Explicações: A partir dos problemas identificados, houve a explicitação dos pressupostos iniciais sobre a ocorrência dos problemas. Essas justificativas originaram as hipóteses. Nesse sentido, juntamente com os problemas e desafios identificados, foi possível o reconhecimento de imprecisões, incompletudes, incongruências, ambiguidades e outros desafios que auxiliaram na elaboração de estratégias.
> 3. Elaborando Questões: As questões de pesquisa foram elaboradas de forma que permitiram ao grupo ampliar seu entendimento e possibilidades de intervenção sobre a situação escolhida. As temáticas a serem investigadas foram escolhidas para serem trabalhadas em roda de conversa, permitindo que as educandas testem as hipóteses formuladas. Por meio da análise e confronto de diferentes fontes e autores, foi possível planejar de maneira efetiva todas as etapas do projeto, desde a problematização e escolha do tema, até a decisão em realizar uma roda de conversa.

4. Buscando Novas Informações: A partir das pesquisas realizadas, elaborou-se uma entrevista com o Coletivo Cássia. Essa conversa foi necessária para definirmos o problema da comunidade e estabelecer estrategicamente a ação que seria realizada. Portanto, foi decidido que haveria em um primeiro momento, a contextualização com a temática abordada "A invisibilidade da mulher LGBTI+ dentro dos espaços terapêuticos" com a realização de uma roda de conversa, com perguntas norteadoras que irão liderar o rumo da conversa.
5. Construindo Novos Significados: A partir da análise dos saberes prévios e dados coletados, estabeleceu-se que, com o término da roda, daremos continuidade e início a uma oficina de arteterapia, com o intuito de promover a expressão individual e, através da produção de arte, estabelecer reflexões sobre os temas abordados na conversa. Para a ação serão necessárias canetas, lápis, revistas para recorte, tintas e colas coloridas que levaremos no dia.
6. Avaliando Processos e Produtos: Ao final da ação, as educandas deverão realizar a avaliação, começando pela autoavaliação, incluindo a metacognição. Considerada uma das principais estratégias de aprendizagem, a metacognição é uma avaliação orientada à identificação de facilidades e dificuldades no processo de aprender, visando à melhoria no acesso, análise e organização de informações.

4 DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO

A ação foi realizada numa ONG voltada para mulheres LGBTI+ e aconteceu em três momentos: no primeiro momento, foi realizada uma visita na Instituição contemplada, para realização do diagnóstico comunitário e para coletar as demandas do público alvo. A seguir, a ação foi planejada e apresentada para as dirigentes da Instituição e no terceiro momento foi realizada uma roda de conversa e uma oficina de arteterapia com 13 participantes.

A roda de conversa (In)Visibilidade foi desenvolvida e realizada juntamente às mulheres LGBTI+ de uma ONG de Curitiba-PR. A ONG em questão trata-se de um grupo de mulheres focado em ativismo, política, direitos humanos, direitos civis, cultura, educação e realiza eventos para mulheres lésbicas, bissexuais, cisgênero ou transgênero. As mulheres do coletivo são apoiadas por outra Instituição sem fins lucrativos fundada em Curitiba em 1992. A atividade planejada pelas estudantes de psicologia, iniciou-se às 19:30 horas do dia 13 de junho de 2023, com duração de 50 minutos e foi realizada com a presença das psicólogas da instituição. Inicialmente, foi realizada uma dinâmica quebra-gelo, onde as participantes foram estimuladas a realizar uma breve apresentação de seus nomes e algo que gostam. O objetivo dessa atividade inicial foi aproximar as integrantes da roda.

Em seguida, deu-se início a dinâmica da roda de conversa. A primeira pergunta feita ao grupo foi: "Os profissionais da saúde hoje possuem preparo para atender a população LGBTI+?". As mulheres, de forma geral, responderam que ainda existem muitos profissionais que não estão preparados para atender esses indivíduos, elas destacam uma forte diferença entre a vivência profissional de uma vivência técnica, ou seja, teoria versus prática. Na perspectiva delas, a formação desses profissionais não oferece meios suficientes para atender a demanda:

> "A primeira vez que vamos procurar a psicoterapia é muito invasivo"
> "Falar de acesso a terapia é falar de uma comunidade sensível"
> "Com quantas pessoas lgbti+ vc convive? O resto é teoria".

Ainda nessa pergunta, muitas elencaram que existe grande diferença entre os profissionais heterossexuais e os profissionais LGBTI+. Na literatura, é possível verificar esse sentimento em Valadão *et al* (2011) *apud* Almeida (2009), os autores destacam que a carência de ambiente propício a atender as especificidades da população lésbica e bissexual pode acarretar em informações negligenciadas em ambos os lados, tendo em vista que uma vez que as pacientes não se sintam confortaveis, elas não irão dividir suas vivências e/ou declarar sua sexualidade. Como afirma uma das participantes: "(...) Os psicólogos se colocam em uma posição muito acima e acabam invalidando nossa vivência".

Partindo para a próxima pergunta, foi questionado: "Vocês já passaram por alguma tentativa de cura gay?" e em resposta, muitas delas compartilharam o medo em compartilhar a sexualidade:

> "As minhas três primeiras terapeutas não sabiam que eu era lésbica"
> "Quando eu criei coragem de falar, ela tentou me curar"
> "Tenho amigas que passaram por situações traumatizantes"

Além disso, em sua maioria, as mulheres da roda dividiram que preferem se consultar com profissionais que fazem parte da comunidade LGBTI+ por sentirem certo receio que os outros especialistas não as entendam tão bem quanto. Nesse momento, uma das psicólogas presentes na roda dividiu uma experiência vivida por ela mesma: "(...) Eu notava que para algumas pessoas era difícil se abrir e falar que eram LGBTI+". A terapeuta relatou que quando percebeu isso, resgatou um desejo antigo de pintar seu cabelo de azul e a partir dessa mudança no visual, os pacientes começaram a dividir mais suas experiências. Ela destaca que esse curioso fato está intimamente relacionado com a percepção de um local seguro.

Outro ponto que as participantes abordaram na roda de conversa, fugindo um pouco do cenário da psicologia, foi a dificuldade que muitas mulheres LGBTI+ enfrentam em consultas ginecológicas. Houveram relatos de completa negligência de profissionais da medicina quanto a vida sexual dessas mulheres, suprimindo informações importantes no tocante à doenças e outras questões que acometem a saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres. Na coletânea de artigos estudados para esse trabalho, verificou-se essas problemáticas em Valadão *et al* 2011 *apud* Almeida 2009; Barbosa; Facchini 2009:

> Em alguns setores desse campo, por serem vistas como "não mulheres", lésbicas ainda "são excluídas do acesso a exames papanicolau e de mama, que são parte do protocolo de exames comuns às mulheres" (Almeida, 2009, p.313). Nesse cenário, a consulta ginecológica pode ser vista como espaço problemático, porque nele não só se expõe o corpo em si, como comportamentos socialmente desvalorizados podem ser revelados (Barbosa; Facchini, 2009).

Consideramos que essas são questões problemáticas tendo em vista que aumentam a vulnerabilidade, principalmente no tocante à saúde mental da população LGBTI+.

Com isso, a próxima pergunta feita à roda foi: "Alguns psicólogos utilizam a própria religião para conduzir sessões de terapia, quais podem ser os efeitos disso?". Em geral, as mulheres reforçam que os efeitos dessa mistura podem levar a resultados catastróficos. Elas destacam que a psicologia e a religião tem relações que vão além do consultório e salientam que muitos profissionais procuram em certas literaturas falas que justifiquem o próprio preconceito:

> "A psicóloga que tentou cura gay comigo era cristã, foi um mal uso da profissão e da religião, um completo desserviço".
> "Não é só na clínica que essas pessoas agem, está na comunidade, é construído em muitos ambientes".
> "É menos sobre uma conduta e mais sobre taxação"
> "Uma palavra, nos dois sentidos, maldita".

O que se ratifica aqui é uma linha tênue entre invisibilidade e violência. Entre as pesquisas feitas, nota-se:

> Uma Psicologia "religiosa", ditada por alguma Igreja, não seria uma Psicologia científica, pois as igrejas não gozam de autoridade científica. Tampouco uma Psicologia "estatal" seria uma Psicologia científica, pois os Estados também não gozam de autoridade científica. Apelar, pois, para "o princípio da laicidade" para a pesquisa e a aplicação dos processos psicológicos me parece descabido. A pesquisa e sua aplicação dependem exclusivamente do postulado da exclusão metodológica do transcendente. Verdade é que esse postulado é de ordem filosófica e, por isso, externo à ciência. Em todo caso, não é de ordem religiosa, nem de ordem política. (Paiva, 2016, p. 139).

Partindo para o próximo questionamento da roda, foi indagado: "Como denunciar situações violências misóginas, racistas, lesbofóbicas, bifóbicas ou transfóbicas na clínica?". É certo que falar de intolerância não é uma tarefa fácil, no entanto a abordagem desse assunto engloba toda a discussão feita até aqui. Nessa pergunta, uma das participantes que é advogada dividiu seus conhecimentos e destacou que, em primeiro lugar é de extrema

importância registrar um Boletim de Ocorrência, tipificando o tipo de crime sofrido. Além disso, é importante registrar a denúncia nas mais diversas esferas, como: penais, administrativas e civis. "(...) É esse tipo de atitude que dá proteção".

Ademais, a advogada ressalta a importância de uma acusação conjunta, ou seja, acompanhada de órgãos, coletivos, ONGS e instituições que apoiem a causa LGBTI+ e acompanhem o processo. Na esfera do SUS é possível dirigir-se até uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e realizar uma denúncia por escrito, ou até mesmo ligar diretamente no telefone 156. Para a psicologia, o Conselho Federal de Psicologia atribui que é dever dos Conselhos Regionais de Psicologia receber essas denúncias. O CRP-PR salienta:

> Psicólogas(os/es), pessoas usuárias dos serviços de Psicologia, ou mesmo quaisquer outras(os/es) profissionais e cidadãs(os) que se sintam prejudicadas(os/es), e entendam que houve descumprimento de durante o exercício da profissão, poderão encaminhar, ao Conselho Regional de Psicologia da região onde ocorreram , uma representação formalizada ou notícia/queixa para que tais fatos sejam apurados. Já as situações que envolvam a(o/e) psicóloga(o/e) fora do seu exercício profissional deverão ser encaminhadas às instâncias competentes, tais como: delegacias de polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, dentre outras (CRP-PR, 2023).

A partir dessa dimensão, houve a curiosidade em debater acerca de questões mais positivas, o outro lado da terapia. Por isso, para finalizar nossas discussões, questionamos: "Quais os benefícios que a terapia trouxe para a vida de vocês?". Em geral, apesar das dificuldades, as mulheres apontaram que o processo terapêutico já trouxe diversas melhorias para a vida delas:

> "A terapia me ajuda muito com coisas do passado e coisas que eu vivencio"
> "O ideal seria que todos tivessem acesso para saber qual a sensação que você entra e qual a sensação que você sai"

A riqueza dos dados obtidos através da escolha metodológica da roda de conversa possibilitou um ambiente leve de troca e escuta e, aproveitando-se desse momento, as participantes foram direcionadas a uma breve oficina de arteterapia, que teve como finalidade transformar os sentimentos e experiências em arte. Nos aportes teóricos estudados, observa-se que a arteterapia permite a expansão da consciência, desbloqueia conflitos psíquicos e gera um estado de congruência. Esses recursos conectam corpo, mente e integra as emoções, além de impactar positivamente no processo de autoconhecimento e desenvolvimento de conscientização acerca dos problemas que a pessoa enfrenta. A

arteterapia fornece novos significados da experiência vivida, permitindo que ela seja elaborada (Dumas, Mercedes y Aranguren, María, 2013, tradução nossa).

A oficina de arteterapia teve duração de 40 minutos, onde foram fornecidos diversos materiais para expressão artística, como: lápis grafite e colorido, folhas sulfite e coloridas, revistas, cola, tesouras, tinta, pinceis, fio de barbante, entre outros.

FIGURA 1 - Produção de Arteterapia



Fonte: Ação (In)Visibilidade

FIGURA 2 - Resultados Arteterapia



Fonte: Ação (In)Visibilidade

À vista dos resultados obtidos, a ação (In)Visibilidade finalizou com um breve relato das participantes acerca das artes que produziram. Por fim, o grupo encaminhou às mulheres um formulário com perguntas que serviram de feedback da ação realizada.

5 RESULTADOS

O presente trabalho apresenta contribuições relevantes acerca da narrativa das questões de acesso à saúde de mulheres LGBTI+. O que se observa frente às respostas do questionário aplicado é que, em sua totalidade, o grupo sentiu-se confortável e, de certa forma, aliviado em conversar sobre esses assuntos com mulheres diferentes.

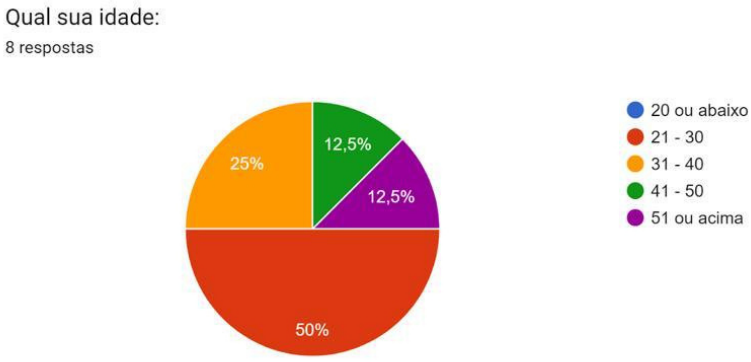
Nesta ação foram contempladas 13 participantes.

Em sua totalidade, o grupo demonstrou satisfação com a atividade e com o tema proposto e os feedbacks foram muito satisfatórios. Aqui se seguem algumas respostas:

> "Profissionais de saúde não costumam ter preparação pra lidar com mulheres lésbicas e bissexuais e falar sobre isso ajuda a reconhecer experiências violentas que mulheres lesbi já passaram e o quanto a psicologia tem a se desenvolver pra cuidar dessa população."
>
> "Importância do atendimento psicoterápico e da desmistificação do tema!"
>
> "O tema foi muito relevante! É dificil achar espaços qualificados para discutir a nossa experiência na terapia. Se a pessoa não está inserida em espaços informais onde existam outras psicólogas ela pode nem ter noção de como a conduta do terapeuta pode ser violenta e negativa ou pode salvar a via dela também e ser positiva. Falar sobre nosso processo de terapia também é muito terapeutico. Agradeço demais. Também foi muito importante estar em um espaço exclusivo de mulheres, nossas dores são especificas e merecem ser olhadas."
>
> "Pois o ambiente terapêutico as vezes pode ser bem hostil com pessoas LGBTQIA+"

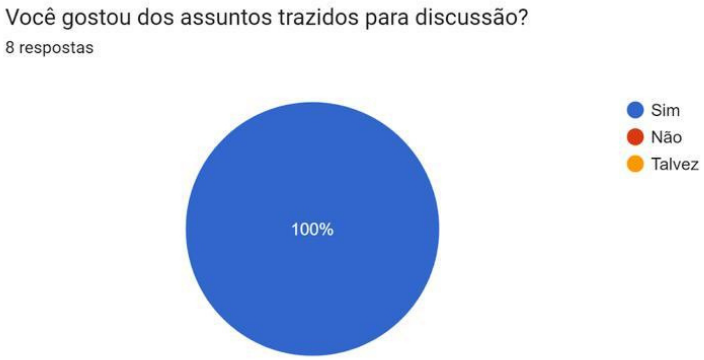
Para avaliar os resultados aplicamos um questionário composto de 15 perguntas que serviram para avaliar a realidade das mulheres participantes da roda de conversa e verificar os efeitos da arteterapia. Os questionamentos versavam sobre acolhimento e conhecimento e os resultados estão apresentados a seguir:

GRÁFICO 1- Faixa etária dos participantes



Fonte: dados coletados por meio de avaliação aplicada no dia 13/06/2023.

GRÁFICO 2- Feedback dos participantes



Fonte: dados coletados por meio de avaliação aplicada no dia 13/06/2023.

GRÁFICO 3 - Diagnóstico dos participantes



Fonte: dados coletados por meio de avaliação aplicada no dia 13/06/2023.

GRÁFICO 4 - Feedback Arteterapia



Fonte: dados coletados por meio de avaliação aplicada no dia 13/06/2023.

A partir dos resultados obtidos é notável a quantidade de experiências negativas vividas por pacientes devido a falta de preparo de profissionais dentro dos ambientes terapêuticos e fora deles. Apesar das diversas resoluções do CFP, muitas pessoas já passaram ou ainda podem passar por situações de despreparo profissional, em um lugar onde deveria ser seguro e acolhedor. Devido a essas grandes ocorrências, hoje é possível fazer denúncias tanto para o CRP quanto diretamente para a polícia. Apesar disso, pouco se é conhecido sobre esta possibilidade de denúncia, levando as pessoas prejudicadas por esses atos a não denunciarem estes profissionais, que continuam exercendo seus atos anti-profissionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traz uma reflexão e dá visibilidade a este assunto tão importante. Trata-se de uma ação que visa proporcionar às mulheres um ambiente afável e seguro, para que elas se sintam confortáveis em expor seus sentimentos mais profundos. As considerações, bem longe de serem finais, apontam a urgente necessidade de apoio às mulheres LGBTI+, principalmente no tocante ao acesso integral à saúde. Nesse sentido, consideramos como fundamental a sensibilização dos profissionais da saúde, independente de sua especialidade.

A desnaturalização do preconceito advindo da heteronormatividade pode contribuir para atendimentos mais humanizados, livre de preconceitos e julgamentos.

Através das fontes teóricas consultadas e através desta ação prática, pode-se constatar que esta é uma problemática atual e se faz urgente uma solução.

É imprescindível que haja uma formação de profissionais da saúde que ofereça aporte suficiente para trabalhar com a diversidade. Nesse sentido, é impreterível que esses

profissionais invistam ativamente para a transformação de hábitos sexistas e discriminatórios que ainda estão presentes em práticas voltadas ao bem estar de mulheres LGBTI+.

Diante de todas as discussões levantadas sobre o tema em roda de conversa, foi possível identificar a importância de se ter profissionais da saúde preparados para o atendimento de pessoas da comunidade LGBTI+, principalmente no ambiente terapêutico. O vínculo entre paciente e terapeuta é essencial para a condução de sessões terapêuticas e para que o paciente se sinta à vontade e seguro para abrir suas questões com o psicólogo. Desse modo, profissionais sem preparo para o atendimento não conseguirão realizar este vínculo e irão afetar e prejudicar seus pacientes muitas vezes com falas e acolhimentos errôneos, seja com opiniões pessoais ou até mesmo com suas crenças religiosas.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), possui diversas resoluções que asseguram a comunidade LGBTI+ no ambiente terapêutico, com o objetivo de garantir um atendimento digno e de qualidade, como na resolução Nº 001/99 e no decreto Nº 79.822, que estabelecem normas de atuação para psicólogos em relação a questão da Orientação Sexual e em relação às pessoas transexuais, desse modo, visando promover melhor bem estar e qualidade nos atendimentos terapêuticos. A abordagem desses temas é de grande importância para desmistificar e dar acolhimento a essa questão que infelizmente acontece. O despreparo de muitos profissionais no atendimento à mulheres LGBTI+, traz consigo uma série de medos e traumas sobre a psicoterapia e atendimentos de saúde no geral.

Acredita-se que os resultados obtidos nessa ação são de grande valia para entender mais de perto as dificuldades que mulheres lésbicas bissexuais enfrentam. Espera-se que a riqueza desses dados propiciem mais momentos como esse de escuta e troca de vivências. Ainda é preciso destacar a pretensão, ainda que utópica, de que sejam desenvolvidos futuros trabalhos que caminhem na direção da inclusão. Eis aqui um desafio delicado e sensível que se impõe aos profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, G. A. *et al*.. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 516–524, jul. 2013.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2009a.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Resolução n. 26 de 28 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Como Denunciar Profissionais da Psicologia?**. Disponível em: https://crppr.org.br/fazer-denuncia/. Acesso em: 17 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001/99 de de 22 de março de 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Decreto CFP nº 79.822 de 17 de junho de 1977.

CANABARRO, Ronaldo. **História e Direitos Sexuais no Brasil**: O Movimento LGBT e a Discussão Sobre a Cidadania. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional, 2013. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

COOPER, Edith Farmain. Homosexuality: Selected Studies and Review of Possible Origins. **CRS Report For Congress**. April, 1993. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/19930415_93-409_24b4e667e296fbe7ffceedea05145babdb32c319.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

DAMETTO, Jarbas; SCHMIDIT, Julia Cristina. Entre Conceitos e Preconceitos: A Patologização da Homossexualidade em PsychopatiaSexualis de Richard Von Crafft-Ebing. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 39, n.148, p. 111-121, dezembro/2015.

Dumas, Mercedes y Aranguren, María, 2013. **Beneficiosdelarteterapia sobre lasalud mental.** V Congreso Internacional de Investigación y PrácticaProfesionalenPsicología XX Jornadas de Investigación Noveno Encuentro de Investigadores enPsicologíadel MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade I**: A vontade de Saber. [Histoire de lasexualité I: lavolonté de savoir], 1988. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; José Augusto Guilhon de Savoir. 13 ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade**. Cadernos Cepia nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, p. 73-92, dezembro de 2002.

LIMA, V. V.. Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 61, p. 421–434, abr. 2017.

MELO,Izabella Rodrigues; AMORIM, Tatiane Hellen; GARCIA, Raquel Braga; POLEJACK, Larissa; SEIDL, Eliane Maria Fleury. O Direito à saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 12, n. 3, p. 63-78, jul./set. 2020.

MOLINA, Luana P. P. A Homossexualidade e a Historiografia e Trajetória do Movimento Homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011.

PAIVA, Geraldo José. Laicidade, Psicologia, Religião, Direitos Humanos. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. **Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas**. São Paulo, 2016. p. 135- 142.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA (2006). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

TONIETTE, A. M. . UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, 2006.

VALADÃO, R. DE C.; GOMES, R.. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 1451–1467, out. 2011.

Recebido em: 02/09/2023
Aceito em: 19/10/2023

ENTREVISTAS

“CARA, IMAGINE VOCÊ CONHECER UM RAPAZ MARAVILHOSO! TUDO QUE VOCÊ QUIS: CONVERSA BOA, COMPANHIA BOA, BEIJINHO BOM, SEXO BOM. VOCÊ NÃO VAI ASSUMIR ESSA PESSOA COM UM RELACIONAMENTO? POR QUÊ? SÓ PORQUE É OUTRO CARA? QUAL É A DIFERENÇA? SABE?”

- MINAUARA

“(...) ELA ENTRAVA NA MINHA CASA, MAS EU BOTAVA ELA COMO UMA AMIGA, PORQUE A MINHA MÃE NÃO GOSTAVA, NÉ; A MINHA MÃE ERA BEM TRADICIONAL; A MINHA FAMÍLIA INTEIRA É BEM TRADICIONAL”

- ESTUDANTE GABRIELA

“QUISERAM PROIBIR MINHAS SAÍDAS, MAS DESCOBRIRAM QUE EU ESTAVA TENDO UM CASO COM UMA MULHER, MESMO ELES ME PROIBINDO. BATI O PÉ E ME ASSUMI DESDE OS 16 ANOS; TIVE CORAGEM DE ENFRENTAR TUDO ‘SOZINHA’; BUSQUEI MEUS DIREITOS”

- UNI

BISSEXUALIDADE E LESBIANIDADE: RELATOS DE VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS | ENTREVISTAS COM MINAUARA, ESTUDANTE GABRIELA E UNI[1]

BISEXUALITY AND LESBIANITY: REPORTS OF EXPERIENCES, EXPERIENCES AND PERSPECTIVES | INTERVIEWS WITH MINAUARA, STUDENT GABRIELA AND UNI

Alberto João Nhamuche[2]
Maria Manuel Baptista[3]
Hélia Bracons Carneiro[4]

Resumo: com o presente trabalho apresentamos narrativas sobre bissexualidade e lesbianidade, com o foco na reflexão sobre desafios, resistências e perspectivas de mulheres bissexuais e lésbicas no Amazonas, Brasil. Trata-se de três entrevistas semiestruturadas, que relatam vivências e experiências em microacontecimentos sociais de duas mulheres bissexuais e uma lésbica. Os resultados nos levam à compreensão, por um lado, dos bastidores das dinâmicas das identidades de gênero e sexualidade, adjacentes à violências micropolíticas e, por outro, da interseccionalidade fundamentada pelas particularidades de contextos das respectivas violências, bem como dos desafios e perspectivas de cada pessoa entrevistada.
Palavras-chave: Bissexualidade; Lesbianidade; Orientação sexual; Violência; Resistência.

Abstract: With this work we present narratives about bisexuality and lesbianity, with a focus on reflecting on challenges, resistance and perspectives of bisexual and lesbian women in Amazonas, Brazil. These are three semi-structured interviews, which report the experiences of two bisexual women and one lesbian in social micro-events. The results lead us to understand, on the one hand, the behind-the-scenes dynamics of gender and sexuality identities, adjacent to micropolitical violence and, on the other, intersectionality based on the particularities of the contexts of respective violence, as well as the challenges and perspectives of each person interviewed.
Keywords: Bisexuality; Lesbianity; Sexual orientation; Violence; Resistance.

1 INTRODUÇÃO

Reconhecendo a pertinência de pesquisas sobre gênero e sexualidade que, atualmente, têm constituído pautas de debates sociais e académicos, apresentamos entrevistas com relatos de algumas de vivências, experiências e perspectivas de mulheres e estudantes universitários com bissexualidade e lesbianidade assumidas. Por essa via, o presente trabalho contém três entrevistas, cujas suas abordagens colaboraram na reflexão sobre a temática estudada.

Nessa relação, na primeira entrevista, a mulher considera alguns elementos ligados ao carinho, ao respeito, como mobilizadores determinantes para o conforto de um

[1] Nomes fictícios, devido à proteção das pessoas entrevistadas
[2] Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro. Email: nhamuche@ua.pt
[3] Professora Catedrática do Programa Doutoral em Estudos Culturais e Coordenadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC), Universidade de Aveiro. Email: mbaptista@ua.pt
[4] Professora Associada, ISS, Universidade Lusófona. Email: helia.bracons@ulusofona.pt

relacionamento, independentemente dos sexos das pessoas envolvidas. A segunda e a terceira convergem na resistência contra a proibição familiar, depreciação e boicote social da liberdade de escolha de perceiro/parceita, com alicerce nos padrões cis.

É pertinente lembrar, como consideramos no resumo, que todas as entrevistas convergem em relação aos elementos motivacionais da formação dos gêneros e sexualidades, ou seja, os microacontecimentos socioculturais, como podemos observar na leitura das respectivas entrevistas.

2 DAS ENTREVISTAS

2.1 ENTREVISTA COM MINAUARA

Alberto João Nhamuche (AJN): Pode falar do processo da sua vida: onde nasceu, como cresceu até se tornar estudante de uma universidade?

Minauara (M): Eu nasci no interior de Minas Gerais, numa cidade chamada Montes Claros, no norte de Minas. É uma cidade quente, que tem pessoas de cultura muito do interior. Então, tem muito aquilo de boi, galinha, criação de bicho, e a alimentação é muito voltada para essa agricultura familiar. Muitas famílias plantam o que comem. E quando eu nasci, eu vim de uma família de um casamento que estava sendo rompido. Então, a minha mãe foi para uma cidade muito pequena, que chamava Botumirim, que era mais interior ainda de Minas Gerais. Então, de Montes Claros, que eu nasci, eu fui para Botumirim, com um ano. Em Botumirim, eu morei com a minha mãe e minhas quatro irmãs. Depois de um tempo, a minha mãe teve outro filho, e eu fiquei com ela um tempo. Foi aí que eu comecei a introduzir a arte na minha vida. Eu comecei a fazer teatro e dança. Só que era um lugar muito pequeno e não dava muita possibilidade de estudo. Então, meu pai conversou com minha mãe e pediu para a gente se mudar para Brasília, distrito federal, capital do Brasil, porque lá a gente podia ter mais oportunidades de estudo. Eu fiquei lá por um tempo, dos seis aos dez anos, mais ou menos. E depois voltei de novo para Montes Claros para ficar com minha mãe. Voltei de novo para Brasília, para ficar com o meu pai. E ficou nessa de vai e volta, vai e volta, entre Brasília e Minas, até 2016, quando teve a decisão, através do trabalho do meu pai, de vir para Manaus. Quando eu chego em Manaus, eu curso o meu ensino médio. Eu já tinha coletado experiências de dança nessa cidadezinha, Botumirim, em Montes Claros, com a Pássaro Azul. Em Brasília, eu não tive experiência com dança. E quando eu cheguei em Manaus, foi onde eu tive mais experiências. E todas as experiências me fizeram entender que eu queria a dança para a minha vida. Que foi por isso que eu decidi fazer o vestibular. É isso. Meu contexto é mais ou menos esse.

AJN: E como teve autoconhecimento como uma pessoa bissexual?

M: Tá, vamos lá! Desde criança eu percebia que eu tinha afetos igualitários, tanto para meninas quanto para meninos. Só que eu não entendia que era possível uma mulher gostar de outra mulher. Não sabia. Não foi me orientado nem foi conversado. Então, eu sempre imaginava que essas paixões pelas amiguinhas que eu tinha eram realmente amizade. Mas não eram. Era a mesma coisa que eu poderia sentir por um coleguinha, entendeu? Esse afeto de querer pegar na mão, de querer conhecer a casa da pessoa, de querer estar perto, de querer cheirar o cabelo, coisas assim. E na infância, cheguei a ter algumas experiências mais de toque mesmo com outras crianças, tanto meninas quanto meninos. Só que era uma coisa muito inocente, sem saber direito o que estava acontecendo. E aí aconteceu uma coisa muito grave na minha vida, que foi um momento da minha infância onde eu fui abusada; basicamente fui molestada por um tio. E isso mexeu muito comigo, porque ali eu tive uma quebra na minha confiança com homens. Enfim, era uma pessoa que se fazia de amiga, mas me manipulava e usava tudo aquilo que eu gostava em arte para poder me aliciar. Nisso eu demorei um tempo para entender, mas quando eu entendi, me despertou alguns sentimentos como aversão a toques masculinos. Principalmente se esse toque fosse por trás, e se eu não estivesse vendo o que estava acontecendo. Então isso gerou comportamentos violentos meus em relação a outras pessoas, que às vezes queriam brincar de alguma forma, mas aquilo me machucava e eu reagia. E aí com essa decepção imensa que eu tive em relação aos homens, eu comecei a ver que eu já sentia afetos por mulheres e aquelas meninas onde eu tinha como amigas, elas eram muito importantes para mim. Nisso eu fui entendendo com a minha puberdade, lá dos 14, 15 anos, que não era só uma questão de amizade, que era uma questão, sim, de atração física, que eu achava mulheres bonitas, que eu, sei lá, sonhava, sentia vontade de ter carinho, sentia vontade de ter um toque, queria estar perto. E aí eu fui me aproximando mais de mulheres e também me vestindo de forma mais masculina, tentando ter um disfarce no meu corpo, ali tipo agora eu me visto como homem, eu posso me relacionar com mulheres. Então isso gerou uma confusão aí na minha cabeça com a minha identidade de gênero e a minha orientação sexual. E em um momento eu fiquei até imaginando se eu não fosse, se eu não era uma pessoa trans. Exatamente por isso, que eu não entendia que uma mulher podia gostar de mulher. Aí, com o tempo, eu fui observando que não era isso, que não tinha nada a ver, que eu não queria ser um homem e eu fui aceitando mais essa questão de eu sentir interesse. E aí eu abri para a minha família, cheguei em um momento e falei “olha, sou bissexual, gosto de mulher”, porque em algum momento se eu estivesse ali me relacionando com mulher, já iam saber e não seria uma surpresa, não seria nenhum constrangimento. E aí, por um lado eu sofri certas apreensões de uma pessoa que é casada com o meu pai, né? Então teve situações tipo uma menina me deu um beijinho no elevador; aí o moço da portaria contou para minha madrasta. Aí ela invadiu minha privacidade do celular enquanto eu estava dormindo, para

ler o que eu conversava com essa amiguinha, para ficar me constrangendo, porque eu sentia interesse por mulheres. E aí isso era um conflito, mas passou, né? Até que eu fui realmente me dando oportunidade de ter mais contato, de me permitir dar um beijo, sabe? E aí eu fui percebendo que era isso mesmo e as coisas foram se tranquilizando mais na minha cabeça. Até que chega um momento que eu tenho uma relação exclusiva com mulher, onde eu assumo um namoro com uma mulher aqui em Manaus. E isso inicialmente foi um pouco transtornado para minha família, pois não proibiam a minha parceira de ir em casa, mas não gostavam que a gente dormisse junto. Por quê? Porque não tinha possibilidade de acontecer alguma coisa, né? Eles não queriam que acontecesse nada no teto deles, que não faz sentido na minha cabeça, né?

AJN: Qual foi a reação da pessoa que você comunicou?
M: A reação do meu pai foi basicamente, "olha, eu não posso escolher com quem você vai se relacionar". Só que, ao mesmo tempo, tinha essas violências veladas, sabe? Por exemplo, eu acho que é uma violência velada você não permitir que a sua parceira durma com você. Seu namoro assumido, qual o problema? Só que na família da minha parceira, a gente era amigas, não era um relacionamento assumido. Então, lá, a gente dormia na casa dela, era possível dormir junto, porque eles não faziam essa conexão, apesar de estar na cara. E aí, bem, isso aconteceu, né? Tive uma relação aí, mas durou um tempo. E depois dessa relação, eu voltei a me relacionar mais com homens. Então, atualmente, eu me relaciono mais com homens, mas é porque eu não sei como conhecer mulher.

AJN: Você disse que quando estava com a sua parceira, em casa dela, podiam ficar à vontade?
M: Não, sinceramente, a gente podia dormir juntas. Mas a gente não podia trocar afeto.

AJN: E você falou de uma situação de abuso, que foi em ambiente familiar. Pode explicar em que situação aconteceu?
M: Esse primeiro durou dos 8 aos 11 anos. Era um tio casado com a minha tia, inserida ali no contexto familiar. A segunda vez que isso aconteceu, eu tinha 17 anos. Eu fui convidada para fazer um ensaio fotográfico. Aí a pessoa me trancou dentro da casa dela e eu não tinha como sair. E aí, aos poucos, foi me aliciando e eu fiquei... "ai, meu Deus, o que eu faço?" E aí, eu não vi outra alternativa a não ser "ok, tem camisinha, beleza". A terceira situação, foi uma que eu fui chamada para sair com um menino. E aí, a gente se divertiu, beleza, noite, bebeu, tranquilo. Aí, quando amanheceu, ele não estava com a chave da casa do pai. Aí, a gente tentou ir para a casa da mãe dele, a mãe dele não foi muito receptiva. Então, a gente

Esse primeiro durou dos 8 aos 11 anos. Era um tio casado com a minha tia, inserida ali no contexto familiar. A segunda vez que isso aconteceu, eu tinha 17 anos. Eu fui convidada para fazer um ensaio fotográfico. Aí a pessoa me trancou dentro da casa dela e eu não tinha como sair. E aí, aos poucos, foi me aliciando e eu fiquei... "ai, meu Deus, o que eu faço?" E aí, eu não vi outra alternativa a não ser "ok, tem camisinha, beleza". A terceira situação, foi uma que eu fui chamada para sair com um menino. E aí, a gente se divertiu, beleza, noite, bebeu, tranquilo. Aí, quando amanheceu, ele não estava com a chave da casa do pai. Aí, a gente tentou ir para a casa da mãe dele, a mãe dele não foi muito receptiva. Então, a gente resolveu sair. E aí, ele falou para eu ir para a casa de um amigo dele, que era onde a gente podia descansar um pouco, para depois eu ir embora. Aí, quando a gente chega na casa desse amigo, o amigo fala assim, "olha, vocês podem dormir aqui, mas ninguém pode fazer nada". Beleza, tranquilo, a gente ficou bem de boa lá na sala e deitou, dormiu. Quando eu acordo, o cara amigo, que falou que não podia fazer nada, tinha pegado a minha mão, colocado no pênis dele. Eu dormindo, ele estava mexendo na minha saia. Quando eu acordei, vi minha mão no pênis, do nada. E aí, eu acordei assim, fiquei um pouco desesperada. E aí, eu acordei o menino que estava comigo. "Vou embora, vou embora"! E fui embora. Foi a última situação que aconteceu.

AJN: Falando da sua sexualidade, você é uma pessoa que se assume publicamente. Como tem sido encarado isso?

M: Para mim, é algo muito natural. Hoje em dia, eu entendo que, para mim, todas as pessoas são bissexuais, por natureza. Só que, culturalmente, a gente entende que apenas quem é hétero é o certo. O casal tradicional aqui no Brasil tem uma pressão muito grande para a gente seguir isso. E eu não me vejo nesse lugar. Eu acho que eu sou uma pessoa que ama pessoas, independentemente se elas têm um pênis, se elas têm uma vagina, tanto faz, ou seja, pouco importa. Isso não é um critério para eu estar com alguém. Eu preciso gostar da companhia da pessoa, eu preciso sentir afeto, eu preciso sentir admiração. Eu preciso me sentir confortável, eu preciso sentir conexão. Eu preciso saber que vou ser respeitada, independentemente de qualquer coisa. Eu não vou ser forçada a nada. Inclusive, é um pré-requisito meu só se relacionar com pessoas que, de certa forma, foram aliciadas ou abusadas. Porque eu sei que essas pessoas nunca vão fazer isso comigo. Não vão repetir isso. Então, é uma forma de eu me protejer. Eu amo muito mulheres, acho que mulheres são lindas, inteligentes, maravilhosas. Sinto atração ainda. Tem umas mulheres que me chamam muita atenção, mas como eu estou num relacionamento, eu não consigo flertar, nem estar tão na vibe de outra pessoa, como já é construído com o meu parceiro atual. E também existe essa questão, eu basicamente só me relaciono com pessoas que são bissexuais. Porque eu não vou ser discriminada de alguma forma. Porque, por exemplo, quando eu me

relacionei com essa menina, ela era lésbica. E aí ela me ofendia, basicamente, um pouco, porque ela tinha medo que eu ficasse com homens. Mas era minha orientação sexual, não era dela. Então, é uma coisa que eu não gosto muito de ficar com hétero, porque eu acho hétero sem noção. E que também não vai entender, não vai respeitar e alguma hora vai encher meu saco ou ficar me sexualizando demais. Não gosto. Então, hoje em dia, o que acontece? Eu flerto junto com o meu companheiro, com outras meninas. E é isso. E aí, quando dá conexão, a gente sai. Tranquilo, faz o que tem que fazer, se diverte, volta pra casa e é isso. E outra, eu preciso ter intimidade com a menina, se eu não tiver, pra mim não dá. Então, geralmente, são amigas ou companheiras minhas.

AJN: Então, você tem algumas pessoas amigas nessa situação?
M: Geralmente, o meu ciclo de amigos é muito diverso de sexualidade. Então, tem de tudo e é isso, né? A gente acaba ficando mais perto de quem a gente se conecta, mesmo do que ver coisas em comum. Então, basicamente, o meu ciclo de amigos são todos, mas eu não necessariamente participo de alguma comunidade ativista voltada a isso. O que eu tenho interesse é participar da ballroom, né? Que é uma comunidade que é voltada pra nossa apreciação, né? Da forma que a gente se veste, da forma que a gente quer se portar no mundo, assim. É um, através do estilo de dança vogue, né? Existe um empoderamento ali e um trabalho da sua autoimagem, da sua personalidade, do que é esse corpo não tão convencional, né? Então, eu acho que quando a hora vai chegar, até por enquanto eu estou só assim nas batalhas, mas uma hora eu vou lá dançar junto. E é isso.

AJN: Você falou que, no seu ponto de vista, "todas as pessoas são bissexuais". E disse que não gostava de envolver-se com pessoas hétero. Você admite a possibilidade de uma pessoa não saber por mais que seja bissexual?
M: Existe muito isso. Existe um fenômeno no Brasil chamado hétero sigiloso. Você já ouviu falar deles? Basicamente, os héteros sigilosos são homens casados. A grande maioria, ou que tem algum tipo de relação fixa com a mulher, mas que ali na internet, ou em algum contexto muito específico, se relaciona com homens. Mas essa pessoa não admite isso publicamente, nem pra ela mesma. Então, por exemplo, existem homens que saem contra outros homens e podem beijar, podem ter uma relação sexual, mas não entendem isso como um ato de uma pessoa bissexual. Não entendem que se o pau dele levanta pro cara é porque ele gosta, entendeu? E acontece muito isso. Tipo, ah, ok, eu fico com você, mas é no sigilo, ninguém sabe.

AJN: E qual é o seu desafio, sendo uma pessoa bissexual: na família, na universidade, na sociedade?

M: Existe o desafio de que muitas pessoas nunca vão entender a forma que você se relaciona. Existe o desafio de, às vezes, ser descredibilizada em coisas que a sua sexualidade não deveria interferir. Então, por exemplo, ah, sei lá, meu TCC. Mas aí, porque alguém não concorda com a minha bissexualidade e, talvez, tenha algum questionamento ali. Pode ser que me prejudique, não sei. Existem algumas coisinhas assim. Só que eu acho que isso de sexualidade está sendo uma coisa muito mais discutida. Então, acho que não é o mesmo peso que eu carregava antigamente, sabe? Então, atualmente, eu não sei se eu vivo com algum desafio. Pra mim, é a minha vida, é a minha intimidade, é o jeito que eu levo as coisas, são as minhas escolhas. Não tem muito impedimento, não. Só das pessoas que estão ali prontas pra aceitar em algum quesito. O que eu tenho a dizer é que a gente tem que se tratar com carinho, tem que procurar se entender mesmo, não pode invalidar nossos sentimentos. O que a gente quer como experiência. Eu acho que ninguém devia se privar de viver uma história de amor independente se for com o cara, se for com a menina. Eu acho que a gente tem que ser feliz mesmo. Tem que ser feliz e flertar muito. Isso aí.

AJN: Chegamos ao fim da nossa conversa. Pode tecer algumas considerações finais.

M: Não sei muito bem o que considerar, finalmente. Desse julgamento, desse olhar, né? Pensando que as pessoas olham a sua vida? Ou você não consegue entender que isso faz parte de você. Não é uma aberração, não é anormal. Nós nos apaixonamos, nós nos interessamos. Nós sentimos tesão. Então eu acho que é até mais violento você se colocar nessa situação porque você não tá admitindo uma coisa que é sua, que é natural, que você sentiu. Entendeu? E isso às vezes dá um pouco de raiva para quem é bissexual assumido porque é justamente isso que a gente imagina. Que a pessoa tá negando uma parte que é dela, ou que ela tá tipo se punindo, sabe? Eu acho que é uma libertação porque viver dentro do armário é muito triste. Muito triste você não puder. Cara, imagine você conhecer um rapaz maravilhoso! Tudo que você quis. Conversa boa, companhia boa, beijinho bom, sexo bom. Você não vai assumir essa pessoa com um relacionamento? Por quê? Só porque é outro cara? Qual é a diferença? Sabe?

2.2 ENTREVISTA COM ESTUDANTE GABRIELA

AJN: Começando, pode falar um pouco sobre o percurso da sua vida, onde nasceu, cresceu, até se tornar estudante universitário?

Estudante Gabriel (EG): Eu nasci bem no interior de Manaus, na Amazônia, bem na Cabeça do Cachorro, que a gente chama aqui no Brasil. Se você ver lá no mapa do Brasil, tem uma Cabeça do Cachorro lá em cima, chamada São Gabriel da Cachoeira. É a cidade mais indígena do Brasil, e eu sou indígena, sou da etnia Baré. É uma das mais originais que tem,

uma das mais originárias de hoje em dia, a tribo Baré. Tenho 21 anos apenas, nasci em 2002. É uma cidade pequena, menos de 50 mil habitantes. Estudei em escola pública a vida toda, desde a alfabetização, o 9º ano, 1º, 2º, 3º, tudo escola pública. E logo que eu saí do 3º ano, eu já passei na universidade, em Direito, em 2019, com 17 anos. Muitas pessoas desacreditavam, porque eu era um tipo de pessoa que era muito danada na sala, né? Tipo, conversava, não era aquela galera do fundão, eu era a menina da frente, mas que conversava na frente, entendeu? Eu era essa pessoa, mas na hora de entregar tarefa, entregar trabalho; eu sempre entregava na data certa. Só que com 17 anos eu comecei a ser DJ, né? Comecei a tocar, a ser DJ. E aí, nessa mesma época, começou essa fase de querer experimentar coisas novas, de conhecer pessoas. Eu era muito presa dentro de casa, não saía. Então eu comecei a sair já nesse ramo, já não ir de fase em fase, como a galera vai, aniversário. Eu já fui direto pra sair de casa, já fui direto pra uma festa já, tipo boate adulta mesmo. Então eu já fui criada bem na lapada assim, de festa, entendeu? Por eu ser DJ, né? Por eu começar a tocar e sair nesse ramo. Então eu conheci muita gente, muitas pessoas. Comecei a emagrecer muito, o meu corpo se desenvolveu já como mulher com 17. E aí a galera sempre falava ruim de mim, mal de mim, por esse fato de estar na festa. E aí tu tens uma professora que sai pra festa, aí tu és aluna dela, o dia da semana toda. E quando é de noite tu já és a DJ da festa que ela vai, entendeu? Então às vezes era meio assim, pô, como que essa menina tá fazendo a tarefa dela? Se ela tá na festa sexta, sábado, domingo, segunda-feira ela já tem que tá na aula. Com todos os trabalhos certos, como que essa menina faz? Ninguém acreditava. Mas eu deixava de lado horas de sono pra justamente fazer meu trabalho, ir pra festa, pra fazer meu trabalho, pra voltar. Estava com uma cachorra que tinha câncer na época. Então todo o dinheiro que eu arrecadava era pra dar pra minha mãe, pra comprar alguma coisa pra casa e para fazer a quimioterapia da minha cachorra, então não sobrava nada pra mim. Mas eu precisava desse dinheiro. E aí foi crescendo, então quando terminou o ensino médio, eu passei já... na verdade eu passei em todas as faculdades que eu fiz a prova. Eu só não sabia disso, eu vim saber disso esse ano, 2023 já. Porque eu não fui atrás, né? Quando eu descobri que eu passei em Direito, que foi a primeira prova que saiu o resultado, eu já logo me inscrevi, eu deixei as outras de lado, não vi as outras. Mas eu passei em Administração, passei em Direito em primeiro lugar, passei em Psicologia, fiquei em espera em 20º lugar em Psicologia, em São Paulo. E passei em Artes Cênicas, também. Mas eu não sabia, eu deixei de lado porque eu vi o Direito que já tinha passado e aí eu já saí me inscrevendo. Então hoje eu vim pra cá, morei em apartamento aqui em Manaus. Logo que eu cheguei veio a pandemia, tive que voltar pra minha cidade, porque eu não tinha condição de morar aqui; eu voltei pra minha cidade. E logo quando eu voltei eu vim morar em apartamento, mas acabou não dando certo pois não tinha dinheiro suficiente. E aí eu comecei a passar fome, não tinha dinheiro, comia miojo apenas. Me mudei pra um apartamento que eu só tinha uma cama, um ventilador. Morei três

dias no chão até eu comprar meu cobertor, na rede, eu botei minha rede no chão. E aí a galera da faculdade descobriu isso, né, que eu estava passando por essa necessidade. E me denunciaram na universidade, dizendo que uma aluna que é do interior estava passando fome, estava num apartamento, não conseguia se manter e uma hora ou outra ia cancelar a faculdade para voltar para cidade. E foi aí que eles entraram em contato comigo, conversaram comigo e pediram para eu vir para morar aqui. Então hoje eu moro aqui há três anos. Não pretendo sair por conta das condições boas que eles dão aqui pra gente, não pagar aluguel e tudo mais. E eu já vi a situação que eu já passei, foi horrível, foi um momento muito horrível na minha vida, mas hoje em dia eu estou bem, graças a Deus tá tudo certo. Então, estou há três anos aqui já na casa.

AJN: Como teve autoconhecimento sobre a sua identidade sexual, de gênero?
EG: Olha, tem algumas pessoas que no começo elas não gostam, se descobrem, aí beijam a primeira menina e aí depois vão se descobrindo. Eu não sou essa pessoa; eu já sentia algo diferente dentro de mim desde criança. Com cinco anos, sete anos de idade, eu brincava na casa das minhas amigas de boneca. Então, a gente tinha aquela brincadeira de casinha e tudo mais. Então, pra mim, era algo normal e, como só tinha meninas, uma tinha que ser o homem pra ser o pai da boneca, uma tinha que ser o carteiro pra ir deixar cartas, nessas brincadeiras assim de criança. E sempre me colocava nessa posição do homem, de eu ser o marido ou de eu ser o filho, né, então desde criança já comecei a ser assim, mas sempre naquela inocência de criança. Quando eu comecei a entender realmente as coisas, já era 13 anos de idade mais ou menos, quando eu fui pra um aniversário de uma amiga nossa. Era um aniversário já pra 18 anos, então já tinha álcool nesse aniversário, inclusive foi o primeiro aniversário que eu tomei álcool, só que eu não sabia que era álcool porque era aquela gelatina, sabe? Então, desse aniversário eu lembro até hoje, eu tinha 13 anos de idade. Nesse aniversário tinha aquela gelatina, tinha várias gelatinas, estavam dando gelatina pra todo mundo, só que eu não sabia que aquela gelatina era pura cachaça; não tinha nem um pingo de água ali. Era gelatina misturada com cachaça, e aí eu acabei ficando alterada mesmo, acabei ficando bêbada assim, não sentindo o meu corpo muito bem, e aí foi que a gente, todo mundo dançando funk na época, né, o bonde do tigrão, né, a gente dançando o funk. Aí eu comecei a dançar com uma menina que eu nem sabia quem era, e aí acabou que a gente deu um beijo. Então foi o primeiro beijo que eu dei numa mulher, e o engraçado é que na época tudo era foto, né, você beijou alguém, tira foto, tira foto, tira foto. A qualidade não era boa, mas tiraram bastante fotos da gente; tiraram bastante foto da gente, e quando foi no outro dia que eu cheguei na escola, era aquela coisa, todo mundo foi para o aniversário da escola, e aí quando eu cheguei na escola, todo mundo olhou, caraça, tu beijaste uma mulher, não sei o quê, sabe, aquela coisa assim, tipo aquele preconceito também, né, na sala, "meu Deus, ela é machuda". As palavras grossas que usam, né, ela é

machuda, ela é sapatão, ela é, caraça, ela beijou uma menina na festa; todo mundo viu, aquela coisa, e aí eu vi que, "meu Deus, eu estou arrependida", sabe. Eu não senti isso, aquele arrependimento, pra mim foi algo normal, mas algo legal, algo bom, e que eu me senti bem; então depois disso eu queria descobrir quem era aquela menina pois eu não a conhecia, né. E aí eu entrei em contato com uma amiga minha; falei "amiga, tu lembras quem era? Porque eu mesma estava bêbada, não lembro não, e eu preciso saber quem é essa mulher". E aí a gente descobriu quem era essa mulher, ela inclusive já era, 20 anos, ela já tinha, eu tinha 13, e aí a gente foi atrás dela. Ela trabalhava numa distribuidora de bebida. A gente foi atrás dela e, quando nós chegamos lá, ela se assustou. Eu olhei pra ela também, a gente começou a rir muito da situação, e aí ela veio perguntar de mim. A primeira coisa que ela perguntou de mim foi, "quantos anos tu tens"? Eu falei, eu tenho 13, aí ela falou "caralho, eu não acredito que eu peguei uma criança, nossa, 13 anos, tu és evangélica?" A outra pergunta que ela fez foi se eu era evangélica e eu falei que não, que eu era católica, mas não tinha problema nisso, "só que todo mundo ficou sabendo, e eu espero que não chegue na voz da minha mãe, né". O meu pensamento era minha mãe, que a minha mãe era muito preconceituosa. E foi isso que aconteceu, assim, eu me descobri, depois entrei em contato, comecei a conversar, e ela tinha uma amiga, que estava lá no dia, que eu fui conhecer ela, e essa amiga dela já era assumida. Aí ela pegou meu contato, e aí a gente começou a conversar normal, e logo em seguida, acho que uns 3 meses depois, conversando com essa outra amiga dela, essa amiga dela, a gente conversou, e fomos nos encontrar numa praia, lá da minha cidade. Quando a gente se encontrou, começamos a conversar, e eu falei para ela o que tinha acontecido com a amiga, né, de a gente ter se beijado e tudo mais. Aí ela falou que estava tudo certo, e a gente deu o nosso beijo também, e aí foi o que começou, a gente namorou. Eu era virgem, não tinha ficado nem com homem, nem com mulher. Aí a gente começou a namorar, quando foi num certo dia, ela entrava na minha casa, né, foi a primeira vez que eu botei uma mulher dentro da minha casa, mas eu a botava como uma amiga, porque a minha mãe não gostava, né; a minha mãe era bem tradicional, assim, a minha família inteira, bem tradicional, a gente não teve nenhum gay na família. Eu sou a única, até então eu sou a única. Então nunca teve essa questão de ter alguém gay, lésbica, na família. Então eu a levava como uma amiga pra dentro de casa, apresentei pra minha mãe como uma amiga, e aí a minha mãe até perguntou "de onde que tu conheces ela, porque ela tem cara de ser mais velha?" Falei "não, ela é da minha escola". Mas ela nem era da minha escola, ela era de outra escola e ela já estava terminando, e já estava no terceiro ano, eu estava no sétimo ainda, se eu não me engano. Eu era bem nova ainda. Então foi assim que começou. Aí namoramos e ela tirou minha virgindade, por incrível que pareça, uma mulher, e logo em seguida eu levei o chifre dela. Aí começou a vida, né, eu levei o chifre dela, que ela ficou com a ex dela, e aí depois começou a vida, aí eu me descobri, vi que era algo normal pra mim.

AJN: Você falou do conceito que eu não compreendi - sapatão.

EG: Sapatão é um jeito que as pessoas falam aqui no Brasil pra machuda, lésbica. Aí as palavras são: lésbica, machuda, sapatão. É algo muito grosseiro, sabe, já fora do padrão, "olha, aquela mulher é sapatão, aquela mulher é sapatão, ela tem jeito de sapatão, ela é sapatão todinha". Uma mulher que tem um jeito de se vestir como homem, uma mulher caminhoneira que chamam também, é outra palavra, sapatão caminhoneira, tipo isso.

AJN: Como você se identifica?

EG: Hoje eu me identifico como bissexual. Eu me identifico como bissexual porque logo depois desse relacionamento com a mulher, eu me relacionei com um homem. Eu namorei um homem, um rapaz com 15 anos já, e ele que tirou a minha virgindade, realmente, que fez o meu corpo mudar mesmo, porque o corpo de uma mulher, ela muda quando ela se relaciona com um homem. Quando ela sente a penetração de um homem, e aí realmente não é mais virgem, tira a tua virgindade mesmo, e foi aí que eu já comecei a formar o meu corpo mesmo de mulher. Mas eu comecei, eu namorei um homem ainda, cheguei a namorar por cinco meses mais ou menos. Ele era meu cavalheiro da quadrilha. Eu dançava quadrilha, eu não tinha essa experiência de sair com amigos para praia, para não sei o que, pois a minha mãe era muito rígida nisso. Eu não saía, então, os poucos lugares que eu podia ir, eu aproveitava essa oportunidade pra conhecer a galera. Então eu comecei a dançar quadrilha, que era perto de casa, na rua de casa, que a gente ensaiava pra apresentar para a cidade, e aí eu precisava de um cavalheiro. Aí eu o conheci, e a gente namorou. Foi que eu percebi, eu falei não, não é só mulher. Para mim tem gente que é só mulher, porque a experiência com homem realmente não foi boa, não foi de uma forma que a mulher, ela realmente não quer outro homem pegando nela. Mas eu não fui essa pessoa; eu me dei a liberdade de conhecer as outras pessoas, não me prendi só a ficar com mulheres. Eu aprendi a me diversificar, aprendi a conhecer um pouco de tudo, conhecer, tem gente boa ainda nesse mundo, tem homens bons ainda, que são legais, que são gentis, que te tratam com carinho, ainda existem esses homens. A gente não pode tirar a esperança de que não existe mais esse tipo de homem, que toda mulher quer ter. Então eu conheci pessoas maravilhosas e hoje eu me considero como bissexual, hoje eu posso namorar uma mulher; mas se eu terminar com ela eu posso namorar um homem depois. Eu posso namorar um homem várias vezes, posso namorar mulheres várias vezes. Eu tenho essa, eu não me preocupo com isso, eu quero que a pessoa faça me sentir bem, fazendo bem, me tratando bem, sendo respeitoso, respeitosa comigo, eu gosto disso, da simpatia da pessoa.

AJN: Ser bissexual, na família, na sociedade, sendo uma pessoa que se identifica como indígena, qual tem sido o desafio disso?

EG: Olha, o desafio...aqui em Manaus é uma terra sem lei. Acontece de tudo um pouco, então existe...pessoas para tudo. Então você não tem esse problema de se incomodar muito com o seu jeito. Tem alguns lugares sim, que as pessoas ficam olhando se você está andando de mãos dadas com uma mulher, as pessoas se sentem incomodadas de você beijar uma mulher numa lanchonete, num bar, uma boate nem tanto, que a boate já é mais aberta, mente aberta. Você pode beijar quem você quiser, gay, veado, de tudo você pode beijar, mas em restaurantes, lanchonetes, às vezes tem pessoas que falam que você precisa dar respeito para a sociedade, mas o que é respeito para a sociedade, sabe, às vezes eu me pergunto assim, porque eu estou sendo desrespeitosa em estar dando carinho para a minha mulher, sabe, eu estou sendo desrespeitosa de estar dando um beijo nela numa lanchonete onde a gente está, a gente está comendo, estamos conversando e aí a gente ri, eu falo eu te amo, ela fala eu te amo e a gente vai dar um beijo, mas uma mãe que está com uma criança na lanchonete, que está com um avô, uma mãe idosa na lanchonete, tu merece dar esse respeito para elas. Então às vezes tem um pouco dessa mente fechada assim, em relação a isso, aqui em Manaus. Agora na minha cidade eu sou uma pessoa muito conhecida, a minha família em si é uma família muito conhecida, então eu sempre fui escondida, eu sempre me escondi. Não me escondi de forma que eu tenha medo do que eles vão falar, mas eu me escondi para que não haja comentários desnecessários sobre mim em certos lugares. Então na minha cidade eu nunca andei de mãos dadas com mulher nenhuma, pegar a mulher e andar na praça, eu nunca andei de mãos dadas, mas já andei do lado, conversando; já andei com namorada minha conversando do lado, mas não de mãos dadas, não se beijando, porque a cidade, o interior é muito pequeno e eu sou uma pessoa muito conhecida. Então vai dar o que falar, as pessoas vão falar “olha a filha da fulana está se agarrando com uma mulher lá na lanchonete tal”, e aí se essa conversa ficasse ali seria ótimo, porque estava tudo certo, a mulher que contou para ela, ela vai contar para outra, que a outra vai contar para outra, e vai aumentando, que quando chegar na minha família, aí vão falar, “olha a tua filha, a tua neta, estava se agarrando,” - já aumentou de um beijo, já aumentou para se agarrando, “estava se lambendo, estava se mexendo onde tem criança, onde tem velho, onde tem idoso, onde tem mulheres, homens, e ela estava se agarrando lá com uma mulher”, então ficam feios esses comentários desnecessários. Então, para que não haja isso, eu prefiro manter a minha integridade, a minha vida assim, porque eu não gosto desses tipos de comentários. Então na minha cidade eu nunca andei assim, nem com homem eu nunca andei de mãos dadas, nunca saí beijando na frente dos outros, sabe? Eu não falo que eu estou dando respeito pra eles, mas eu estou dando respeito para mim. Porque eu não quero ouvir uma pessoa que está atrás de mim falando de mim e eu estou aqui comendo, conversando com alguém, pegando na mão, beijando, entendeu? Então tem essa dificuldade no interior de as pessoas falarem muito de ti, então para que não haja isso tem pessoas que falam. Eu não ligo para isso não, mas vai ter uma hora que vão estar falando tanto de ti que

tu não vais aguentar e tu vais explodir, tu vais querer te matares, tu vais querer chorar, tu vais querer gritar, tu vais querer fazer um escândalo, tu vais querer ir lá bater boca com a mulher do porquê que ela tá falando de ti. E isso não vale a pena, é uma perda de tempo que sempre vai ter no mundo. Sempre vai ter pessoas que vão falar, então, na minha cidade eu prefiro ser assim, não beijar, não me agarrar, não ficar na frente dos outros, porém pelo meu jeito de ser, pela minha forma, minha personalidade, meu jeito de vestir, as pessoas automaticamente já tiram essa personalidade de "pô, aquela menina eu acho que ela gosta de mulher", mas eu no meu canto, eles no canto deles; eles com a dúvida deles e eu com a minha escolha desse lado. E aí não tem essa questão, essa quebra barraco, essa pauta de querer ser respeitada não, eu sou lésbica, sou DJ, eu quero ser respeitada no meu local. Não acho que a gente vá muito além disso, sabe, não sou só eu que tenho que decidir isso, não sou só eu que preciso desse respeito, entendeu? Então eu fazendo isso sozinha, mesmo que nada, eu não vou conseguir nada. Então eu prefiro ficar quietinha, viver minha vida bem, namorar ali quietinha, assim ninguém se intromete na vida.

AJN: Você falou aqui do respeito no âmbito profissional, que você é uma profissional, como tem sido a sua relação profissional?

EG: Olha, eu tenho muito respeito, porque eu criei esse respeito por mim, né, como eu acabei de dizer, eu criei esse respeito por mim. Eu não vou ficar com uma mulher de mãos dadas. Eu não vou lá na casa da minha avó levar uma mulher porque ela não gosta. Eu não posso fazê-la aceitar isso, sabe? Eu posso fazê-la me respeitar. Então eu posso levar a mulher comigo, não preciso pegar na mão, não preciso beijar na frente dos outros para mostrar que é mulher, para mostrar que eu sou isso. Mas eu posso levar e falar, gente, esta é fulana de tal pessoalmente especial para mim, eu quero que todo mundo tenha respeito e que todo mundo se apresente. Conversem com ela, que ela, a partir de hoje, sempre é da nossa família. Então, quem não quiser, também, não tem problema, mas eu só quero respeito, tá? Então, eu quero esse respeito, sabe? Eu trato todo mundo com respeito que é para todo mundo me respeitar. Eu sou esse tipo de pessoa. Então, eu acho que a gente deve respeitar tantas pessoas que não gostam, porque a gente não pode pegar um livro de LGBT e tacar na cabeça de alguém para essa pessoa entender tudo. Porque é muita coisa. Até para mim mesmo é meio complicado. Comigo mesmo já aconteceu uma situação. Vou até te contar. Eu estava num bar, assim, resumidamente, estava num bar e tinha uns amigos, assim, do lado e tinha uma mulher, que era lésbica. Ela tinha um jeitinho de lésbica, só que ela estava usando um casaquinho de homem. Estava com uma roupinha, assim, meio que de homem, o cabelo de homem. E aí uma formiga caiu da árvore e picou ela aqui atrás, na costa dela. Aí ela começou a falar, assim, caraça, eu acho que uma formiga me ferrou e tal e eu sou alérgica à formiga. Aí vem aqui, você está vermelha. Eu falei, cara, aí eu peguei e chamei o garçom. Aí eu falei, "garçom, por favor, tu consegues um pouco de gelo pra ela?

Porque ela precisa de gelo aqui para botar". Aí ela pegou e falou, né. "Ela não, é ele". Aí eu peguei e falei "cara, me desculpe"! Aí eu fiquei sem reação, sabe? Eu falei, pô, porque não tá na testa da pessoa, cara, que ela gosta de ser chamada de homem, que ela gosta de ser chamada de mulher, que ela gosta de ser chamada de Caio, que ela gosta de ser chamada de Mirella. Não tem isso, cara, não tem. Às vezes é comum, é normal acontecer isso. Aí eu comecei a falar ele, né? Eu falei, ó, consegue gelo pra ele, por favor? Só que quando a gente olha para pessoa, a gente vê um jeito de mulher. Então, às vezes, confunde a mente nessa situação de você na hora de falar. Porque já pensou, se eu chegasse e falasse bem assim, tu consegues um pouco de gelo para ele? Ele falaria, eu não sou homem não, eu sou mulher. Eu só gosto de mulher. Ia ser outra situação, pior ainda, entende? Então, eu acho que em relação a isso de você chegar e conversar com uma pessoa. Acho que a primeira coisa, que você deve fazer é perguntar o nome, porque com o nome, a pessoa vai se identificar com o gênero dela. Se eu perguntasse primeiro para aquele rapaz, que eu pensava que era mulher, que era um rapaz, qual é o nome dele, ele ia me falar o nome de um homem, que é o nome que ele gosta de ser chamado. Ele não ia falar mulher, entendeu? Se eu chegasse, oi, tudo bem? Como é o seu nome? Ah, meu nome é Caio. Voz de mulher, mas meu nome é Caio. Ô, prazer, Caio. Tudo bom? Como é que você está? Já é um homem e dá de tu entenderes que é um homem. Agora, se você chegar com. uma pessoa que é do mesmo jeito que o Caio, por exemplo, e você chegar "como é o seu nome? "Pô, meu nome é Amanda". Pô, Amanda, prazer te conhecer. Gosta de ser chamado como Amanda. É uma mulher. Agora, tem alguns gays, que você vai lá e você chega "e aí, veado, como é o teu nome?" "Mirela". Então, o seu nome é Mirela, entendeu? O nome do veado é Mirela, ele gosta de ser chamado como mulher. Agora, eu vou chegar lá, e aí, amigo, como é que você se chama? O cara é veado, mas o nome dele é Natan. O meu nome é Natan. Ô, Natan, prazer te conhecer. Mas eu gosto de ser chamada como Natasha. Está ótimo, Natasha, prazer. Sabe, então, acho que o primordial, ou seja, o mais importante, quando você chegar no local que você vê uma pessoa e você não consegue identificar o gênero dela, a primeira coisa que você tem que fazer é perguntar o nome. Eu acho que é o ideal, você perguntar o nome da pessoa, porque pelo nome ela vai se identificar com o gênero que ela quer ser chamada, entendeu? Então, essa situação do rapaz que eu chamei de mulher, eu não perguntei o nome, eu não sabia. Então, hoje em dia, eu faço isso, pergunto o nome da pessoa primeiro, para poder saber o gênero dela e poder chamar ela da forma que ela gosta de ser chamada, sabe? Então, eu acho que isso é muito importante hoje em dia. Quando você é uma artista, você está no palco, você é um professor ali no palco, né? Então, se você parar a música, todo mundo vai parar de dançar e todo mundo vai olhar para o palco, entendeu? Então, você é o professor. Se eu quiser respeito, eu consigo respeito no palco. Então, se eu me comportar de uma forma, não vou falar de respeitosa, mas de uma forma que eu queira ser livre em cima do palco, eu vou liberar diversos pensamentos para diversas pessoas que estão dentro de uma

boate. Então, por exemplo, eu que sou bissexual, logo no começo da minha carreira, eu era o tipo de pessoa que dançava no meu palco. Então, eu fazia show, fazia festas e eu dançava no palco. E nisso que eu comecei a fazer isso, eu tive um desrespeito em cima do palco. Por quê? Porque eu comecei a dançar e um cara foi lá e bateu na minha bunda enquanto eu estava dançando no palco. Eu o deixei fazer isso? Não, não deixei. Mas a minha forma de me comportar em cima do palco faz com que a gente liberta, a gente libera esse liberalismo para eles quererem fazer algo do tipo. Você está mostrando sua bunda para o público, você quer o quê? O cara vai falar o quê? Tem gente que fica "nossa, que linda"! Dá de ver que o cara está te desejando lá embaixo. Agora, tem outros que estão com álcool no corpo que vão lá e vão dar um tapa na tua bunda. Então, tu tens que fazê-los te darem o respeito. Então, depois que aconteceu isso, eu comecei a contratar pessoas para dançar no meu show, meus dançarinos. E quando os meus dançarinos fossem entrar no palco, eu parava a música e falava "Fala galera, aqui é a DJ Estudante Gabriela no comando. Estou com meus dois bailarinos aqui, super massa, vão começar a dançar aqui para mim e tal, todas as músicas. Acompanha aí que eles estão super lançamento, estão com a coreografia na ponta da língua, na ponta do pé. Eu só quero respeito a eles, beleza? Não quero que ninguém toque, ninguém mexa, ninguém implique com os meus dançarinos, senão o show vai acabar". E todo mundo vai ouvir, porque tu és o professor lá naquele momento. Não tem outra pessoa que está falando nada, a não ser a pessoa que está conversando com a outra lá embaixo. Mas o som é tão alto da boate que eles vão lhe ouvir sim, entendeu? Então, você dá esse respeito para si mesmo. Então, eu fiz isso, eu comecei a criar esse respeito por mim. Da mesma forma como se eu vou dançar hoje em dia, eu vou falar "eu vou dançar aqui, mas é só uma brincadeira, ouviu? Não quero desrespeito nenhum comigo, nem com alguma bailarina minha. Deixe-as que são todas minhas, não quero ninguém encostando". Faz uma brincadeirinha aqui, ali, para tirar aquele climão. Mas o respeito em primeiro lugar, entendeu? Então, eu dei esse respeito a mim. Então, hoje as pessoas me respeitam por eu ser dessa forma. E se eu estou no palco e eu vejo que um cara quer puxar uma mulher para dançar e a mulher não quer ou que quer fazer alguma coisa, eu paro a música na hora e falo "olha só gente, mulher, não é não, cara. Por favor, se a mulher não quer dançar contigo, se ela não quer dançar, se ela não quer te dar um carinho, se ela não quer te conhecer, não é não. E deixe ela, e tem milhares de mulher aí na festa que pode ser que tem interesse". Tem gente que vaia, tem gente que aplaude, tem gente que grita. Mas a gente está botando esse empoderamento feminino no palco, sabe? Eu faço muito isso, tem gente que não fala, tem gente que tem medo. Eu sou uma pessoa que não tenho medo. Eu não tenho medo nenhum. Eu tirei esse meu medo, porque antes eu tinha medo de apanhar, eu tinha medo de as pessoas me chamarem de... Quantas vezes já me chamaram de machuda? Machuda é uma palavra bem forte no meio LGBT, sabe? Machuda, tu és uma machuda. É tipo preconceito muito grave, sabes? É a mesma coisa que sapatão. Tu és sapatão, sabes? É uma palavra

muito grossa, assim. Então, eu gosto de que as pessoas tenham esse respeito por mim. Então, eu as fiz darem esse respeito por mim. Hoje eu sou bem respeitada no meu palco. É mais ou menos isso.

AJN: Você falou que a sua mãe era preconceituosa. Qual foi a reação dela quando soube da sua identidade?

EG: Olhe só! Isso foi bem complicado. Até hoje é complicado. Eu respeito a minha mãe. Nós, do LGBT, também temos que respeitar as opiniões das pessoas que não gostam. Porque é normal que as pessoas, principalmente as tradicionais, não gostem. Então, a minha mãe é muito tradicional. Ela já está com 50 anos. A minha avó é bem mais tradicional ainda. Bem mais tradicional de 1940, 1930, por aí. Mas eu respeito a opinião delas, né? Então, quando eu tive 16 anos, eu estava namorando outra menina. E eu levei essa menina para casa. Levei ela para casa como uma amiga normal. Só que aí a mãe sente, né? A mãe sabe, né? Eu joguei bola desde criança. Sempre gostei de bola. Tudo que meus primos, meu irmão, faziam. Brincadeira deles. Eu queria estar no meio, brincando, jogando videogame. Negócio de boneca, eu brinquei bem pouco, assim; bem pouco mesmo. Tive bonecas, até hoje eu tenho, mas brinquei bem pouco, assim. Gostava mais de futebol. E aí, então, a mãe, desde sempre, ela sente. Ela sabe quando a filha é, quando a filha não é. E ela era bem rígida, em relação a isso. Quando eu levei a menina, eu acho que ela entendeu, ela percebeu que ela era minha namorada. Então, a minha mãe começou a não gostar dessa menina estar em casa. E aí ela falou para mim “olhe, eu não quero essa menina dentro de casa”. Eu falei “mas por quê”? “Não, eu não quero. Sabe por quê? Porque ela tem 18 anos. E tu tens 16”. A minha mãe queria pegar alguma coisa para dizer que não. “Ela já tem 18 anos, ela já vai para festa, ela bebe, ela fuma. E tu não fazes nada disso. Então, eu não quero que tu tenhas amizade assim”. Como eu falei, eu era bem rígida. Eu não saía. Aniversário, se eu saísse, era só se eu fosse com o meu primo. Porque a minha tia tinha carro, ia buscar ele, ia deixá-lo. Então, eu só ia para aniversário quando fosse com ele. Então, a rigidez dela era mais isso. Ela não gostava e nunca chegou a gostar. Então, quando ela falou isso para mim, que não era para eu mais botar a menina dentro de casa e tudo mais, aí foi que, certo dia, ela foi no trabalho da mãe dessa menina. Foi no trabalho da mãe dessa menina falar que ela não queria que a filha da mulher entrasse na minha casa, fosse a minha amiga. A minha mãe não queria. A minha mãe falou para ela que não era para ela deixar mais a filha dela ir na minha casa. Que ela não queria amizade com ela. E aí, a mãe dessa menina também não gostava que ela fosse lésbica. A gente não gostava de homens. E aí, a mãe dela viu a gente se beijando uma vez na frente da casa dela. Fui deixar ela na casa dela, ela viu a gente se beijando. E aí, ela gritou com a menina, pediu para menina entrar em casa, que ela ia apanhar, não sei o quê, e eu saí correndo para não apanhar, né? Da mãe, né? Eu saí correndo. E aí, quando as nossas

mães se encontraram, a minha mãe é bem brava. Então, ela já foi bem brava lá com a mulher, falando que não queria. E aí, a mulher foi e gritou com ela, falou que não queria a filha da minha mãe também, eu, no caso, né? Não me queria também lá na casa dela. E aí, elas decidiram que iam separar a gente. Olha só o poder de uma mãe! Estávamos no final do ano. E aí, essa minha namorada, ela veio ter comigo e falou assim: a tua mãe foi lá no trabalho da minha. E ela falou que não é para gente se falar mais. E sabe o que a minha mãe vai fazer? Minha mãe vai me transferir para Manaus por causa disso. Nossa, foi uma dor no coração. Falei "cara, nossa, não acredito". Eu sofri demais. Uma namorada muito legal que eu tinha na época. E um dia depois, ela comprou a passagem e ela simplesmente sumiu do mapa. Ela foi embora, essa namorada minha. Ela foi embora para Manaus. A mãe dela mandou ela ir no outro dia para Manaus. E aí, eu fui falar com a minha mãe, eu chorando muito. Falei para minha mãe e ela falou que "não, eu nunca fui, nunca fiz isso". A minha mãe se fez assim. "Juro até a morte que nunca fiz isso". E aí, eu falei para ela que ia sair de casa porque ela não me aceitava. E aí, quando eu falei isso que ela não me aceitava, ela falou "não, minha filha, não. Eu não fiz nada". E aí, eu falei "não, eu não vou mais morar aqui". E aí, conversei com uma tia minha. E essa tia era muito gente boa porque o filho dela é meu primo, mas é meu primo de consideração. Ele não é meu primo de sangue. Porque ele é filho do outro relacionamento que ela teve. Dessa minha tia, né? Mas depois que ela já veio casar com o irmão da minha mãe, ela já o tinha. Então, ele é meu primo de consideração. Então, ele é meio gay, sabe? Ele tinha esse jeitinho assim de gay. Hoje, ele é gay assumido e está tudo certo lá na família da minha tia. Tudo certo. A nossa família inteira agora também, tudo certo. Mas naquela época, em 2018, eu tinha 16 anos. E aí, foi que eu falei com a minha tia. Eu falei que eu não queria mais morar com a minha mãe porque ela não me aceitava. E aí, eu já estava crescendo, eu estava trabalhando, eu estava estudando. E eu queria sair, queria conhecer gente nova. E eu não tinha isso, era muito presa. Então, eu saí de casa. Aí, a minha mãe chorou muito. Foi uma época muito difícil, para mim e para ela. Porque a gente era única e só, né? Meu irmão já estava na faculdade, a minha irmã já tinha falecido. A minha outra irmã já era casada, já tinha uma vida, entendeu? Então, era só eu e a minha mãe. E aí, eu saí de casa, fui morar com a minha tia. E passei cinco meses na casa da minha tia. Cinco para seis meses na casa da minha tia. Eu só voltei para minha casa porque a minha mãe pediu para eles me mandarem de volta, porque ela estava sozinha. E ela já tinha entendido, né? Assim, a minha mãe passou sozinha esses cinco meses. Então, ela entendeu muita coisa, que não é dessa forma. Que ela tem que me amar do jeito que eu sou, né? Logo no começo, foi muito difícil, muito difícil. Porque ela falava "tua mãe morreu; tu não me chamas mais de mãe. Nunca mais entra na minha casa, nunca mais pisa na minha casa. Se você passar na rua por aí, você não é mais minha filha. Eu não sou mais a sua mãe, esquece meu nome". Tudo por conta de que eu gostava de mulher, entendeu? Tudo por conta disso. Então, foi muito difícil essa época. Eu tinha 16 anos, foi muito difícil. Eu saí de

casa e morei com a minha tia. A minha tia conheceu uma namoradinha minha, que eu namorei na época. Ela conheceu e nunca atrapalhou. Sempre falou só para me ter cuidado em relação a homens. Se eu quisesse namorar um homem, que era para ter cuidado, para usar camisinha. Conversou comigo sobre essas coisas. A minha mãe nunca conversou comigo sobre isso. A minha mãe era muito fechada. Ela tinha muito medo dessas coisas. Mas, eu entendo a minha mãe hoje. Porque a minha mãe perdeu uma filha, quando a minha irmã tinha 16 anos de idade. Ela era heterossexual. Namorava um homem e ela engravidou. Pegou pneumonia e morreu com um bebê na barriga, com 16 anos de idade. E eu estava com 16 anos de idade, era a caçula na época. Então, eu acho que nessa fase, que eu estava passando pela mesma coisa da minha irmã. Estava sendo muito difícil para minha mãe ter outra filha com 16 anos de idade. Que ela pensava que a filha ia morrer também. A mesma coisa, aquele trauma, sabe? Então, hoje eu entendo a minha mãe que ela me prendeu. Ela tentou me proteger de todas as formas, para que eu passasse dessa fase viva, entende? Então, hoje eu entendo esse lado da minha mãe. Mas na época, sim, foi muito difícil. Não era dessa forma. Não precisava ser dessa forma, sabe? Então, com esses 5 meses dela sozinha, parada, ela entendeu que não era dessa forma. E quando eu voltei para casa, já não mudou de uma forma que tipo, agora tu podes botar mulher dentro de casa e tal, não. Respeite meu espaço, tu; eu respeito o teu, entendeu? Nunca levei ninguém para dentro da minha casa. Eu já tenho 21 anos. Nunca levei ninguém pra dentro da minha casa. Nem mulher, nem homem. Ninguém para dentro da minha casa. Nunca cheguei "mãe, esta é a minha namorada e tal". Já cheguei a falar uma vez para ela. Acho que foi ano passado. Quando eu estava namorando uma menina, eu falei para ela "mãe, eu estou namorando uma mulher e tal". E aí ela mudou de assunto. Falou que não quer saber dessas coisas. Só quer saber se eu estou bem, se eu estou viva, se estou precisando de dinheiro, e só. Ela não quer saber de mulher nenhuma. Nem se eu quiser apresentar alguma mulher, levar alguma mulher lá para dentro de casa que ela não quer mulher nenhuma dentro da casa dela. Mas ela me respeita. Hoje ela me respeita, entendeu? Então tipo, se eu ligar para ela "mãe, estou com uma mulher aqui e tal". Aí ela "oi, tudo bem? Prazer, Marvel, tarará". E volta para situação de "oi minha filha, tudo bem? Você tá precisando de alguma coisa? Tá tudo certo"? E acabou o assunto. Então hoje é assim, dessa forma e eu me acostumei assim. Para mim, nunca chegou uma questão de alguém me desrespeitar, me chamar de alguma coisa. Nunca chegou nessa possibilidade porque, como eu te falei, eu sempre tratei todo mundo com respeito. Então as pessoas sempre me respeitaram. Mas eu não sei, se caso acontecesse algo, se ela me protegeria. Eu acredito que sim, por eu ser filha. Já aconteceram outras situações, outros tipos de briga, de estarem querendo falar de mim. E eu fui lá e ela sempre me defendeu. Apesar de eu estar errada ou certa, ela sempre me defendeu, sempre foi a mãe. Hoje a minha vida é assim. Eu já dei até um beijo nela. Na minha mãe, no meu aniversário, a gente tira uma foto se beijando, assim, um selinho. Então eu acho que, depois

dessa fase que eu a deixei sozinha, que a gente se separou, ela pensou nas circunstâncias e entendeu algumas coisas.

AJN: Você falou que estava morando aqui há mais ou menos três anos.
EG: Três anos. Está indo para quatro já em novembro.

AJN: Você acha que a sua relação de identidade foi observada, quando chegou aqui para a atribuição do quarto?
EG: Sim. Aqui na casa, eu já percebi que tem uma política assim. Você faz uma entrevista para você entrar nesta casa, certo? Quando você faz essa entrevista, eles te analisam de todas as formas. Primeiro, eles perguntam como é o teu dia a dia, como é a tua vida, a tua rotina. Eles não chegam a perguntar da tua sexualidade. Não chegaram a perguntar para mim da minha sexualidade. Mas perguntaram se eu estava namorando. "Você está namorando alguém"? Acho que essa questão de sexualidade, no sentido de chegar e perguntar qual é a tua sexualidade, ainda é algo muito atualizado. Mas eu acredito que com a conversa que a gente tem com as psicólogas, com a assistente social, com a galera da administração da universidade, eles te selecionam. Sim, eles te selecionam para um quarto que, você possivelmente, vá se dar bem com uma moradora lá. Então, eu percebi isso que aqui tem. Até porque eu já conheci pessoas aqui que são de um quarto, que são tipo um gay, um travesti e um outro gay. Eu já percebi isso. Que teve isso, entendeu? Que eles botaram, tipo, três gays num quarto. Que é para se darem bem, para se darem certo. Para não ter essa questão de preconceito, discriminação dentro do quarto, sabe? Então, eu percebi que nesta casa teve isso. Teve essa seleção para você ir para um quarto onde possivelmente você vá se dar bem com aquela pessoa, porque aquela pessoa é mais ou menos parecida com você ou não. Então, eu tive isso. Eu senti que eu tive isso.

AJN: Você tem contato com uma organização LGBT?
EG: Olhe, uma organização, não, mas existe uma organização LGBT mais de festa. Que é muito conhecida aqui em Manaus. É tipo, a central de Manaus, assim, de LGBT é ali. Que é a Banca da Tatá. Você já ouviu falar, mas se você for procurar, a Banca da Tatá, ela é assim, ela é tudo, tudo. Na Praça da Saudade, se você for lá, na esquina, tem todo tipo de LGBT, ali. Tem travesti, tem trans, tem bi, tem lésbica, tem gay. Tem hermafrodita, tem todo tipo de gente lá. E todo mundo respeitando todo mundo. Todo mundo ouvindo só as músicas. Lá eles botam todos os estilos de música: músicas eletrônicas, músicas pop, música de funk, música de brega funk. Vem uma música de rap, daqui a pouco vem um forró. Tudo eclético, super eclético. Então tem essa questão lá. Eu tenho grupo aqui da Banca da Tatá. Eles fazem paradas LGBT no centro. E lá está postando, está sendo postado. A prefeitura ajuda essa

festa aí, não da Banca da Tatá em si porque a Banca da Tatá hoje em dia é um bar independente. Que ela conseguiu, graças a gente né, cliente. Ela conseguiu desse espaço lá. Que antes era um bar de rock e era só uma pancadinha de rua. Hoje ela pegou a esquina todinha. E é uma área LGBT agora lá enorme assim. Sabe, é muita gente. Fecha a rua e tudo. Então eu vou só mais para isso mesmo assim. Não é organização, não é ONG, mas todo mundo conhece todo mundo, sabe. Todo mundo respeita todo mundo. Eu não sei o nome de ninguém. Se você vier perguntar o nome, eu não sei o nome de ninguém. Mas na hora que eu chegar lá, eu conheço cada pessoa. Eu falo com todo mundo. Vai meu parceiro, vai gatinha, vai amiga, vai amigo, irmão, brother. Todo mundo ali é amigo de todo mundo. Todo mundo é irmão de todo mundo. Todo mundo abraça todo mundo. Se alguém for assaltado, vai todo mundo lá em cima. Todo mundo vai ajudar.

AJN: Você poderia me indicar algumas pessoas lésbicas ou gays que possam querer conversar?

EG: Eu acho que é a Tatar, a dona da boate, a dona da banca da Tatar. Ela é muito boa. Ela faz entrevistas. Ela começou tudo, sabe. Tipo, lá na Praça da Saudade, eu lembro que em 2020, quando ela era apenas uma banca de rua, os policiais fechavam muito. Queriam muito dinheiro para fechar, porque era só veado, era só machuda. Tinha esse preconceito. Sabe o que os policiais iam fazer lá? Faziam batida, batiam nos veados, jogavam spray de pimenta na cara dos veados. Paravam as pessoas na praça "bota a mão todo mundo para o alto, quem está fumando, quem está bebendo". Se alguém falar alguma coisa, eles batiam nos veados, davam tapa nos veados, jogavam spray de pimenta na cara deles. Quantas vezes eu vi isso em 2020? Nossa, era muito horrível. Era muito desrespeitoso, sabe. Aquele preconceito dos policiais. E por ser uma banca de rua, não ter estrutura, essa situação, sabe. Então ele queria fechar de qualquer jeito. A polícia passava, queria levar a caixa de som, queria levar a bebida dela, queria levar carrinho, queria levar cadeiras. Quantas vezes, se você for conversar com ela, quantas vezes a polícia levou mesa, cadeira, caixa de som, mesa do DJ deles lá, por estar tocando, por estar trabalhando. E a polícia ia, intervia, tacava spray, batia, buzinava, atirava para o alto. Quantas vezes aquela, sabe, aquela questão de soberania, de você ser uma pessoa acima do que a outra, mais do que a outra, e você pegar a arma e atirar paro céu, para todo mundo ter medo de você? Aconteceu várias vezes isso lá. Eu vi isso várias vezes. E eu estava no começo do direito. Então a gente tinha aquele negócio "não, eu vou ser advogada, tu vais ver só", não sei o que, sabe. Então aconteceu isso comigo. Eles só não jogaram spray de pimenta na minha cara, porque Deus é muito poderoso comigo, que ele falou "menina, cala tua boca, que o policial vai te dar uma surra". Tipo isso, sabe, Jesus falando para mim. Então eu tive muita sorte em relação a isso. Mas eu já bati de frente já com o policial. Falei "gente, isso é trabalho de vocês? Esse é o plantão de

vocês? Está botando spray na cara de veado, spray na cara de machuda, de lésbica? Que isso, gente, que tipo de trabalho é esse"? E eles diziam "não, não, não quero saber não, não sei o que, aqui não é lugar de veadinho, não. Aqui não é lugar de machudinha, não". Sabe, esse preconceito, assim, tinha muito. Então eu acho que a Tatá, ela tem uma experiência muito foda, que ela foi muito guerreira. Ela alugava o Rio Negro ali, do centro da cidade, ali o Atlético Rio Negro. Ela alugava ali para fazer a festa em volta da piscina, no dia de domingo, o dia todo, começava nove da manhã e terminava sete horas da noite, porque a polícia ia lá e queria dinheiro para continuar a festa. E ela não podia dar o dinheiro porque ela precisava desse dinheiro; então ela fechava a festa e todo mundo ia para praça. E nesse momento que todo mundo ia para praça, então a polícia poderia intervir a qualquer momento, porque estava todo mundo numa praça pública, entendeu? Então a Tatá, ela foi muito guerreira nisso, que ela trabalhava muito, o dia inteiro, o domingo inteiro, para estar fazendo a festa. E foi aí que ela conseguiu alugar o Bar do Rock. O Bar do Rock pegou fogo, aconteceu algo com a fiação que fez o Bar do Rock inteirinho pegar fogo. E nisso que pegou fogo, eles faliram, não sei, acho que não quiseram mais, e aí ela meteu a cara. Ela meteu a cara, ela alugou, ela ajeitou, aquilo lá era tudo preto, preto e branco, negócio de rock, fechado, mofado. Hoje é tudo colorido, tudo unicórnio, tem uma piroca de LED lá dentro, um pênis lá dentro de pisca-pisca, negócio brilhoso, tudo virou um negócio LGBT surreal, que é muito legal. E ela é muito guerreira por isso, ela passou por muito isso. Para hoje a polícia não pode intervir, porque ela é um bar agora. Ela é um bar e a polícia não pode intervir, entendeu? Então teve muita gente que passou por essas situações. Na época, eu não gostava mais de ir para lá, porque era nove horas da noite. A polícia passava, tu tinhas que abaixar o som, tu tinhas que te esconderes, tu tinhas que ficar longe, sabes? Poxa, por que isso? Um forró, tu podes estar lá no forró, traficante vai para o forró, viado vai para o forró, e no forró não acontece nada, não tem nada. Vai ver o forró, se a polícia pára lá, o forró não pára, entendeu? Agora, viado, gay, LGBT, tudo, a polícia vai, interfere, pára, prende, sabe? Era horrível, naquela época. A Tatá, eu passo o contato dela para ti, eu falo com ela, tu podes conversar com ela, eu acho que ela é uma pessoa ideal para te estar falando isso, ideal mesmo.

AJN: E o fim da nossa conversa. Tens mais alguma coisa a dizer sobre a nossa conversa ou algo relacionado?

EG: Eu acredito que com esse trabalho que tu estás fazendo, essa entrevista assim, da forma que tu for transcrever, vai abrir a mente de muitas pessoas. Eu espero que abra a mente de muitas pessoas pra isso, porque, hoje em dia, a sociedade tem que ser respeitada por todo mundo, não só LGBT, mas outros jeitos, outros gêneros, profissões. Eu acredito muito na força policial para parar isso, mas tem muita gente que é policial, que é preconceituosa dentro da polícia. Então, eu acho que tinha que ter essa aula de conhecimento, não só para

gente que estuda, mas para as pessoas que já são profissionais. Não é porque tu ganhas dinheiro, que tu trabalhas da forma que tu queres, que tu vais bater alguém na rua.

2.2 ENTREVISTA COM UNI

AJN: Qual é a sua trajetória da vida, a partir da infância até aos momentos atuais.

UNI: Nascida em Manaus, 1997, na casa dos avós, no bairro Coroado, sou de família periférica, tive toda infância cuidada pelos avós que vieram do interior do Amazonas em busca de melhorias no emprego, estudo e segurança de vida. Ambos são povos originários que contribuíram para os conhecimentos que tenho hoje com relação aos costumes tradicionais. Na rua em que cresci tive a oportunidade de conviver em coletivo, todos se conheciam e conviviam de forma mais familiar. Os vizinhos costumavam frequentar a casa uns dos outros, andavam juntos, faziam muitas festas na rua e no "quintal" de casa, na época (década de 70,80 e 90) as casas eram de madeira e não tinham muros de concreto. Haviam terras, árvores e chão batido, os vizinhos promoviam uma boa convivência enquanto moradores daquele território. Aprendi a arrumar a casa e a servir os mais velhos desde muito criança, da mesma forma como a minha avó aprendeu com suas ancestrais, todos os dias se repetiam o mesmos rituais, assim pude também ajudar meus avós no trabalho em casa, como por exemplo na cozinha fazendo milhos cozidos, canica, pupunhas, descascar castanhas, ensacar frutas, nas vendas de açaí, buriti, bacaba, cará-roxo, mandioca, pão caseiro, din-din, etc., todo dia meu avô arrumava uma forma de nos sustentar, visto que foram expulsos de suas terras e tiveram suas roças atacadas por garimpeiros, fazendo com que abandonassem a vida originária e sua forma de sustento e fartura. Depois do "trabalho" eu tinha o momento de criança, onde eu podia ir para a rua brincar com os colegas, era época de manja-pega, gemerson, manja-se-esconde, casinha, futebol, vôlei, basquete, 7 pecados, cola-e-descola, garrafão, corrida, barra-bandeira, abecedário e outras brincadeiras que hoje em dia é muito difícil de se ver na cidade. Naquele tempo, as pessoas tinham o costume de ir para as frentes de suas casas e ficarem conversando, apreciando o fim de tarde e a natureza, merendar juntos, e verem as crianças brincando, voltando da escola, outros do trabalho, enfim momentos que hoje não se tem mais na mesma intensidade. Sempre fui muito sagaz em aprender movimentos com o corpo, então aos três anos aprendi a andar de bicicleta e patinete; aos seis/sete comecei a praticar os patins, passei um bom tempo andando pelo bairro do Coroado fazendo esses esportes, onde me sentia totalmente livre para experimentar outros possíveis movimentos e sugerir brincadeiras para com os colegas. Era a mais nova da turma e, sempre, considerada a "café com leite". Passei a procurar lugares onde pudesse me informar mais sobre coreografias e dança de modo geral, pois sempre fui muito dançante. Quase todos os dias fazia uma apresentação de dança para a minha mãe após ela chegar do trabalho, gostava de inventar passos e imitava as bailarinas

dos programas de televisão e festivais folclóricos. Entrei em grupos de dança, e me apresentei diversas vezes em arraiais na cidade e em alguns municípios, com as linguagens do boi-bumbá, swingueira, dança indiana, dança cigana, carimbó e processos criativos. Na escola também participava de grupos onde se apresentavam nos momentos importantes. Entrei para um programa financiado pelo governo (Projeto Jovem Cidadão) que me fez aprender um pouco de artes plásticas e dança. Em seguida, comecei a frequentar mais as igrejas para ter acesso aos movimentos que envolviam artes, como o canto, a dança, o teatro, leituras, e, em uma dessas épocas, acabei entrando para o coral duas vezes, quando criança e adolescente. Eu sentia que eu tinha fome de tudo, e queria abraçar muitas coisas que envolvessem a arte e todas as formas e linguagens de expressão, mas com relação aos estudos, eu deixava a desejar, até que desisti por 4 anos, abandonando o ensino médio. Nessa época, aos 13 anos morei sozinha e fui me descobrindo LGBTQIAPN+. Passei a trabalhar em lojas de roupas, com panfletagem no sinal e na rua, como recepcionista, vendedora ambulante e no setor de laudos médicos de imagem. Aos 18 anos, o que havia desejado a vida inteira aconteceu: fiz minha primeira inscrição no curso de dança, no Liceu de artes e ofícios Cláudio Santoro, na modalidade de Jazz Dance. No mesmo ano voltei para a igreja para cantar no coral e me envolver mais com os jovens e adultos. Nesse tempo, conheci uma professora de artes que me fez terminar os estudos aos 18 anos pelo processo de supletivo, me incentivando a prestar o vestibular para o curso de Dança. Sendo assim, me preparei para o vestibular e busquei aprender outras linguagens de dança como o balé clássico, dança moderna e dança contemporânea. Após passar no vestibular, aprendi algumas técnicas que me fizeram caminhar mais visceralmente pela performance e processos criativos, que dialogam com a identidade, política e micro ativismo. Perto de me formar, me aproximei também do balé aéreo, que me proporcionou a realização de estar no Festival de Parintins 2023, em uma estrutura no guindaste com mais de 50 metros de altura, dançando/performando (Experiência única!), bem como estar numa companhia que existe há mais de 40 anos fazendo teatro. Ambos trabalham com o contexto amazônico, sobretudo o teatro, e seus questionamentos me fazem refletir sobre o que é a arte e como ela me trouxe até aqui. Atualmente me considero artista independente e performer. Integrante da Uiara.com companhia de balé aéreo, sou atriz na Cia de Teatro Vitória Régia. Pela primeira vez fiz parte e aprendi bastante em parceria no Instituto de Pesquisa Tabihuni, promovendo políticas públicas; trabalho com os projetos de pesquisa na área de processos criativos em dança como acionador de micro acontecimentos descolonizadores e, a performatividade e a ancestralidade Kokama. Através das experiências, atuo também nas áreas de fotografias e vídeos.

AJN: Como você se identifica em relação ao gênero e sexualidade?

UNI: Me identifico com o conceito não-binário e sou lésbica, porém, repensando bastante após cada dia estudar mais sobre esse assunto e me levar para lugares muito sensíveis.

AJN: Como foi a sua auto descoberta em relação ao gênero e sexualidade?

UNI: Desde criança observei muito meu corpo e sempre fui a favor do auto toque; senti, desde sempre, a curiosidade por corpos femininos e a maneira como eles se relacionavam. Minha mãe sempre teve muitas amigas e eu achava curioso tamanha intimidade. Uma delas tinha filhas quase da mesma idade que eu e minha irmã, ficamos muito amigas. Passamos por muitos anos frequentando a casa uma da outra, dormíamos e brincávamos sempre juntas. Um dos episódios de brincadeiras, se estabeleceu um cenário onde eu sempre costumava fazer o papel do "homem", e assim performava a masculinidade. Em uma das situações me vi reproduzindo ou imaginando como seria se realmente fosse assim, e passei a me sentir mais "em casa". Sempre nas primeiras oportunidades me colocava nessa situação de reproduzir comportamentos e trejeitos de uma figura masculina, e passei a observar mais os homens ao meu redor. Assim comecei a praticar mais esportes e comecei a gostar muito de futebol e pipas porque eram brincadeiras de "menino". Mas, como eu tinha que ser aceita na sociedade e ninguém podia desconfiar das minhas peripécias, comecei a performar também a feminilidade, onde eu brincava de moda, e adorava montar looks e fazer desfiles de salto alto como as travestis que via por aí nas ruas e carnavais da cidade, do bairro. Entendi hoje que me identifico e me sinto muito melhor com o gênero não-binário. A sexualidade sempre esteve muito clara. Quando diz respeito ao querer me relacionar com mulheres, sempre me atraí, sempre tive curiosidades e sempre brinquei disso na infância. Muito precocemente eu passei a me relacionar. Nas brincadeiras sempre rolava umas trocas entre mim e minhas amigas, mas teve uma época em que ninguém podia imaginar os meus desejos sórdidos. Sendo assim, me relacionei com os meninos do meu ciclo de amizade, na pré-adolescência, onde eu via todas as meninas mais velhas também se relacionando, eu passei a sentir curiosidade em como era se relacionar com homens, mas sempre tive muito receio. Dos 10 aos 15 anos alimentei uma "relação" com um primo abusador (muitas histórias). No meio disso me relacionei 5 meses com um homem que me traía com o melhor amigo dele. Nos separamos e eu enlouqueci, pois na época morava praticamente sozinha e passei a frequentar muitas festas, entrava em todas elas às escondidas. Minha aparência era de uns 20 anos, até que numa dessas festas fui abusada por um homem de 30+, e foi o pior de todos, trauma terrível. Depois disso, me aproximei de um primo gay que me acolheu juntamente com as minhas curiosidades pela vida e me apresentou os amigos gays e lésbicas, e desde então passei a me sentir confortável no movimento LGBT+ e cada vez mais me identificar como uma pessoa lésbica. Então as minhas experiencias com homens baixaram consideravelmente passando a me relacionar somente com mulheres. Hoje, tenho 25 anos, já fui casada com duas mulheres e, nesse

período solteira, tenho repensado sobre minha sexualidade, visto que tenho me atraído bastante por mulheres e homens transsexuais.

AJN: Você disse que era lésbica, entretanto, repensando bastante após cada dia estudar mais sobre esse assunto e chegar a lugares muito sensíveis. Nessa concepção, você estará admitindo a possibilidade de transição, ou seja, de mudança de identidade lésbica? Em caso positive, que identidade assumiria?
UNI: Sim, andei pesquisando e pensando bastante sobre a pansexualidade.

AJN: Como foi a reação da sua família, sociedade, escola, ao tomar conhecimento do seu gênero e sexualidade?
UNI: Minha família se sentiu assustada, achou que fosse algo muito passageiro e a Era das descobertas. Colocaram a culpa nos amigos e disseram que era influência de más companhias. Meus pais ficaram revoltados e se questionando onde haviam errado. Porém, na época, eu havia sido abandonada pela família e usava isso para me defender e dizer que somente eu saberia da minha vida dali em diante. Quiseram proibir minhas saídas, mas descobriram que estava tendo um caso com uma mulher mesmo eles me proibindo. "Bati o pé" e me assumi desde os 16 anos, tive coragem de enfrentar tudo "sozinha", busquei meus direitos. A igreja e os amigos onde eu frequentava, passaram a me olhar com desprezo, faziam fofocas da minha vida íntima e ficavam curiosos com a minha postura, até que me afastei de ambientes em que se resumiam em preconceitos e pessoas com as suas sexualidades claramente reprimidas. Todos começavam a me questionar, fazer piadas e diziam ser algo repentino. Mas profundamente eu sabia que nada disso iria me abalar ao ponto de me reprimir e regredir àquela realidade. Fui me colocando à disposição de outras experiências, me abri ao mundo LGBT+ e eu só conseguia me sentir confortável nesse lugar. Perdi muitos amigos e principalmente amigas cis hétero, pois elas achavam que eu não ia respeitá-las e que em algum momento iria partir pra cima como urubus devoram uma carniça. Muitos amigos me diziam coisas absurdas, e relacionavam isso às péssimas experiencias que passei com homens, diziam que mulher sapatão só existia porque ainda não tinham tido uma boa experiencia com homens (se é que você me entende! risos). Ouvi dizer que muitos "irmãos" da igreja estavam orando por mim, pedindo para que eu fosse curada e saísse dessa vida "depravada". Muitos parentes não tinham certeza e comentavam pelas costas como se qualquer amiga minha fosse alguém com quem estava tendo algo. Minha mãe passou a desconfiar de todas as minhas amigas, assim como o meu pai, e era constrangedor ter amigas e principalmente levá-las em casa. Como se eu fosse um homem hetero cis abusador de mulheres. Minha irmã me expulsou de casa e fui morar com o meu pai. Era proibido qualquer amiga dormir comigo na casa dele. Depois que fiz 18 anos, fui

morar com uma professora de artes que me incentivava nos estudos e me fez ter coragem para enfrentar a vida. Participamos de alguns movimentos artísticos, debates políticos, manifestações e nos aproximamos mais desse corpo político. Assim me encorajei mais ainda em me assumir lésbica. Aprendi a ignorar pessoas que me tratam com preconceito e desprezo desde então.

AJN: Você tem ligação com algumas organizações LGBT ou ativistas particulares?
UNI: Já participei de algumas manifestações públicas, debates e movimentos. Apresentei performances para o movimento MigaSuaLoca, curso de escritas de projeto, sempre voltada para essa temática do Orgulho LGBT+. Recentemente busquei ir mais além, e falar um pouco sobre isso nos projetos de pesquisa, me envolvi numa exposição que abordou as questões indígenas LGBT+ na cidade de Manaus. Assim, dentro do campo de pesquisa do povo kokama, vimos a necessidade de abordar isso dentro da aldeia no ramal do Brasileirinho. As lideranças resolveram fazer pelo menos dois projetos que trazem esse assunto para a comunidade. Assim entrei para acompanhar os primeiros movimentos e fui convidada a fazer palestras sobre o tema e os seus desafios. Atualmente entrei para o primeiro coletivo a nível Estadual que abraça a causa LGBTQIAPN+ dos povos indígenas.

AJN: UNI, você contou que sua experiência em prática heterossexual foi involuntária, por meio de abuso. Tem ponderado, de livre vontade, construir algum relacionamento hétero, no sentido de "mulher – feminina vs homem-masculino"?
UNI: Isso é um pouco complicado de afirmar. Nunca pensei em ter algum tipo de relacionamento com homens heterossexuais, depois que me entendi lésbica, mas já me relacionei com pessoas transgêneros do sexo masculino.

AJN: Tive entrevista com uma mulher bissexual e afirmou que, quando se relacionou com uma lésbica, basicamente, lhe ofendia porque tinha medo que ela (a entrevistada) ficasse com homens. Você pode comentar, tendo em vista que se identifica (ainda) como lésbica?
UNI: A maioria das mulheres lésbica têm muito receio com homens...as vezes os traumas ocasionam isso, mesmo, geram alguns gatilhos...acredito que por isso o medo seja maior, principalmente se a relação for aberta, visto o índice de doenças sexualmente transmissíveis, em sua maioria, vem dos homens. Homens são considerados mais "safados e abusadores "tentando entender também...Mas, hoje em dia vamos como preconceito. Soa algo tóxico pois ninguém pode dizer para o outro com quem deve ou não se relacionar...existem muitos preconceitos dentro do movimento LGBTQIAPN+ e um deles é com pessoas bissexuais. Não sei o que essa pessoa estava pensando e sentindo para ter tanto medo e chegar nesse nível de ofensa... Mas os sentimentos são muito particulares e,

entender que não existe um “gosta mais de homem ou gosta mais de mulher?” É biofobia chegar e perguntar isso para quem se identifica dessa forma. Pessoas se relacionam com pessoas. E as relações não se limitam aos atos sexuais. Existem milhares de formas de gozar... Mas isso é num lugar muito particular mesmo. Teria que ser um debate diretamente com essa pessoa para entender seus motivos de limitar a outra.

AJN: Que desafios enfrenta relacionados com a sua identidade de gênero e sexualidade?
UNI: Atualmente sigo bem resolvida sobre isso na minha vida. Construí um espaço onde todes pudessem respeitar as minhas decisões, filosofias, desejos e sobretudo a minha vida particular. Antes enfrentava muito mais desafios do que hoje, todo tipo de violência, sofri muitas ameaças. Mas hoje falo abertamente sobre isso, ajudo os jovens que estão nessa fase de descobertas, converso, incentivo, procuro entender, compreender... Evito o máximo pessoas homofóbicas e questiono qualquer ato que seja preconceituoso e ou intolerante com a gente, LGBT’s+.

AJN: Chegamos no final da nossa conversa. Pode tecer considerações finais.
UNI: Agradeço por essa entrevista que me fez olhar mais uma vez com muito cuidado em cada detalhe que passei na minha vida, hoje me sinto uma pessoa ainda que com muito medo, corajosa. Dona de memórias que somente eu posso acessar, de dores que se foram, de aprendizados que ficaram e de alegrias que ainda estão por vir. Espero continuar de alguma forma colaborando para que esse movimento continue firme, pelos nossos direitos, pela nossa gente, pelo direito de existir, pela transgressão de corpos e corpas. Sempre atuando com a finalidade de diminuir o índice de violências contra nossos corpos LGBTQIAPN+ indígena que dominam as estatísticas atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

Recebido em: 13/11/2023
Aceito em: 14/01/2024

“FUI ASSEDIADA NO TRABALHO, MAS EU NÃO COMPREENDIA (...) EU TINHA UM COMPROMISSO A MAIS, QUE ERA DE CUIDAR DA MINHA AVÓ, CUIDAR DOS MEUS ESTUDOS E CUIDAR DE UMA CRIANÇA. EU QUERIA QUE MEU FILHO NASCESSE BEM SAUDÁVEL, PARA, DE CERTA FORMA, NÃO MUDAR MUITO A MINHA ROTINA. PORQUE, AGORA, IMAGINA VOCÊ COM UM FILHO DOENTE, MUDA TODA A SUA ROTINA. A ROTINA DE MAMÃE, ENTENDE?”

- MUYRAKITAN

VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS PENOSAS E RESISTÊNCIAS: A DIFÍCIL TRAJETÓRIA DE UMA MULHER | ENTREVISTA COM MUYRAKITAN [1]

EXPERIENCES, HARMFUL EXPERIENCES AND RESISTANCE: A WOMAN'S DIFFICULT PATH | INTERVIEW WITH MUYRAKITAN

Alberto João Nhamuche[2]
Maria Manuel Baptista[3]
Hélia Bracons Carneiro[4]

Resumo: esta entrevista relata a penosa trajetória de uma mulher com infância misteriosa devido à condição do seu nascimento. Resultado de uma gravidez indesejada e de um relacionamento "extraconjugal", Muyrakitan, atualmente professora e mestranda de uma universidade pública no Brasil, partilha momentos escuros e de superação na sua vida, que incluem assédio no trabalho, além da fadiga causada pela sua responsabilidade tridimensional. Os seus depoimentos, que colhemos, por meio de entrevista semiestruturada, apontam que ela teve de se (re)inventar no sentido de cuidar da avó, da escola e do filho.
Palavras-chave: Mulher; Assédio sexual; Maternidade; Resistência

Abstract: This interview tells the painful journey of a woman with a mysterious childhood due to the condition of her birth. Result of an unwanted pregnancy and an "extramarital" relationship, Muyrakitan, currently a professor and master's student at a public university in Brazil, shares dark and overcoming moments in her life, which include harassment at work, in addition to the fatigue caused by her three-dimensional responsibility . Her statements, which we collected through semi-structured interviews, indicate that she had to (re)invent herself in order to take care of her grandmother, school and her son.
Keywords: Woman; Sexual harassment; Maternity; Resistance.

Alberto João Nhamuche (AJN): Pode falar sobre do seu percurso da vida: da infância até se tornar profissional.

Muyrakitan (M): O que minha avó me contou foi algo assim: a gestação dela [minha mãe] não foi tranquila, porque sou fruto de uma relação que não durou muito tempo. Então, por esse motivo, eu soube de certas situações que minha mãe desejava fazer, como por exemplo, interromper a gravidez. E por ela não conseguir, não sei pelo qual motivo, eu tive esse conhecimento, assim, que ela não conseguiu interromper a gravidez. Ela me deu, ainda no ventre dela, né! Já estava assim, se saísse da maternidade, não sairia no colo dela, sairia no colo de uma outra pessoa que tinha uma relação familiar com meu pai. Era uma relação familiar meio distante, né! Mas só que aí, quando eu nasci, ela se arrependeu ao me ver no colo, né? Ela se arrependeu de ter me dado. Inclusive, a pessoa que ia me receber já tinha

[1] Nome fictício, devido à proteção do sujeito entrevistado.
[2] Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro. Email: nhamuche@ua.pt.
[3] Professora Catedrática do Programa Doutoral em Estudos Culturais e Coordenadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC), Universidade de Aveiro. Email: mbaptista@ua.pt.
[4] Professora Associada, ISS, Universidade Lusófona. Email: helia.bracons@ulusofona.pt.

preparado todo um enxoval. E quando minha avó viu que ela estava chorando, resolveu perguntar o que tinha acontecido. E ela falou que ela tinha feito algo que ela acabou se arrependendo, mas só que ela não sabia se ela voltava atrás, se ela podia voltar atrás. E foi então que minha avó materna interferiu e acabou que eu fiquei com minha mãe. Mas só que a minha mãe já tinha um primeiro filho. Era mãe solteira, eu era a segunda filha. Depois ela se casou e acabou me deixando com as minhas avós. Horas eu estava no convívio da minha avó materna, horas no convívio da minha avó paterna. Sou cria de avó. E eu não sei, mas analisando agora, eu poderia de repente ter ficado com o guardado mágico da minha mãe por conta disso, né! Por ela mesmo não ter me criado. Mas eu tento compreender o que seria uma mulher solteira com dois filhos na década de 1980, né! Porque ela não tinha uma escolaridade, um grau de escolaridade. Ela foi criada literalmente em casa de família. Então eu imagino assim a dificuldade pela qual ela passou. E até mesmo para criar a mim, o meu irmão, ela trabalhava em casa de família. E ganhava pouquíssimo, né? Então eu procuro entender essa situação dela enquanto mulher, enquanto mãe nessa condição. Uma mulher que tinha um poder aquisitivo pouco, né! Bem menor do que se esperava ter criado dois filhos. E depois eu fui entendendo. Essa reflexão eu passei a fazer aos 13 anos de idade. Eu acho que é a fase da adolescência em que a gente, será que fica rebelde ou não? E eu acabei compreendendo dessa forma e não guardando o rancor da minha mãe. Eu não fui criada pela minha mãe.

AJN: Qual foi a sua sensação, seu desafio, crescendo fora do convívio dos pais, nesse caso da mãe e do pai?

M: Eu sentia muita falta de mãe, de carinho de mãe e de pai também. Principalmente de pai. Meu pai tinha um poder aquisitivo bom, que poderia me ajudar, ajudar a minha mãe sem mesmo ela ter que recorrer à justiça. Que foi algo que ela fez, porém ela não levou muito à frente e acabou que ele não me dava assistência financeira. É algo indelicado.

AJN: Neste sentido, fora dos pais, como foi o ambiente de convivência familiar?

M: Sendo uma pessoa que vivia praticamente em dois lados, diferentes também daquilo que idealmente podia ser. Ou seja, estar em casa dos avós maternos, depois dos avós paternos e não com o pai e a mãe. Era um conflito interno intenso e contínuo que eu acabei achando uma maneira de organizar esses conflitos de uma forma silenciosa. Como assim silenciosa? É como se eu me retraísse, eu fugia para dentro de mim. Como, por exemplo, eu procurava, eu tinha certas angústias, logicamente, angústia de criança, angústia de adolescente. Só que eu não me externalizava, eu preferia silenciar e até mesmo procurar ouvir a minha voz. Acabava dando conselho para mim mesma, algo bem estranho, mas era estratégia para que eu pudesse talvez não me revoltar. Porque o meu irmão mais velho era revoltado por conta

dessa situação. E eu tive a oportunidade de conhecer meu pai, porque meu pai era vizinho da minha mãe, morava na mesma rua. E ele [meu irmão] não. Então, também eu procurava analisar as dores do meu irmão e as minhas dores, mas que ele externalizava. Eu não conseguia externalizar, porque eu não queria ser revoltada como ele era revoltado. Também, naquela época, se uma pessoa era revoltada, se um filho era revoltado, geralmente os pais batiam. A minha mãe batia muito, não sei se era uma forma de, sei lá, descontar. Eu entendia que ela descontava no meu irmão mais velho, todas as angústias dela. Aí eu disse "eu não quero apanhar, eu não quero viver dessa forma". Isso porque a minha mãe morava com a minha avó. Eles moravam mesmo na mesma casa, mas que eu ficava na responsabilidade da minha avó materna. Mas assim mesmo, de repente ela poderia, na ausência da minha avó, me bater e eu não queria apanhar.

AJN: Acha que isso teria afetado a sua vida profissional, começando pela parte escolar?
M: Com certeza. Eu penso que sim, porque eu via o estudo como uma escapatória daquela situação, então, uma forma de mudar a minha realidade. Porque eu via as dificuldades que a minha mãe passava. E até mesmo depois que ela se relacionou com meu padrasto, com o qual ela teve três filhos, né! E eu via a dificuldade financeira pela qual ela passava. E era uma dificuldade financeira que eu presenciava na casa da minha mãe, na casa da minha avó materna. Só que eu não presenciava essa dificuldade financeira na casa da minha avó paterna. Porque lá, o meu pai trocava de carro anualmente, entende? Então, lá era uma realidade totalmente diferente. Que era fartura enquanto na casa da minha mãe faltava o básico, entende? E tem uma coisa que a minha avó sempre fala, a minha avó materna, ela faleceu em 2007, aos 86 anos de idade. Então, eu percebia que aqui e ali, ela exteriorizava, ela deixava transparecer que o desejo dela era que um dos seus descendentes pudesse concluir o ensino médio. Pelo menos que na época era muito o ensino médio. Já dava uma qualidade de vida, já começava a mudar a realidade, né! E ela gostaria muito que isso acontecesse, mas com os filhos não foi possível. E comigo, com os netos, ela sempre aconselhava a gente a trilhar novos caminhos, a estudar, que através do estudo nós poderíamos mudar a nossa condição social. E era isso que ela queria. E o que foi que eu procurava era ser obediente aos conselhos dela, principalmente que era uma pessoa já com uma bagagem de conhecimento, bem intensa, até mais que a minha mãe, né! Por conta da idade também. E algo diferente que eu percebi em mim é que eu comecei a tecer esse comportamento de obediência, esse de tranquilidade. Eu acho que por isso é que eu sou uma pessoa muito tranquila, mais por conta dessas situações que vem desde a infância. E eu observo que isso só favoreceu eu chegar onde eu estou, mudar a minha realidade, porque o estudo mudou a minha realidade, com toda certeza. E o interessante é que, como eu falei, a minha avó tinha esse desejo de ver um dos seus descendentes (pelo menos um) cumprir o ensino médio, e ela teve essa oportunidade de ver isso através de mim. E quando eu cumpri

o ensino médio, ela falou bem assim, eu lembro perfeitamente das falas dela. Ela disse "de hoje em diante, não vamos poder estar contigo te apoiando, te incentivando nos estudos. Tu terás que caminhar com os teus próprios, trilhar os teus próprios caminhos, sem talvez a minha orientação". Aí eu fiquei imaginando, nossa, como naquela época, se parecia que ela já estava se despedindo. Mas ela se sentiu tão realizada, que isso foi em 2003, e em 2007 ela faleceu, né! E eu fui tentar fazer o vestibular para a graduação em 2009, por conta que eu tive meu filho aos 17 anos, estava no último ano do ensino médio. Agora imagina, eu fiquei assim, eu engravidei em fevereiro, estava começando o ano letivo, eu disse, não acredito que, de repente, eu não vou realizar o desejo da minha avó. Quando ela soube que eu estava grávida, imagina como ela ficou feliz, por um lado, né! Porque era um bisneto que vinha, mas aí aquela preocupação "será que ela vai concluir o ensino médio? Será que vai ser mais um dos membros da família que vai desistir? Então eu tinha essa responsabilidade, eu queria dar essa felicidade para minha avó, porque eu não via que qualquer momento ela poderia partir, falecer. Ela já estava na casa dos 80 e poucos anos, e isso serviu de motivo, de incentivo, para que eu fosse para a escola, "eu vou fazer o pré-natal do jeito, para não dar complicação, para tudo ocorrer da melhor maneira possível". E ocorreu, de fato, eu consegui frequentar. Assim, eu faltava à aula durante o último ano do ensino médio, quando eu ia fazer o pré-natal, mas eu entrava com o documento, não perdi os assuntos, as atividades, nada. Sempre procurei ser uma aluna, aliás, desde criança, sempre procurei ser aplicada nos estudos. Não era, assim, a inteligente da sala, mas sempre foi esforçada. Então, isso eu consegui no ensino médio. O meu filho nasceu em outubro, mas eu consegui, até em outubro, e quando entrei para o processo de maternidade, eu estava com todas as notas, basicamente, boas, e eu consegui.

AJN: E na sua vida profissional, acha que o momento escuro que atravessou da sua nascença, crescimento, escola, tenha alguma influência?

M: Eu penso que não. Eu não sei qual é o mistério, mas eu acabei transformando todas as minhas dificuldades, as coisas ruins que aconteceram comigo, eu consegui. Eu acho que com a força psicológica que existia dentro de mim o desejo de fazer as coisas boas, talvez. Eu converti tudo isso em energias positivas. Não sei te explicar no momento de que forma, mas sempre procurei encarar as coisas, por mais que fossem dolorosas, sempre com sorriso no rosto, sempre de forma positiva, olhando sempre o lado bom da vida. Porque tem um lado bom, e tem um lado ruim. Se a gente focar no lado ruim, provavelmente a gente só vá fazer as coisas, vai refletir em coisas ruins. E eu procurava sempre ver o lado bom da situação, o lado bom da vida. E eu também observava uma coisa, que a vovó sempre falava "sempre você deve tirar algo proveitoso, positivo, das coisas ruins, das dificuldades". E a vovó, pra mim, a minha avó, era a intelectual, mesmo não tendo frequentado um banco de uma escola. Ela tinha um conhecimento maravilhoso, uma bagagem de conhecimento

maravilhoso. E ela era tranquila, sábia. Eu acho assim, nossa, minha avó foi longe na minha vida. E eu não me arrependo nem um pouco de ter sido obediente aos conselhos dela. Eu fico imaginando de onde ela estiver, com certeza ela deve estar muito feliz de verificar "olha o reflexo da criação que eu dei para ela", sabe?

AJN: Falando disso, você hoje é uma mãe. Que conselhos daria ao seu filho?
M: Que ele foque nos estudos, que ele possa fazer, aproveitar o momento que ele está tendo, as oportunidades em relação aos estudos. Porque eu penso que o estudo muda a pessoa, ele é um passaporte para o bem-estar de um ser humano. Muda a realidade da pessoa e eu sou exemplo disso. Tem que saber viver cada momento da melhor maneira possível. Dentro do ambiente universitário, dentro do ambiente de ensino. Eu acho que o bom da vida é isso. Como ele é jovem, ele herda um pouquinho da minha criação. Porque, digamos, ele não demonstra ter gosto por festas, ele se foca no estudo. É como se ainda estivessem vivos aqueles conselhos da minha avó. Ela não proibia a gente, ela nunca proibiu de ir em festa e tudo mais, mas ela fazia de um tudo para que eu não pudesse ter esse gosto, despertar esse gosto pela festa, porque a minha mãe gostava de festa. Ela, digamos, fugia da escola, ela pulava a janela, sabe? Para não assistir a aula, para ir para festa, entende? Então eu vejo assim, como algo negativo. Se por acaso eu gostasse de festa, gostasse da vida noturna. Agora tu entendes por que eu não gosto de vida noturna? Por causa justamente que eu tenho esse exemplo. E o meu filho, hoje, ele demonstra a mesma coisa. E o conselho que eu deixo para ele, eu falo que a maior herança que eu posso deixar para ele é a maior herança que a minha avó deixou para mim. Foi o gosto pelo estudo, foi esse compromisso.

AJN: Ser mulher e mãe na sociedade, qual é o desafio que tem?
M: Ser mulher e mãe, principalmente, digamos, eu posso focar aos 17 anos, que foi o caso que eu tive a experiência, né! Fui olhada de uma forma muito... sabe, às vezes, eu procurava assim "eu vou respirar fundo, não perder a categoria, não vou dar ouvidos pra que as pessoas irão falar". Porque a minha mãe, como eu te falei, ela tentou interromper a gravidez. Não ia fazer isso com o meu filho, tu entendes? Parece tudo que aconteceu comigo, eu queria fazer diferente com o meu filho.

AJN: E frequentar academia, sendo mãe, pode comentar?
M: É desafiador. Aparecer grávida aos 17/18 anos, você é vista de uma forma...digamos, é menosprezada. Passam a não acreditar mais em você. "Ah, será que ela vai conseguir"? Então, a responsabilidade que você tem enquanto mulher, e enquanto, digamos, uma mulher de uma condição econômica bem inferior, é muito mais desafiador. Mas o que foi

que eu fiz? Como te falei, não vou perder a categoria. Eu ergui minha cabeça e caminhei, independentemente de quem ia aplaudir ou criticar, entende? Houve crítica, até algumas pessoas xingavam que eu não ia conseguir. Isso aconteceu comigo. Eu passei por essas situações. Mas eu não deixei me afetar. Mesmo porque era a situação, se eu me deixasse abalar, eu acabaria prejudicando o desenvolvimento do meu filho. E estava em processo de formação. Então, eu queria só abster de coisas boas. Tu compreendes? E foi isso até mesmo na maternidade, no processo que tive do pré-natal, eles sempre conversaram nisso. Tudo que eu fui ensinada dentro do consultório, no acompanhamento do pré-natal, tanto com o enfermeiro quanto com o médico, porque era mais os enfermeiros que davam essa orientação. E eles falavam que em relação ao nosso equilíbrio emocional, alimentação, eu tive que mudar toda a minha rotina. Não que eu não tomasse, não fosse criteriosa ou cuidadosa com a minha alimentação. Eu sempre procurei ter um cuidado com a minha alimentação. E em relação ao meu emocional também, me equilibrar. Porque existia um ser dentro de mim em formação. Eu não deveria estar atenta ao externo, e sim ao interno. Até mesmo me bloqueando, me protegendo de certas situações que pudessem afetar o desenvolvimento do meu filho. O foco, naquele momento, era no meu filho. Agora eu tinha um compromisso a mais, que era de cuidar da minha avó, cuidar dos meus estudos e cuidar de uma criança. Eu queria que meu filho nascesse bem saudável, para, de certa forma, não mudar muito a minha rotina. Porque imagine você com um filho doente, muda toda a sua rotina, a rotina de mamãe, entende? Eu falo de mamãe porque o pai dele não deu suporte e, querendo ou não, é mais desafiador para a mãe do que para o pai. Você vai se perguntar por quê? Porque o pai é meio que histórico. Essa situação de que se ele quisesse um compromisso, ser pai de fato, ele assume esse compromisso. Senão ele vai meio se distanciando. Sendo pai indiretamente ou diretamente, a mãe não. Não sei agora, agora já mudou. Mas na minha época eu queria ser mãe presente. Eu não queria abandonar meu filho. Eu queria dar o melhor para ele. Porque eu já vinha de experiências de não ter carinho de mãe e pai.

AJN: Que mensagem pretende transmitir dizendo “agora já mudou”?
M: Agora já mudou porque eu percebo que muitas mães abandonam seus filhos. Pelo menos na realidade, no que eu observo. Eu até costumo conversar com o meu filho, o termo empoderamento, eu penso que muitas pessoas pegaram para si o empoderamento, mas de uma forma inadequada. Não sabem o que é, de fato, ser empoderada. E uma vez o meu filho, ele olhou para mim e disse “mamãe, sabia que a senhora é empoderada? A senhora é uma mulher empoderada. E não é uma mulher moderna, é uma mulher contemporânea”. Eu disse “por que isso, filho”? Eu fiquei presa ouvindo da boca do meu filho. Na época ele tinha 16, 17 anos quando ele falou isso. Eu disse “por que”? “Porque o empoderamento para muitas pessoas, para muitas mulheres, dá o direito de elas abandonarem seus filhos, dá o

direito de elas, digamos, se igualarem a muitos homens, ao comportamento de homens que não deveriam se comportar de tal forma". Tu entendes? Não necessariamente que todos os homens se comportem de uma forma errónea, de uma forma inadequada, como, por exemplo, ele associou a questão da figura paterna. E hoje em dia a mulher diz "eu sou empoderada. O homem não quis assumir a responsabilidade de pai, eu também muito menos vou. Eu vou me igualar a ele, não vou assumir o papel de mãe, e acabo abandonando seus filhos". Tu compreendes em que aspecto? Então, por isso que ele fala, e esse diálogo surgiu entre eu e ele, a partir dele. Muitas pessoas acabam compreendendo mal esse termo empoderamento, principalmente quando eu sou mulher, eu quero ser empoderada, eu vou agir assim, eu vou agir de tal forma. Eu penso, sim, que devo ser empoderada, mas, no caso, guardando ou então perpetuando certos princípios e valores que foram repassados pela minha avó.

AJN: Falando dessa questão do empoderamento, é muito abordada por movimentos feministas que têm surgido. Qual a sua percepção sobre o feminismo ou movimentos feministas?

M: Bem, eu posso te dizer que eu achei muito interessante a conversa que nós tivemos, porque tu deste um conceito e contribuir com a tua fala em relação ao feminismo, aos movimentos feministas, né! O que é interessante é que, de fato, acontece pelo fato de não terem o conhecimento como, por exemplo, eu posso me considerar que não tenho conhecimento bem aprofundado em relação a esse termo, mas eu prefiro ouvir e ter mais. Eu não me sinto muito preparada para falar sobre isso, mas, a partir do momento que eu percebo, a partir da tua fala, né! Tu lembras da conversa que nós tivemos? Muitas situações, as mudanças na sociedade partiram dessa situação dos movimentos feministas. E nisso a gente percebe, pelo menos eu percebi na sociedade em que eu estou agora. É algo bem recente, mas que já vinha sendo trabalhado há muito tempo, talvez sem elas perceberem, pelas minhas avós. E vinha sendo, de uma forma, bem trabalhada. Mas, por muitas situações, falta de conhecimento, foram tomando certos caminhos tortuosos. Poderia ter um avanço bem mais significativo para a sociedade, porque eu acho que é um movimento que, de fato, só agrega bastante, e é muito importante. E influencia, como eu falei para o meu filho, "você é fruto desse movimento porque se eu não tivesse lutado para que eu pudesse ter uma boa educação, garantir o meu espaço na sociedade, que a sua avó não teve, que a minha mãe não teve, você não estaria onde está. Em relação ao curso do ensino superior, não sei necessariamente se é o que ele desejava, mas na área que ele desejava. Eu não tive essa oportunidade, porque minha mãe não tinha condição de me manter em Itacoatiara, que era o curso em que eu queria estudar, que era Engenharia Florestal. Na época era o meu sonho, sabe? Por essas situações, situações econômicas, financeiras, não foi possível. Então eu tive que construir novos sonhos. Então eu penso a realidade dele é diferente, e ele pode

estudar o que ele deseja por conta desse movimento feminista, por conta disso, desse empoderamento feminista.

AJN: Você falou que seu sonho era fazer Engenharia Florestal. Ainda faz alguma cogitação no sentido de resgatar aquilo que foram seus sonhos?

M: Bem, a única coisa que eu posso fazer, de repente, é atuar no ensino superior, na área, né! De repente ministrando alguma disciplina, coisa parecida. Mas, na verdade, eu me sinto bem realizada na área em que eu estou. Como eu te falei, eu acabei construindo novos sonhos. Aquilo não se tornou algo tipo estou frustrada, ou então. Pode até ter acontecido logo no início, quando eu não consegui realizar esse sonho. Mas não se tornou algo que viesse a ser uma dor, entendes? Porque eu construí outros sonhos. E eu sou realizada na área que estou. E é interessante, é como se eu tivesse caído de paraquedas no curso de pedagogia. E tu falas, por que ela caiu de paraquedas? Porque, como engravidei aos 17 anos, e o meu esposo estava com 18, era muito jovem. Ele parou de estudar para trabalhar no pesado para ajudar a sustentar o meu filho, entendes? A gente se sustentar, a gente veio da base, juntos, a gente criou uma história juntos, uma história de superação. Então, ele disse "chegou o momento, Muyrakitan, não tem como continuar meus estudos". Tu vais continuar, eu não, para te ficar bem melhor. Mas porque tu gostas de estudar, e eu não gosto". Ele não se dava muito bem em sala de aula. Ele foi meu colega desde o quinto ano do ensino fundamental. A gente foi criando ali uma relação de amizade, enfim. E então, eu fiquei com essa responsabilidade de estudar. Mas, quando o meu filho nasceu, estava difícil para os dois, até mesmo para continuar os meus estudos. Então, eu fui trabalhar em uma área comercial em Parintins. E foi só no período do festival, porque no período do festival surge emprego, a oportunidade de emprego temporário, né! Então, eu fui, porque, inclusive, era a vaga de um rapaz. Olhe a história! Era a vaga de um rapaz que era no depósito, porque trabalhava com aqueles rolos de peças de tecido. Então, vendia peças de tecido, material, enfim. Então, a gente tinha que descer peça da parte de cima. O comércio era embaixo e em cima ficava o estoque dos produtos. Então, acabava lá do expositor, a gente tinha que descer. Então, aí, eu fiquei imaginando. Levei o meu currículo e ele falou "olhe, eu tenho aqui uma vaga, mas é para trabalho masculino". Aí eu fiquei, mas eu precisava só de uma oportunidade. Acho que ele ficou com dó do que eu falei, né! "Eu preciso só de uma oportunidade de trabalho, só de uma semana, para eu me verificar se, de fato, mereço o emprego. Não precisa nem assinar carteira". E ele deu essa oportunidade. Agora, olhe a estratégia! Como descer um rolo desse de não sei quantos quilos mais ou menos? Tinha aquelas peças grandes de rolo, de tecido. Aí eu fui começando a me aproximar das meninas. Porque quem vendia eram só as meninas. E o homem era só para estar nessa função. Aí eu comecei a me aproximar das meninas, criar um laço de amizade e tudo mais. E com elas fomos criando aquela afetividade. E acabava que a gente ia se ajudando. E eu as ajudava,

elas me ajudavam. Porque quando eu terminava aquele trabalho não ficava lá só na espera. Eu ia lá ajudar elas também, entendes? Era uma troca. E quando terminaram aqueles 15 dias, ele disse "eu gostei do seu trabalho. Você é muito prestativa. Você tem um espírito de coletividade. Eu vou contratar você". Eu fiquei pensando: será que eu pergunto? Mas aqui é uma vaga para homem. Eu vou continuar fazendo esse trabalho? Eu não sei se eu garanto. Até quando eu garanto, né? Aí eu pensava no meu filho. Eu disse "meu Deus, não vou perguntar, não". E acabou que ele acrescentou uma vaga na empresa, justamente para eu ficar como vendedora e outro rapaz pudesse ir para função. Eu achei isso fantástico. Eu sou um pouco... eu tenho fé, na verdade. E eu acredito no meu ser superior. Muitos não acreditam, mas eu acredito no meu ser superior. Que para mim é Deus. Então eu acho que Deus escreve tudo direitinho. Mas você, logicamente, tem um livre-arbítrio. Você pode mudar, tomar os rumos diferentes. No meu ponto de vista, todo ser humano nasce com um plano maravilhoso para ele executar. Porque Deus não quer ver ninguém na miséria. Mas só que em decorrência de certas situações, certas circunstâncias que vão acontecendo na vida da pessoa, muda-se a trajetória. A gente vai tomando rumos diferentes. E eu digo aquilo lá tinha o dedo de Deus ali, sabe? Me dando força, fé. Que me animava, me fazia ver as coisas positivas da vida. Por mais coisas doloridas que acontecessem. E eu acabei ficando. Para quem ia passar 15 dias, eu acabei ficando 5 anos dentro da empresa. E assim, eu comecei como uma pessoa que estava ocupando o cargo de um homem, a função de um homem. Aí depois eu fui para vendedora. Aí, 3 anos depois, eu fui para gerência da loja. E nesse período eu fui vendendo as minhas férias. Isso me deixou muito cansada. Mas por que eu vendia? Porque eu precisava; eu queria ajudar em casa, dar o melhor, poder sair pra passear, dar uma condição de vida melhor para mim e para minha família.

AJN: Você falou de "vaga de homem". Pode contextualizar?
M: Vaga de um homem, por que ele deixou claro isso. Ele tinha muito na mente que quem carrega peso é o homem, a mulher não pode carregar. Mas eu mostrei para ele que a gente pode. Eu não posso carregar sozinha, mas posso carregar com uma outra mulher. E tudo isso ele percebeu, ele viu a nossa união naquilo, entende? Aí é a questão que muitos falam. Ah, a mulher pode fazer a mesma coisa que o homem faz. Eu digo que pode sim. Eu não posso sozinha, né! Mas eu posso em parceria com outra pessoa. Eu posso carregar aquele rolo lá de peça, de tecido. Lógico que não sozinha. Assim também com o homem, tem homens que são frágeis. Quer dizer que o homem não pode ser frágil? O meu filho, não vou criticar a ele se ele não conseguir carregar algo pesado. Acho que o homem também não é feito só por pesado. Mas que na época tinha muito isso daí, em 2003, 2004, entendes? É algo recente, mas enchia essa concepção, em Parintins principalmente. E o dono da loja tinha essa ideia, mesmo porque ele já era uma pessoa que vinha de uma outra realidade, entendes? E aí, de repente, chega o momento que eu disse "não, não posso mais. Eu estou cansada dessa vida".

Uma vez, conversando com o meu cunhado, com o caçula, ele estava, na época, saindo do ensino médio. Ele passou no vestibular, para medicina. E isso foi um marco na família dele, porque ele já pensou, ele vinha de uma realidade também muito, muito, muito carente. E aí, conseguir uma vaga no curso de medicina foi uma felicidade pra todos. Aí eu conversando com ele, ele disse assim, "Muyrakitan, me diga uma coisa, me responda uma coisa, não menosprezando outras profissões, mas me responde agora: você prefere estar atendendo as madames de Parintins (...), ou você prefere ser atendida por elas"? Aí era uma fala curiosa, né! Eu perguntei o que ele queria dizer. Aí eu procurei ver o meu potencial dentro daquela fala. Era como se ele estivesse me instigando, sabes, certas reflexões, e de fato ele estava. Se não, acho que agora já deu. Então quer dizer que eu não quero mais, eu não vou esperar que o meu patrão dê a minha conta para eu seguir outros caminhos. Aí minha avó sempre falava "saia de uma situação, mas deixe sempre a porta aberta". Eu não entendia quando era criança isso. Aí eu disse "é a hora de eu colocar em prática a fala da minha avó". Aí eu lembro que uma vez cheguei em casa muito cansada, aí eu disse "Junior (é o nome [fictício]do meu marido), eu não aguento mais, eu não quero mais isso para mim. Eu quero sair de lá da loja, mas eu não quero ir para outra loja. Eu vou fazer o vestibular da UFAM". Aí ele disse "está bem, eu pago a tua inscrição". Porque, interessante, eu trabalhava, mas não tinha dinheiro para inscrição. Porque sempre a gente vai procurar, digamos, fingir de uma situação confortável, e eu estava fazendo isso. Aí eu fui com o meu cunhado, ele me ajudou a inscrever, ficou entre o curso de serviço social, zootecnia ou pedagogia. Mas um dos motivos pelos quais eu queria sair da loja é que eu queria passar mais tempo com o meu filho. Aí eu tinha de estudar, digamos, integral, que seria a zootecnia e serviço social. Ele disse, não, eu devia ir para a pedagogia, que é noturno. Só que eu confesso que eu enfrentei também outra situação, porque o meu marido é um tanto que ciumento. Ele é um tanto que ciumento, mas eu não ligava. Eu nunca liguei nenhum ainda para o ciúme dele. Ele morre lá com o ciúme dele, mas eu não dou muita atenção para isso. É assim, tem que ser firme em certas situações. Eu preciso ser firme para continuar, porque senão vai me impedir. Eu não ia parar no tempo por conta do ciúme dele, entendes? E o que foi que eu fiz? Eu me inscrevi em pedagogia. Eu não sabia nem do que se tratava pedagogia. Eu não sabia de que forma ele iria reagir, mas o curso seria à noite. E eu me inscrevi e não falei que seria noturno. Não falei para ele que seria noturno, mas ele estava lá me dando maior força. E eu imaginava que eu não ia passar. E foi meu primeiro vestibular e eu passei, seis anos depois de concluir o ensino médio. Porque saiu um jornal, inclusive um jornal da cidade, um jornal matutino, a lista dos aprovados. Aí saiu o meu nome, você não acredita! Eu passei e a minha outra colega também que trabalhava passou. Mas ele [o patrão] não liberou. Quando eu cheguei no trabalho e falei para ele, ele disse "só que eu digo uma coisa: eu não vou negociar com pessoas que vão estudar. Ou ela pede para sair, ou desiste do estudo". Aí, sabe, aquilo foi um balde de água gelada. Mas ele era um homem assim, um pouco grosseiro. Aí eu fiquei

imaginando que ele não ia querer isso para as filhas dele, mas ele quer isso para filha dos outros, né! Mas aí eu disse "não, vou decidir... é agora que eu vou decidir". Aí eu cheguei com ele e falei que eu só sabia o que ele queria da minha vida, que era para ele me desculpar, agradecer a todas as oportunidades que ele tinha me dado de emprego, mas eu precisava sair. Eu acho que ele não esperava isso de mim. Nem de mim, nem da outra. Mas a outra até que ele negociou durante, eu acho, seis meses, mas comigo não. Eu disse, "não, é agora ou nada. Já que ele falou isso eu também não vou prejudicar os meus estudos. Eu tenho que entrar com o pé direito". E aconteceu. Que eu pedi minhas contas e ele acabou negociando comigo. Aí eu pude receber todos os meus direitos trabalhistas. Mas só que aí tem uma situação, que eu posso te revelar, que também contribuiu para que eu pudesse sair do comércio. Eu não percebi na época, porque era muito, de certa forma, inocente. Eu não via maldade nas coisas. E somente há poucos tempos atrás eu fui perceber que eu fui assediada por ele. E eu não me dei conta, entende? Eu disse, "meu Deus, como é?" E acontece no comércio, não sei aqui, mas às vezes acontece, era comum, digamos, o patrão ter relacionamento com a funcionária, entende? E eu não sei se aquilo foi um teste; eu não sei, mas posso dizer que eu o desculpo agora, depois de compreender toda essa situação. É algo meio que complicado, mas quando você percebe que você é assediada é algo meio que, é algo estranho. Eu me senti super estranha, mesmo sendo bem depois, porque naquela situação eu me saí super bem, entende? Foi assim, no dia do pagamento. Aí ele propôs certas situações, entende? E que, inclusive, eu tinha conhecimento que ele tinha relacionamento com outras meninas da loja. E eram até mesmo mulheres casadas. Aí eu disse "ele deve estar me testando, só pode. Mas eu não sou, eu não tenho essa natureza, eu não vou me permitir isso". E simplesmente eu falei que eu fiquei toda sem jeito, ele percebeu o meu jeito, e ao mesmo tempo eu procurei fôlego e disse que não, eu precisava ter uma relação de funcionária na loja e eu estava ali profissionalmente. E falei que não avançasse aquela situação, aquela relação. Aí ele percebeu aquilo, ele rapidamente mudou o comportamento, ele disse "me desculpa", mas eu não estava me dando conta de que aquilo era um assédio, entende? Aí foi que ele me pediu desculpa rapidamente, pediu que não acontecesse nada, que não saísse dali aquelas informações, aquela situação. Porque ele viu pela minha postura, ele teve medo que eu pudesse denunciar, entende? Mas era algo que eu não pude; não fiz, logicamente. E isso daí me fez tentar mudar. E foi a partir daí, também, que ele viu como eu era, que ele me propôs a gerência da loja. Porque ele viu que o dinheiro não compraria, digamos, quem usou. Por isso eu estou te falando, eu não sei se foi um teste que ele fez ou se vai que funcionasse, né!

AJN: Você falou de "vaga de homem". Pode contextualizar?
M: Ah não! A proposta que ele fez foi que ele estava gostando de mim, que ele queria ter uma relação mais que profissional em relação ao que aconteceu na loja. Eu disse que eu era

casada (de fato eu era casada) e que, mesmo se não fosse, não iria aceitar essas coisas, não. E que precisaria haver um respeito ali. Aí quando ele percebeu que eu fiquei muito nervosa, eu sempre fui nervosa desde criança, sabe? Muito nervosa. E eu processo essas coisas, assim, o que pode ser rápido demais, para mim demora um pouquinho, mas há mil coisas na minha mente. E era o que estava acontecendo naquele momento. Talvez ele tenha percebido que eu fiquei vermelha, nervosa, mas aí eu respirei fundo quando eu voltei com aquelas respostas. Aí foi que ele se corrigiu, falou que era para ele me desculpar, que eu pudesse desculpar ele, que não era a intenção, que ele estava provavelmente se dirigindo à pessoa errada, porque ele pensava que eu era de uma forma, e na verdade... tu entendes? Aí, acho que seis meses depois, foi que ele me chamou para a gerência, porque a pessoa com quem ele estava tendo um caso não poderia mais estar na gerência, por conta das questões financeiras, já era da gerência, entende? E eu fiquei até nesse momento, eu pedi para sair, e ele agradeceu todo o trabalho, pediu desculpas por todas as situações constrangedoras. Eu pensei que ele deveria estar se defendendo dessa situação.

AJN: Você chegou a trabalhar com ele na gerência?
M: Sim, seis meses depois da situação aí, da proposta inconveniente.

AJN: Retornando as questões sobre empoderamento, você se sente uma mulher empoderada?
M: Eu me sinto uma mulher empoderada. Como eu te falei, tenho muito, ainda, que compreender, que vencer o empoderamento. Mas do pouco que eu compreendo, eu posso dizer sim, que envolve a questão da autonomia, da mulher poder fazer o que ela se sente bem, poder ir e vir, se realizar profissionalmente. Eu me considero. Eu faço o que eu quero, independentemente de qualquer coisa, até mesmo da opinião do meu marido ou do meu filho. Quando eu tenho minhas opiniões, eu posso não demonstrar, mas eu sou firme no que eu quero. A partir do momento que eu digo, eu vou fazer tal coisa, porque é algo que eu já planejei há muito tempo, já vi as possibilidades, os desafios e tudo mais. Então, eu penso que eu me considero uma mulher empoderada, a partir desse conhecimento que eu tenho de falar.

AJN: Sendo mulher, qual seria o conselho que daria a outras mulheres?
M: Olha, eu troquei quase que recentemente, acho que, a minha mãe. Porque a minha mãe se dedicou tanto aos três filhos que ela criou. Deu suporte para o meu padrasto estudar, se formar, fazer os cursos na área que ele gosta, que é na área marítima. Então, ele foi subindo de patente, foi estudando, e ela sempre cuidando dos filhos, porque ela tinha a ideia de que

a mulher, para ser bem-sucedida, ela tem que casar com um homem que tenha uma condição financeira, um bom emprego. E aquilo sempre me causou certas dúvidas, certos incômodos, porque eu disse "não tem que ser assim". Exemplo dela mesma, e eu queria falar para ela, mas eu nunca tive essa liberdade de chegar e falar. O que aconteceu? Com o decorrer do tempo, porque ela só teve o ensino fundamental, ela não quis continuar os estudos dela. Ela foi continuar já quando o meu padrasto estava deixando-a, já na casa dos 40, 50 anos. E ela foi continuar, fez a EJA, que é o ensino médio, e ela acabou ficando sem uma condição financeira estável, porque ele se separou. A partir do momento que ele estava estabilizado economicamente, ele simplesmente arranjou outra e foi. Aí como eu falei para ela "mamãe, a mulher tem que se sentir, ela tem que se valorizar, ela tem que procurar, ela tem que estudar, independentemente da idade, ela tem que estudar, ela tem que ter novas perspectivas, ela tem que ter uma autoestima, cuidar do seu psicológico, do seu corpo, se valorizar principalmente em relação a isso. E ela tem que, acima de tudo, trabalhar, independentemente de qualquer área. Ela pode ser uma taca caseira, ela pode ser uma vendedora de pipoca, ela pode ser o que ela quiser, uma profissional do sexo, desde que ela seja realizada no que ela faz, ela não seja forçada a fazer aquilo, ela faça por prazer". Então, e o trabalho em si (não digo emprego) traz esse empoderamento para a mulher, desde que ela se realize naquilo que ela faz. E isso ajudou muito a minha mãe, ela desconstruiu aquela ideia de que a mulher tem que ficar em casa simplesmente cuidando dos filhos, da casa, e do marido. E hoje em dia, minha mãe, aos quase 60 anos de idade, ela se encontrou. Ela fala que ela se encontrou através do emprego que ela tem de cuidadora de idoso. Tem o salário dela, que ela disse que é bom demais ter um salário, porque é muito, nem quando ela trabalhava em casa de família ela tinha um salário digno. Hoje ela tem, e ela faz o que ela quer, um trabalho leve, só que a única coisa que ela sente dificuldade é em relação ao transporte. Mas ela faz o que ela quer, e ela é bem tratada no ambiente em que ela está. Eu disse "mesmo que a senhora não seja bem tratada, se a senhora não está bem lá, a senhora muda, a senhora não é obrigada a estar lá". A gente é mulher, a gente tem que fazer o que a gente quer dentro de um relacionamento conjugal, dentro de um relacionamento familiar com filhos também. Entende? Só que eu penso que, para ser empoderada, a gente tem que compreender o que é de fato empoderamento, e não tratar o empoderamento de uma forma contraditória o que realmente ele é. Porque acaba que é banalizando o termo empoderamento.

AJN: Muyrakitan, chegamos no fim da nossa conversa. Tem mais para dizer?

M: Deixa-me ver! Eu acho que a pior coisa para uma mulher é ela ser assediada, sabia? Depois eu compreendi, e é interessante que eu não suspeitava disso. Não suspeitava, mas eu fui compreender isso melhor, recentemente, através da análise. Coisas assim que eu fui resgatando, e isso não é tudo. Eu compreendi também porque eu não gosto de sair também

à noite. A minha avó, ela nunca me prendeu de dizer que não vai sair à noite e tudo mais. Em Parintins, tu sabes que o festival folclórico é algo que movimenta a juventude, principalmente. Tanto para o bem quanto para o mal, porque às vezes tem um lado negativo nisso tudo. E o que eu queria era ter a oportunidade de ir para os ensaios do boi com as minhas colegas e voltar feliz da vida. Aproveitar aquele momento de brincadeira, mas só que tinha um lado ruim dessa história que eu sabia, mas não queria ver. E o que aconteceu? Uma vez eu disse "vovó, deixa eu ir com as minhas colegas, as meninas lá na rua, na vizinhança". Elas eram bem mais velhas que eu, mas eu insisti e ela deixou. Na hora, tem que voltar. Se está na hora é nove horas da noite, né! Então a gente foi as sete e as nove horas tinha que estar em casa. E quando chegamos lá, aconteceu uma situação que para mim foi muito constrangedora. Elas (cada uma) foram para os seus namorados, porque na verdade elas usavam o ensaio do boi para cada uma namorar, entende? E quando eu me deparei, estava só eu lá no meio daquela multidão. Aí eu fiquei imaginando "meu Deus, como vou voltar para casa, passar por ruas que são desertas, de repente acontece alguma coisa para mim. A vovó me viu a sair de casa, cercada de colegas, e de repente, cheguei sozinha. Se acontecer alguma coisa comigo no meio do caminho"! Aí eu entrei em pânico, sabe? Aí aconteceu de uma das minhas colegas passar em contato com o namorado dela. Já era bem na casa dos 20 anos, né! Então, ela disse "o que está acontecendo? Estás sozinha aqui? Tu vieste sozinha? Tua avó deixou, tu vieste sozinha"? Eu disse "não, eu vim com fulano, fulano, fulano." "E cadê elas"? Eu disse, "eu não sei. Eu não sei para onde elas foram". Na verdade, eu sabia, só que eu não ia entregar elas, né! Aí ela disse "e agora como tu vais voltar? Eu não vou voltar tão cedo; não sei o que elas estão fazendo", mas na verdade ela também sabia. Eu disse "meu Deus! E agora me meti numa ferrada". Aí ela disse "tu queres voltar para casa"? Eu disse "eu quero". "Então vamos! Mas eu estou com meu namorado, a gente te deixa de lá". Ela tinha trabalho, ela ia trocar de roupa na casa dela e voltar para o ensaio do festival, ensaio dos bois, ensaio das danças. Aí nós fomos, na época eu tinha uns 13, 14 anos. E o que aconteceu? Quando eu cheguei perto de uma praça na escola, perto de casa, ela disse "querida, tu ficas aqui, que eu vou descer nessa rua que dá acesso à minha casa e a gente te leva lá, na tua casa". Nisso que eu fiquei, eu disse "mas com o que eu vou ficar"? Ela disse "você fica com ele". E ele me propôs, sabe, coisas, as coisas mais horrendas para uma menina de 14 anos, praticamente uma criança, né! Aí não percebia muito o que ele falava, só que aquilo estava incomodando, que passava mil e umas coisas pela minha cabeça. Eu disse "meu Deus", porque primeiro ele não era de Parintins, mas ele tinha ido para o festival literalmente para se divertir em todos os aspectos, entendes? Ele pensava que de repente ele pudesse acontecer isso comigo. Aí eu fiquei imaginando o que acontece com muitas dessas meninas, crianças que saem simplesmente para se divertir ou passear com os colegas, com toda a inocência e no meio do caminho acontecem essas situações. Eu fiquei super mal e de repente ela chegou. Só que ele não

teve a cara de pau, assim, de desculpa, entende? Percebendo que eu estava incomodada diante daquela situação, que era uma menina e falando aquelas baboseiras. E depois que ela chegou, ele agiu naturalmente. Ainda bem que ela chegou o mais rápido possível. Aí chegou em casa, ela me deixou. Eu lembro que, por mim, se a minha avó tivesse me dado uma surra, tanto faz, para mim talvez fosse até melhor do que eu tivesse passado por aquela situação. Então, assim, eu vejo que é algo muito desrespeitoso. Quer dizer que a mulher não pode sair, ela não pode se divertir, ela não pode. Ela tem determinados horários para sair, para se locomover numa cidade, para passear. Ela tem que ser literalmente à mercê de assédio. Tu compreendes? É algo que precisa ser mudado. E tu como homem o que tu falas diante disso? É algo bem delicado, né!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUERRA I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

Recebido em: 13/11/2023
Aceito em: 14/01/2024



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426